



DIAGNÓSTICO

SOCIAL DE PESO DA RÉGUA

2015 | 2018



FICHA TÉCNICA

Câmara Municipal do Peso da Régua

Rede Social do Peso da Régua

Praça do Município

5054-003 Peso da Régua

Tel. 254 320 230

redesocial@cmpr.pt

Coordenação: Núcleo Executivo do CLAS do Peso da Régua

Aprovado em Conselho Local de Ação Social em

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL (CLAS) DE PESO DA RÉGUA

Associação Amigos À Beira Douro

Associação Comercial, Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio - ACIR

Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos

Associação Cultural e Recreativa da Juventude de Sedielos

Associação Cultural e Social dos Amigos e Moradores do Bairro das Alagoas

Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes - ARDAD

Associação de Assistência de Nossa Senhora das Candeias

Associação de Desenvolvimento do Peso da Régua

Associação Humanitária dos Bombeiros do Peso da Régua

Associação “O Baguinho”

Câmara Municipal do Peso da Régua

Casa do Povo de Godim, Régua e Covelinhas

Casa do Povo de Vilarinho dos Freires

Centro Comunitário da Casa do Povo de Fontelas

Centro de área Educativa de Vila Real

Centro de Saúde do Peso da Régua – ACES Douro Norte

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Vila Real – ISS, I.P

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro

Centro Social e Paroquial D. Manuel Vieira de Matos

Centro Social Paroquial S. Pedro Loureiro

Centro de Respostas Integradas de Vila Real – CRI – IDT

Clube Caça e Pesca do Alto Douro

CNE – Agrupamento 282 – Godim

CNE – Agrupamento 840 – Moura Morta

Colégio Salesiano de Poiares

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco – CPCJ

Cruz Vermelha Portuguesa, Núcleo de Peso da Régua

Destacamento Territorial da GNR de Peso da Régua

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - DGRSP

Escola De Desenvolvimento Rural do Rodo - EP Régua

Escolas | João de Araújo Correia Peso da Régua

European Anti-Poverty Network – Vila Real - EAPN

Instituto Português da Juventude e do Desporto - IPDJ

Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho

Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua

União das Freguesias de Moura Morta e Vinhós

União das Freguesias do Peso da Régua e Godim

União das Freguesias de Poiares e Canelas

União das Freguesias de Galafura e Covelinhas

Freguesia de Sedielos

Freguesia de Loureiro

Freguesia de Fontelas

Freguesia de Vilarinhos dos Freires

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO EXECUTIVO DO CLAS DE PESO DA RÉGUA

Município do Peso da Régua

Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria

Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes

Centro de Saúde do Peso da Régua

Centro Distrital da Segurança de Vila Real

Centro Comunitário da Casa de Povo de Fontelas

Escolas | João de Araújo Correia

AGRADECIMENTOS

Procurando contribuir para a produção e para o desenvolvimento de políticas municipais integradoras, o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do Peso da Régua, são instrumentos de planeamento de referência para a definição da estratégia do desenvolvimento social local, constituindo-se como documentos base ao longo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Rede Social, concretamente pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS) e respetivo Núcleo Executivo (NE).

Por esta razão, torna-se indispensável a atualização do Diagnóstico Social, cientes que estamos da mutabilidade da realidade social dos territórios, e certos da mais-valia que esta atualização diagnóstica poderá trazer para todos os agentes que intervêm no Concelho.

Nesta atualização, procurámos ser fiéis à estrutura do documento em vigor (elaborado em 2008-2011), organizado, desta feita, por Áreas Prioritárias, articuladas com as prioridades definidas no Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) e na Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social, e com correspondência às principais problemáticas identificadas no Plano de Ação.

Com esta formulação, pretendeu-se a recolha de elementos atualizados e o mais fundamentados possível nas áreas definidas, junto das entidades que integram o CLAS, permitindo-nos aceder às especificidades do território, e não somente a dados gerais, que acabavam por não traduzir as problemáticas específicas do Concelho.

Agradeço a todos aqueles que colaboraram na concretização deste instrumento. Agradeço igualmente a todos os elementos do Núcleo Executivo do CLAS de Peso da Régua, que contribuíram ativamente para a concretização deste documento.

O Presidente do CLAS do Peso da Régua

Mário Mesquita Montes

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	11
PARTE I - DIAGNÓSTICO SOCIAL	12
1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E TERRITORIAL DO CONCELHO DO PESO DA RÉGUA	13
1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	13
1.2. CARATERIZAÇÃO FÍSICA	16
1.2.1. CARATERIZAÇÃO CLIMÁTICA	19
1.2.2. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA	20
1.2.3. CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO CONCELHO DE PESO DA RÉGUA	28
2. EDUCAÇÃO	31
2.1. PANORAMA CONCELHIO	31
2.2. ENSINO PRÉ-ESCOLAR	32
2.3. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	34
2.4. 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO	34
2.5. ENSINO SECUNDÁRIO	36
2.6. ENSINO PROFISSIONAL	37
2.7. ENSINO COOPERATIVO	39
2.8. CENTRO PARA A QUALIFICAÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL (CQEP)	40
2.9 ENSINO SUPERIOR	41
3. SAÚDE	42
3.1. PROBLEMÁTICAS PRÓPRIAS DA SAÚDE	42
3.1.1. UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS DO PESO DA RÉGUA	43
3.1.2. UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE DOURO	44
3.2. PROBLEMÁTICAS PRÓPRIAS DA SAÚDE	45
3.3. UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS	47
3.4. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	48
3.4.1. CARATERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CONCELHO	49
4. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	52
4.1. DESEMPREGO NO CONCELHO	53
4.2. GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP)	54
5. HABITAÇÃO	56
5.1. HABITAÇÃO SOCIAL	56
5.1.1. ENQUADRAMENTO GERAL DOS NÚCLEOS HABITACIONAIS – PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL	57
5.1.2. PROPRIEDADE DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA	59
5.2. CARATERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS HABITACIONAIS	60
6. AÇÃO SOCIAL	66
6.1. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR DO MUNICÍPIO	66
6.2. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS	68
6.3. RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO	71
6.4. CARATERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA MEDIDA RSI	71
6.4.1. NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS POR FREGUESIA	71

6.4.2. PROBLEMAS E VULNERABILIDADES	72
6.4.3. COMPETÊNCIAS/POTENCIALIDADES	73
6.4.4. CONSTRANGIMENTOS E COMPETÊNCIAS LOCAIS PARA A INSERÇÃO	73
6.5. INSERÇÃO SOCIAL	73
6.5.1. CARACTERIZAÇÃO DE TODOS OS BENEFICIÁRIOS POR IDADE E SEXO A FREQUENTAR AÇÕES DE INSERÇÃO	73
6.5.2. DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS POR ÁREAS DE INSERÇÃO	74
6.6. EQUIPAMENTOS SOCIAIS	75
6.6.1. CARATERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS	77
6.6.2 - COBERTURA DAS VALÊNCIAS DA ÁREA SOCIAL	78
7. ASSOCIATIVISMO	82
PARTE II – PROBLEMAS DO TERRITÓRIO	85
EIXOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA	85
PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS – EIXOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA	86
1. EIXO 1 - GRUPOS VULNERÁVEIS	88
1.1. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO	88
1.2. FAMÍLIAS CARENCIADAS	89
1.3. POPULAÇÃO IDOSA	92
1.4. MINORIAS ÉTNICAS E COMUNIDADE IMIGRANTE	95
1.5. POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA	98
1.5.1. TIPOS DE DEFICIÊNCIA	98
1.5.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA ARDAD NO ANO DE 2014	99
2. EIXO 2 - EMPREGO E ATIVIDADE ECONÓMICA	104
3. EIXO 3 – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	107
3.1. BAIXA ESCOLARIDADE	107
4. EIXO 4 – SAÚDE E SEGURANÇA	108
4.1. COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS	108
4.2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	111
4.2.1. PISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM TRABALHO FUTURO NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:	112
4.2.1.1. PISTAS AO NÍVEL DO FENÓMENO E SUA CARACTERIZAÇÃO NO CONCELHO	112
4.2.1.2. PISTAS AO NÍVEL DE RESPOSTAS SOCIAIS	113
4.2.1.3. PISTAS AO NÍVEL TÉCNICO	114
PARTE III – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (PDS)	116
CONCLUSÃO	129
BIBLIOGRAFIA	130

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramento do Concelho do Peso da Régua na Região demarcada do Douro	13
Figura 2 - Localização do Concelho do Peso da Régua	14
Figura 3 - Rede viária do concelho do Peso da Régua.....	15
Figura 4 - Mapa hipsométrico do concelho do Peso da Régua	16
Figura 5 - Rede hidrográfica do concelho do Peso da Régua	17
Figura 6 - Declives do concelho do Peso da Régua	18
Figura 7 - Declives preferenciais do concelho do Peso da Régua	18
Figura 8 - Exposições do concelho do Peso da Régua	19
Figura 9 - Gráfico termopluiométrico da estação meteorológica do Peso da Régua.....	20
Figura 10 - População residente por freguesia, em 2001 e 2011	21
Figura 11 - Variação da população residente por freguesia, em 2001 e 2011.....	22
Figura 12 - Índice de envelhecimento por freguesia, em 2001 e 2011	23
Figura 13 - Índice de sustentabilidade potencial por freguesia, em 2011	24
Figura 14 - Taxa de analfabetismo por freguesia, em 2001 e 2011	25
Figura 15 - Proporção da população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo por freguesia, em 2011.....	26
Figura 16 - Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de com pelo menos o ensino secundário completo por freguesia, em 2011	27
Figura 17 - Proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos de idade com pelo menos o ensino superior completo por freguesia, em 2011	27
Figura 18 - Proporção de população empregada no setor primário, por freguesia, em 2011.....	28
Figura 19 - População empregada no setor secundário, por freguesia, em 2011	29
Figura 20 - População empregada no setor terciário, por freguesia, em 2011	29
Figura 21 - Freguesias resultante da aplicação da Lei 11-A/2013.....	30
Figura 22 - Nº de crianças a frequentar o jardim de infância da rede pública no ano letivo 2014/2015	33
Figura 23 - Distribuição dos alunos por idades a frequentar os JI no ano letivo 2014/2015	33
Figura 24 - Nº de crianças com Necessidades Educativas Especiais a frequentar o Agrupamento	33
Figura 25 - Nº de crianças a frequentar o jardim de infância da rede privada no ano letivo 2014/2015.....	34
Figura 26 - Caracterização do 1º ciclo do ensino básico, quanto ao nº de alunos	34
Figura 27 - Nº de alunos matriculados no 2º e 3ºciclo da Escola EB. 2,3 do Peso da Régua, por anos escolares ..	35
Figura 28 - Nº de alunos matriculados no 3ºciclo da Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia	35
Figura 29 - Nº de alunos matriculados nos cursos Vocacionais Escolas João de Araújo Correia	35
Figura 30 - Número de turmas nos diversos cursos científico-humanísticos.....	36
Figura 31 - Nº de alunos matriculados no ensino secundário na Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia..	36
Figura 32 - Número total de alunos distribuídos pelos três anos do ensino secundário	37
Figura 33 - N.º de turmas nos diversos cursos profissionais	37

Figura 34 - Nº de alunos matriculados no ensino profissional na Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia.	37
Figura 35 - Profissionais de Saúde da UCSP Peso da Régua (2014).....	43
Figura 36 - Indicadores de Saúde no concelho do Peso a Régua	44
Figura 37 - População Ativa por setores de atividade.....	53
Figura 38 - Localização Núcleo 1 – Hotel Vilhena.....	57
Figura 39 - Localização Núcleo 2 – Bairro Junta Autónoma de Estradas	57
Figura 40 - Localização Núcleo 3 – Bairro Avenida Diocese de Vila Real	58
Figura 41 - Localização Núcleo 4 – Bairro Branco	58
Figura 42 - Localização Núcleo 5 – Bairro Quinta da Azenha	59
Figura 43 - Localização Núcleo 6 – Bairro das Alagoas.....	59
Figura 44 - Localização Núcleo 7 – Bairro Fundo Fomento à Habitação (Sacadura Cabral).....	60
Figura 45 - Tipo de apoio/ escalão de abono de família por Centro Escolar e Jardim de Infância	66
Figura 46 - N.º de alunos apoiados pela Medida Transporte Escolar	66
Figura 47 - N.º de alunos apoiados pela Medida Livros Escolares conforme o escalão de abono de família.....	67
Figura 48 - N.º de alunos apoiados pela Alimentação conforme o escalão de abono de família	67
Figura 49 - N.º de alunos apoiados com transporte escolar gratuito no 2º e 3º ciclo	67
Figura 50 - Caraterização Processual em 2014	68
Figura 51 - Processos Arquivados/ Cessados por Motivo 2014	70
Figura 52 - Distribuição dos beneficiários por freguesia	72
Figura 53 - Caraterização de todos os beneficiários por Idade e Sexo a frequentar Ações de Inserção	74
Figura 54 - Distribuição das Ações de Inserção no Concelho	75
Figura 55 - Caracterização dos equipamentos sociais por freguesias.....	78
Figura 56 - N.º de IPSS's por freguesia	81
Figura 57 - Distribuição das associações por tipologia.....	84
Figura 58 - Eixos identificados no levantamento das necessidades pelo CLAS.....	87
Figura 59 - Número de beneficiários da medida RSI por freguesia.....	90
Figura 60 - Apoio da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa da Régua (2014).....	90
Figura 61 - Índice de envelhecimento demográfico, por freguesia em 2011	92
Figura 62 - Idoso Sinalizados pela GNR	94
Figura 63 - Análise SWOT - Comunidade cigana	97
Figura 64 - Clientes da A.R.D.A.D segundo o sexo	99
Figura 65 - Tipo de Deficiência ou Incapacidade dos Clientes da A.R.D.A.D 2014	99
Figura 66 - Formandos que frequentam a A.R.D.A.D. por sexo e grupo etário	101
Figura 67 - Formandos Caraterizados por Sexo e Habilitações	101
Figura 68 - Análise SOWT – População com deficiência	103
Figura 69 - Utentes ativos em 2014 com residência em Peso da Régua.....	109
Figura 70 - Principal substância consumida pelos doentes ativos em 2014	110

INTRODUÇÃO

O presente Diagnóstico consiste na atualização do documento já existente referente ao quadriénio 2008-2011 e apresenta o enquadramento geográfico do Concelho e a síntese mais relevante dos dados recolhidos e respetivo tratamento, identificando-se por fim as prioridades de intervenção à luz das problemáticas sociais patentes. Este trabalho deve ser entendido como um documento fundamental na construção do Plano de Desenvolvimento Social que constitui a etapa seguinte e tem por objetivo principal a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população residente do Concelho de Peso da Régua, mas não deve ser percebido como um documento estanque mas alvo contínuas reavaliações.

O Plano de Desenvolvimento Social que vigorou de 2008 a 2011, serviu de base a vários projetos que se foram desenvolvendo e implementando no município.

Da avaliação das necessidades sentidas, três novos equipamentos foram criados, dois lares de idosos e uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, o que permitiu o alargamento de respostas em valências já existentes e a criação de novas respostas. Verificou-se um acréscimo nas respostas creche, no Serviço de Apoio Domiciliário, em Centro de Dia, em Lar de Idosos e a criação da resposta Cantina Social.

Vários projetos foram desenvolvidos no território, tendo por base os objetivos definidos em PDS:

- O Gabinete de Inserção Profissional – GIP, implementado em 2009 e que se encontra em funcionamento;
- O Programa CLDS+, que vigorou entre junho de 2013 e junho de 2015;
- Oficina Domiciliária;

Banco Local de Voluntariado – Espaço S.

- O Projeto Mediador Municipal, cujo público-alvo foi a comunidade cigana de Peso da Régua.

Diversos projetos foram também alvo de candidaturas, mas devido a constrangimentos vários não foram aprovados.

Este PDS, estrutura os objetivos e as metas para o quadriénio 2015-2018, contemplando vários objetivos estratégicos, que se desdobram em objetivos específicos que, por sua vez, definem as ações e as metas em programação no triénio, consubstanciadas com a estratégia do Programa Portugal2020.

METODOLOGIA

A recolha de informação e as respetivas fontes é uma das bases que sustentam um Diagnóstico.

Para a realização deste trabalho optou-se pelo envolvimento e participação das entidades parceiras na identificação e definição de estratégias eficazes de intervenção participativa, indo de encontro à interpretação das causas dos problemas.

Recorreu-se ainda à análise documental e estatística, e a aplicação de questionários, a todas as entidades que integram o CLAS para levantamento de recursos institucionais, cujos resultados permitiram obter uma caracterização geral do Concelho, em cada uma das áreas.

Foi ainda realizado um levantamento estatístico exaustivo de indicadores demográficos, sociais e económicos, que permitiram aferir de forma mais precisa a realidade concelhia, nomeadamente através dos dados relativos aos Censos 2011.

Para elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), foram aplicados questionários com o objetivo de proceder à identificação de problemas e definir estratégias de intervenção social para cada um dos eixos considerados prioritários no PDS do Concelho do Peso da Régua.

Realizaram-se ainda várias sessões de trabalho participadas, nomeadamente com o Núcleo Executivo do CLAS do Peso da Régua, onde se discutiram problemáticas e se delinearam as áreas de intervenção prioritária.

Após definição e priorização das problemáticas, foram elaboradas grelhas de priorização de problemas.

Por fim, procedeu-se à elaboração do presente documento, cujo conteúdo se pretenda que seja uma alavanca para a promoção do desenvolvimento do concelho.

PARTE I - DIAGNÓSTICO SOCIAL

1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E TERRITORIAL DO CONCELHO DO PESO DA RÉGUA

1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O concelho do Peso da Régua localiza-se na região Norte de Portugal, na margem direita do Rio Douro, sendo a porta de entrada para a mais antiga região demarcada do mundo. Em 1756, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, ministro do Rei D. José I, lançou as bases da constituição da Região Demarcada do Douro, consagrada como Património Mundial da UNESCO em 2001. Esta distinção torna Peso da Régua, um concelho integrado numa região com um património reconhecido à escala mundial, com uma forte identidade, ligado à terra e à cultura do vinho.

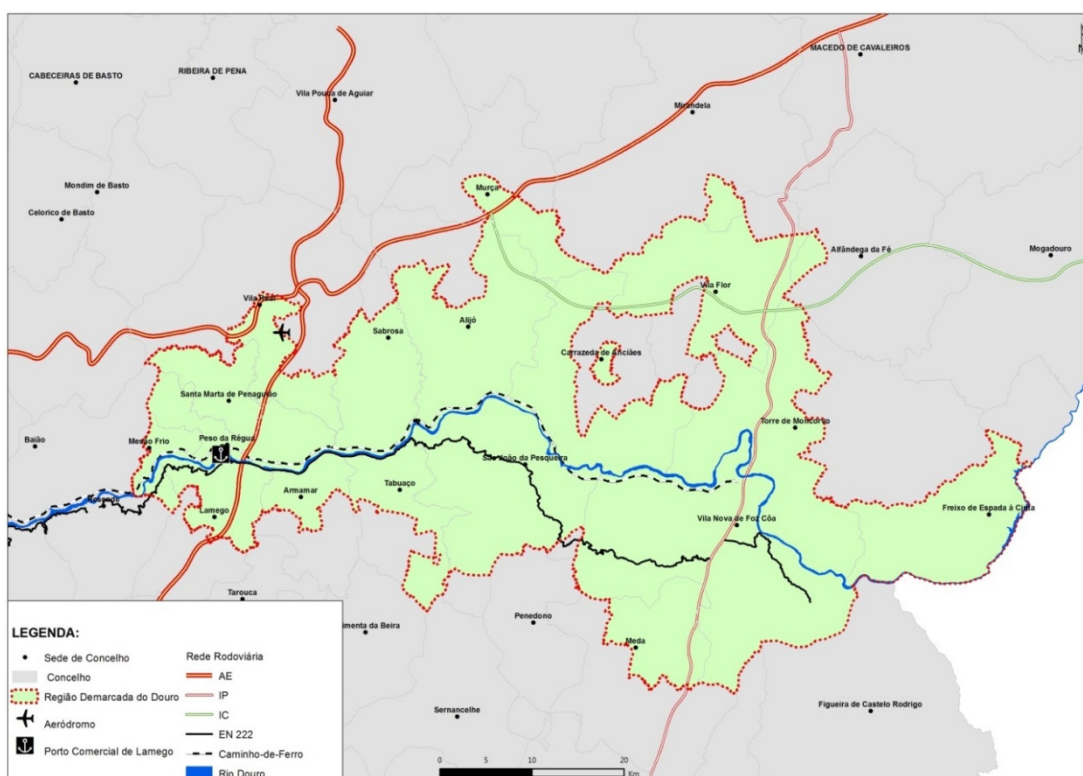


Figura 1 - Enquadramento do Concelho do Peso da Régua na Região demarcada do Douro

Peso da Régua pertence ao distrito de Vila Real, distando da capital de distrito 33 km, para sul. Está integrado na NUT III Douro e tem como limites a Norte os concelhos de Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a Este Sabrosa, a Sul os concelhos de Armamar e Lamego, já na margem esquerda do rio Douro, e a Oeste os concelhos de Mesão Frio e de Baião (Figura 2).

Constituem o concelho de Peso da Régua 8 freguesias, totalizando uma área 94.8Km², sendo elas: Poiares e Canelas, Galafura e Covelinhas, Fontelas, Peso da Régua e Godim, Loureiro, Moura Morta e Vinhós, Sediéis e Vilarinho dos Freires.

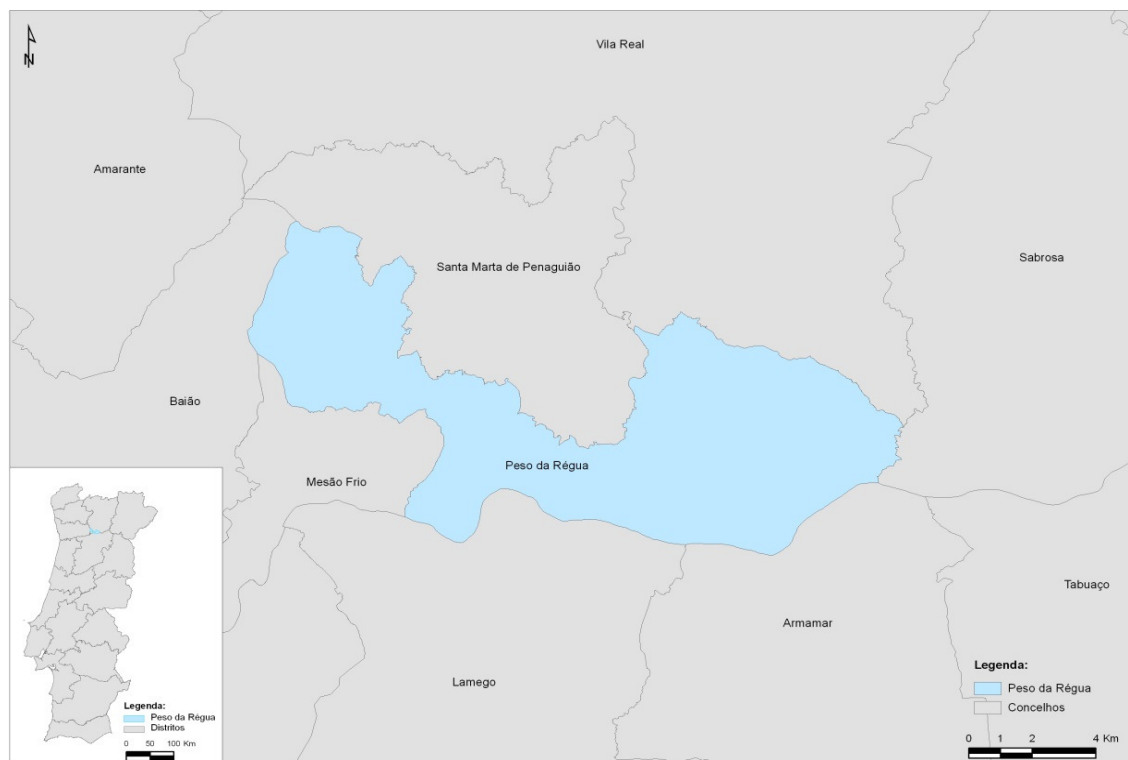


Figura 2 - Localização do Concelho do Peso da Régua

Do ponto de vista do povoamento e da distribuição da população no concelho de Peso da Régua, o rio Corgo separa duas realidades distintas. Na margem esquerda, especialmente nas freguesias de Covelinhas, Galafura e Poiares, temos um povoamento mais concentrado, constituindo núcleos populacionais bem delimitados e relativamente afastados entre si, característicos do povoamento transmontano.

Na margem direita do rio Corgo, o povoamento encontra-se disperso por vários lugares de pequena dimensão, característico do Minho, à exceção do lugar de Peso da Régua, que corresponde ao núcleo urbano da Cidade e abrange parte das freguesias de Peso da Régua e Godim. É também aqui que reside mais de metade dos 17131 habitantes do concelho.

Ainda de realçar a ausência de qualquer tipo de povoamento no extremo NW do concelho que corresponde à Serra do Marão, a área mais acidentada do concelho.

A cidade de Peso da Régua encontrar-se na confluência de dois importantes cursos de água, o rio Douro e o seu afluente, o rio Corgo. Estes foram estruturantes no povoamento, no desenvolvimento económico desta região e decisivos para que a Régua constituísse o local de concentração das produções vinícolas oriundas do "Baixo Corgo" e fosse, por excelência, o entreposto comercial da Região Duriense. No entanto, a Região Demarcada do Douro oferecia grandes dificuldades à implementação de vias de comunicação, como afirma PINA (1997), e sofria, por isso, de graves problemas de acessibilidade.

Até ao final do século XIX, *"o Alto Douro continuava extremamente periférico, apesar do impacte económico do Vinho do Porto na balança comercial portuguesa."* (PINA, 2003, pp. 4). Esta situação só começou a ser alterada com a construção do caminho de ferro, que chegou à Régua em julho de 1879. O transporte fluvial tornava-se

demasiado moroso e dispendioso e o caminho de ferro veio substituí-lo na sua função de via de comunicação, *“era notória a supremacia do transporte de vinhos conquistada pelo caminho de ferro enquanto decaía o transporte fluvial, (...)”* (PINA, 2003, pp. 15).

Nas últimas duas décadas, o rio Douro viu a sua função de via de comunicação ser revitalizada com o impulso que lhe deu o turismo, com vários operadores a fazerem cruzeiros ao longo do seu curso navegável.

No que diz respeito à rede viária, internamente o concelho de Peso da Régua é servido por uma rede de estradas que assegura a ligação entre os diferentes lugares do concelho e as várias sedes de freguesia. A implementação da rede viária veio também influenciar a distribuição da população e acompanhar o seu crescimento, *“as manchas de povoamento, (...) posicionam-se preferencialmente em rechãs situadas entre os 350 e os 500 metros de altitude, expandindo-se sobretudo após a década de sessenta, ao longo das principais vias de comunicação”* (PINA, 1997, pp.73). Como é característico das áreas mais rurais e dos concelhos do interior, o concelho do Peso da Régua conta também com uma grande extensão de caminhos rurais.

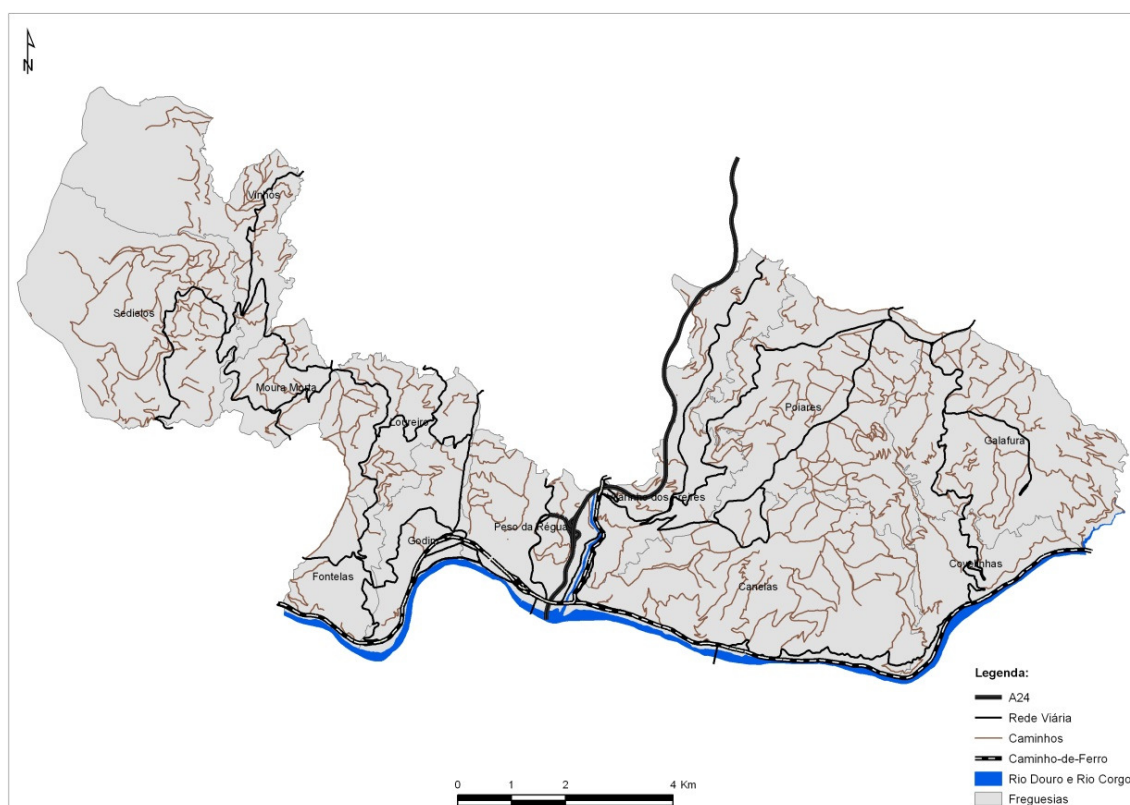


Figura 3 - Rede viária do concelho do Peso da Régua

No eixo Norte-Sul, Peso da Régua vê assegurada uma ligação rápida a Lamego e Vila Real através da A24, sendo esta a principal via de comunicação que atravessa o concelho. No entanto, a ligação no eixo Este-Oeste e à cidade do Porto afigura-se ainda insuficiente.

1.2. CARATERIZAÇÃO FÍSICA

A geomorfologia desta região é fortemente dominada pelo dorso imponente da Serra do Marão, pelo vale profundo do Douro e pelos vales de alguns afluentes deste rio, (TEIXEIRA, C.; *et al*, 1967).

No extremo NW do concelho do Peso da Régua ergue-se a Serra do Marão, de natureza essencialmente xisto-quartzítica, onde se registam as maiores altitudes do concelho, 1390 metros (Figura 4). *“Estas rochas formam as imponentes cristas do Alto do Marão e da Fraga da Ermida”* (CMR, 1993). O concelho está implantando, quase na totalidade, sobre rochas metassedimentares do complexo Xisto-Grauváquico, e que conferem a este território uma morfologia de vertentes arredondadas.

Na localidade de Covelinhas encontra-se o único afloramento granítico do concelho, definido como um afloramento de pequenas dimensões, que parece estar controlado pelo filão-falha de S. Leonardo.

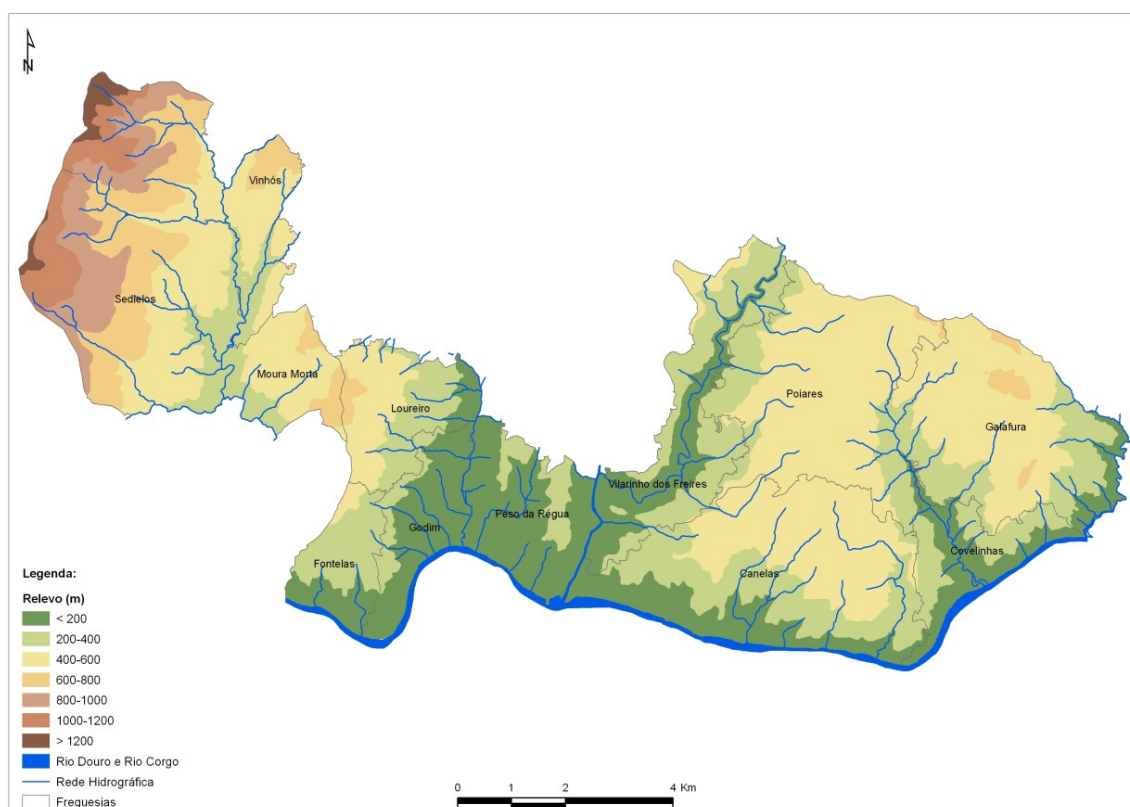


Figura 4 - Mapa hipsométrico do concelho do Peso da Régua

Destaca-se ainda o marco geodésico de S. Leonardo de Galafura com uma altitude de 637 metros. Esta área corresponde a um filão de quartzo que atinge dimensões consideráveis e uma espessura de 30 metros. Por se encontrar num nível de aplanamento, definido por LAUTENSACH (1998), como um terraço do rio Douro, assim como os níveis aplanados aos 300 metros, S. Leonardo destaca-se na paisagem e é um ponto de referência do concelho por constituir um miradouro sobre o Rio Douro, eternizado pela obra de Miguel Torga.

O rio Douro corre na região meridional do concelho num vale apertado e de vertentes, em geral, abrutadas. Apenas na cidade de Peso da Régua, o vale é mais largo existindo mesmo um pequeno terraço fluvial de pouca altitude, a cerca de 75 metros.

Procurando o seu nível de base, os afluentes do Rio Douro abrem vales profundos, (Figura 5), mesmo quando são linhas de água de caudal diminuto ou secos grande parte do ano, *“o seu perfil longitudinal em escadaria traduz a penetração regressiva dos sucessivos níveis de erosão, que os terraços (...) permitem reconhecer no vale do Douro.”* (LAUTENSACH, 1998, pp.147).

A rede hidrográfica do concelho é ainda influenciada pela falha Verín-Penacova, que constitui um vale de fratura aproveitado pelo rio Corgo, e condiciona a orientação Tardi-Hercínica NNE-SSW das principais linhas de água.

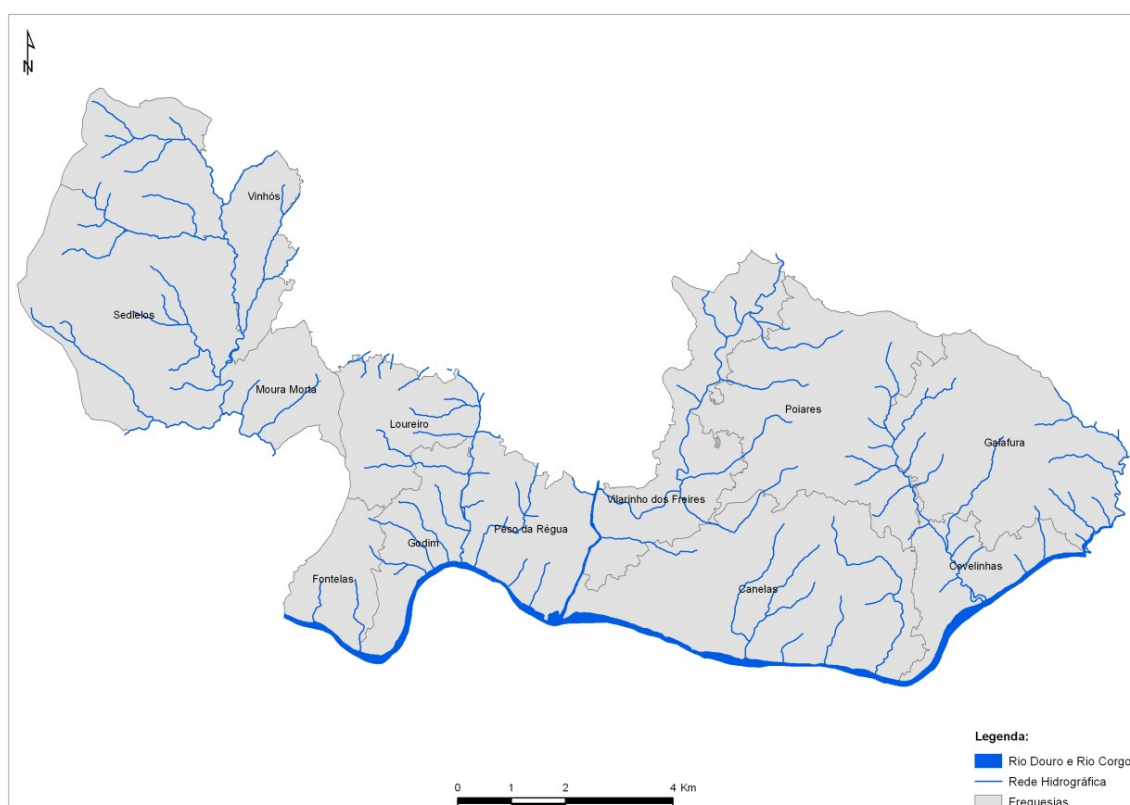


Figura 5 - Rede hidrográfica do concelho do Peso da Régua

Pelas suas características geológicas e hidrográficas Peso da Régua é um concelho com declives bastante acentuados. Destacam-se as vertentes da Serra do Marão, onde se registam os maiores declives, acima dos 45º, o vale do Rio Corgo, o vale da Ribeira de Covelinhas e as vertentes do Rio Douro.

LAUTENSACH (1998) explica que é sobretudo junto do Douro, onde a densidade dos vales é elevada e forte a intensidade da erosão recente, que encontramos as vertentes mais inclinadas (Figura 6).

As áreas mais planas localizam-se do terraço fluvial do Peso da Régua, ao longo da Ribeira da Meia Légua, e no planalto de Galafura, Poiares e Canelas, cortado pela instalação da Ribeira de Covelinhas.

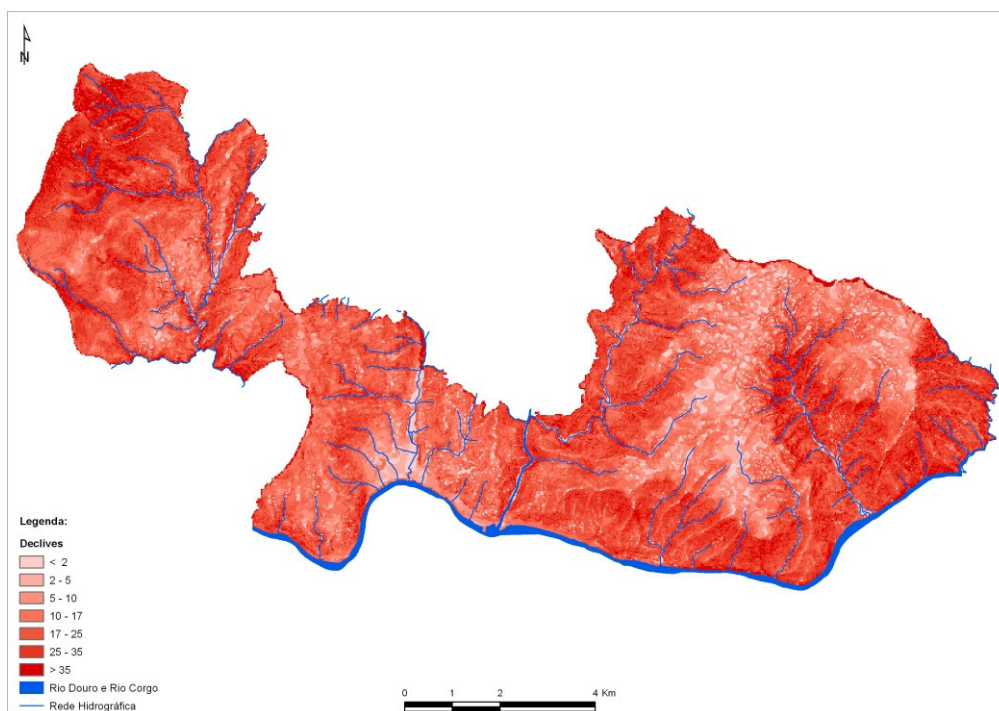


Figura 6 - Declives do concelho do Peso da Régua

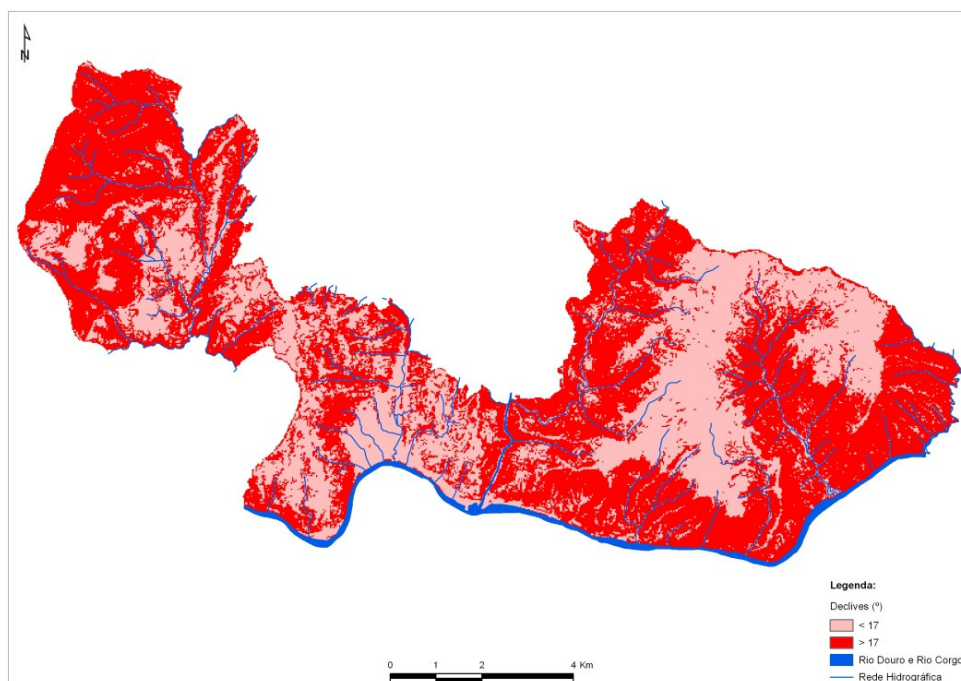


Figura 7 - Declives preferenciais do concelho do Peso da Régua

Se definirmos os declives em apenas duas classes, tendo como valor de referência os 17º, valor a partir do qual o território é integrado em Reserva Ecológica Nacional, vemos de forma mais nítida as características

acidentadas do concelho e os seus níveis de aplanamento, onde encontramos grande parte da área urbana (Figura 7). Devido à sua posição geográfica, as exposições do concelho de Peso da Régua são maioritariamente ao quadrante Sul, apenas nos vales de algumas linhas de água se encontram exposições a Norte. Na Serra do Marão, pela sua orientação Tardi-Hercínica, as exposições dominantes são a Este, bem como no vale da Ribeira da Meia Légua e na Ribeira de Covelinhas. Esta predominância explica a grande predisposição para o cultivo da vinha nesta região.

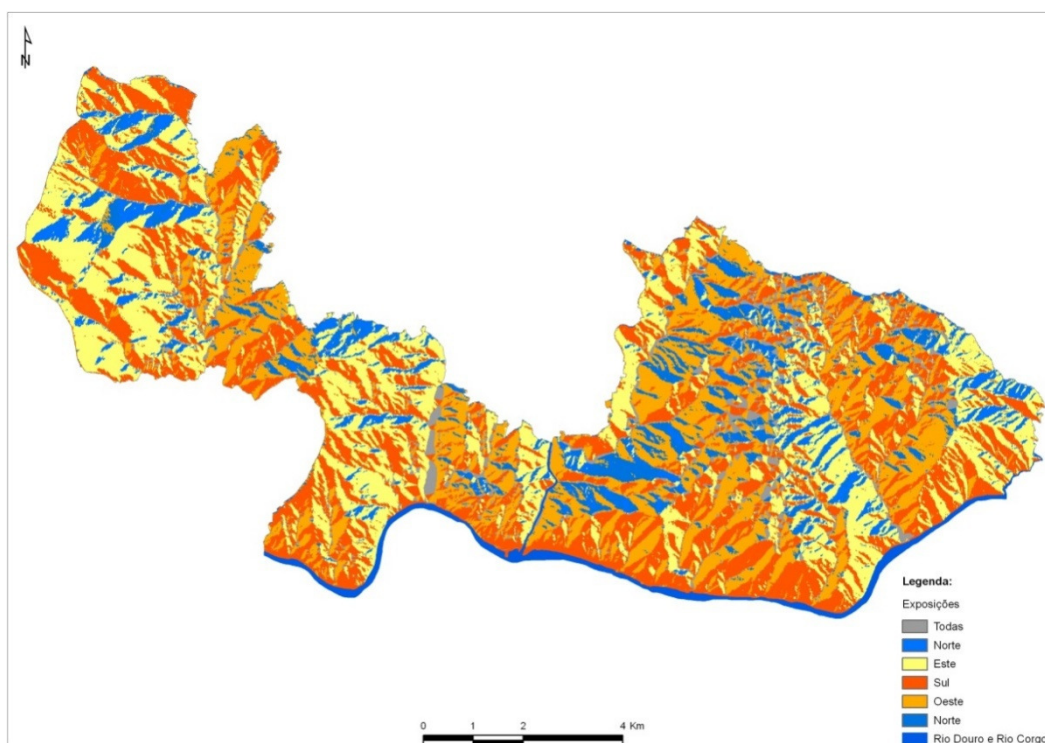


Figura 8 - Exposições do concelho de Peso da Régua

1.2.1. CARATERIZAÇÃO CLIMÁTICA

O clima de Portugal está relacionado com o jogo de massas de ar e centros de ação, que a circulação geral da atmosfera comanda nestas latitudes. Situado nas vizinhanças dum limite meteorológico importante, Portugal fica no verão sob a influência do anticiclone subtropical dos Açores que origina tempo quente e seco, enquanto nas outras estações do ano, com a descida do anticiclone para Sul, fica enquadrado na faixa dos ventos variáveis de Oeste, os quais arrastam com frequência, para o território, depressões que correspondem a ondulações da superfície frontal polar e originam tempo chuvoso e instável.

Além das condições gerais existem condicionalismos locais que influenciam o clima e o tornam tão dispar no território nacional. Eles são em parte resultantes da própria repartição das massas montanhosas, concentradas na metade setentrional do país e interpostas entre a faixa litoral e os planaltos interiores.

Na região do Douro, a própria disposição do vale limita a deslocação das massas de ar para o interior, fazendo com que o ar húmido do Atlântico não penetre para além da barreira montanhosa constituída pela serra de

Montemuro, Marão e Alvão, resultando em temperaturas mais elevadas, precipitação e humidade mais reduzidas, que caracterizam a Terra Quente.

Da análise do diagrama termopluiométrico da estação meteorológica do Peso da Régua para o período 1930-1961 (Figura 9), verificamos que o valor máximo de temperatura se regista nos meses de julho e agosto, 23.2°C. É também no mês de julho que se registam os menores valores de precipitação com 12.2 mm.

Como é característico do clima mediterrânico, Peso da Régua conta com quatro meses secos, de junho a setembro, ou seja, meses em que o valor médio de temperatura é superior ao valor médio de precipitação.

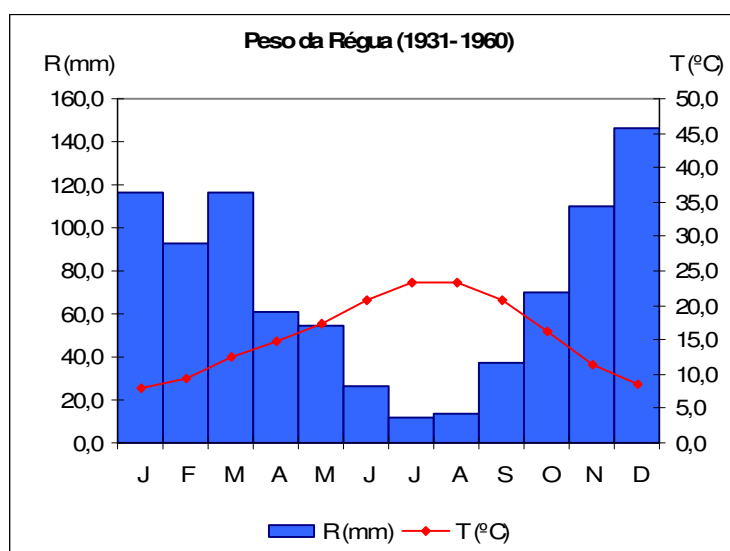


Figura 9 - Gráfico termopluiométrico da estação meteorológica do Peso da Régua

O pico do valor médio das precipitações verifica-se no mês de março, enquanto que os meses mais pluviosos são os de dezembro e janeiro. Isto porque na primavera a influência dos anticiclones formados no interior da Península Ibérica cessa e todo o território é invadido por depressões e chuvas abundantes. Os menores valores da precipitação mensal correspondem, naturalmente aos meses de julho e agosto, época em que a intensidade do Anticiclone dos Açores é maior. Segundo RIBEIRO (1999), o clima mediterrânico no território português sofre alterações resultantes das características locais, sem contudo lhe retirar as características fundamentais.

1.2.2. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

A região Norte não apresentou na última década grandes variações populacionais, mantendo sensivelmente a mesma população residente de 2001. Já a NUT III Douro apresentou um decréscimo populacional de 7,19% e o concelho de Peso da Régua de 9,03%, contando agora com 17131 habitantes. De notar, contudo, que as estimativas populacionais divulgadas ao longo do período intercensitário anteviam um decréscimo populacional superior a 14%, que não se verificou.

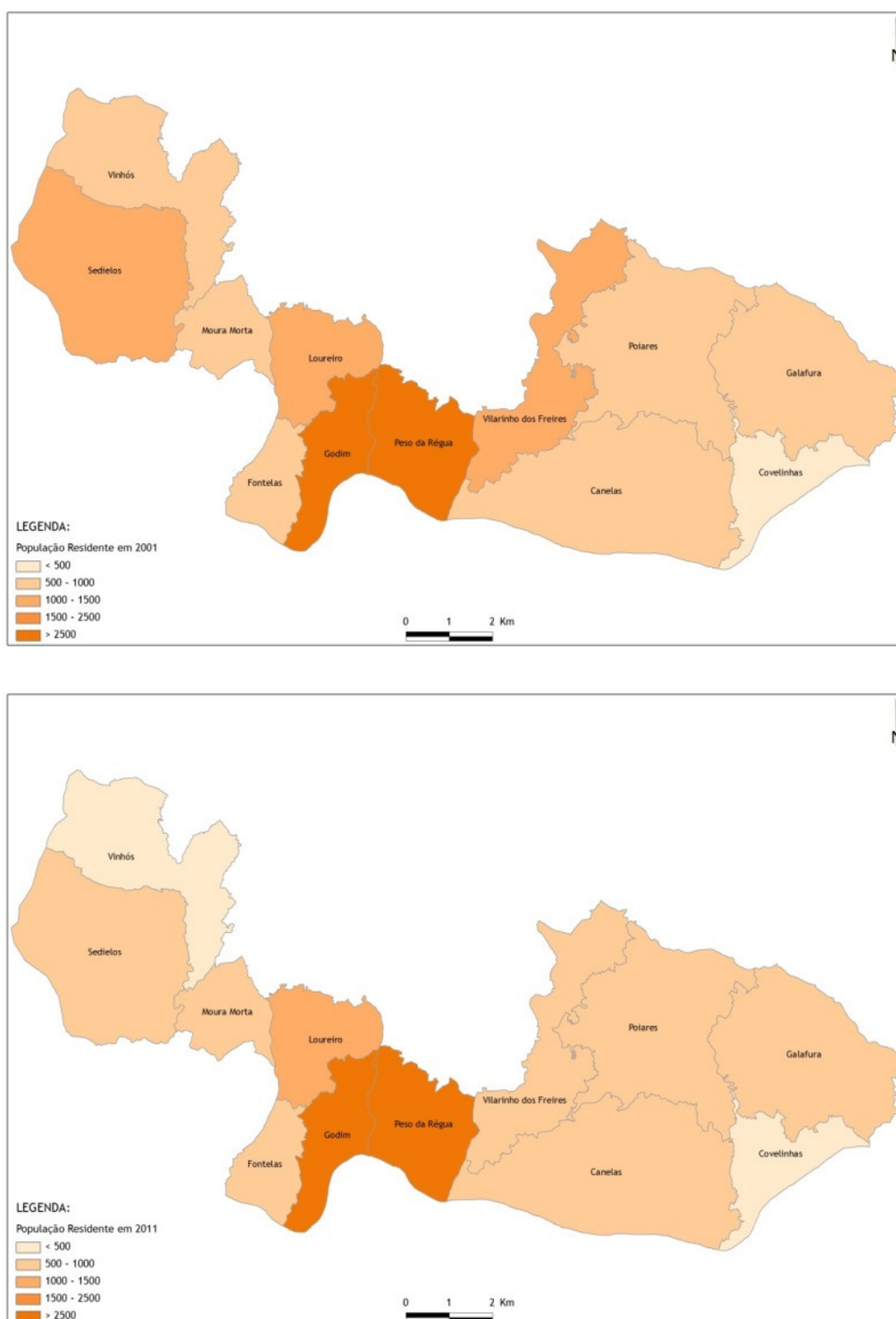


Figura 10 - População residente por freguesia, em 2001 e 2011

A tendência de concentração de população nas freguesias da cidade de Peso da Régua mantém-se e sai até reforçada, uma vez que de 53% em 2001 passa para 58%, em 2011. São também estas as únicas freguesias do concelho cujos quantitativos populacionais são superiores a 1500 habitantes.

Ao longo dos últimos 10 anos, todas as freguesias do concelho perderam população, à exceção da freguesia de Peso da Régua que regista um saldo positivo de 4,17%. Algumas das freguesias registam perdas populacionais muito acentuadas, como é o caso de Galafura (-20,48%), Loureiro (-20,52%), Canelas (-29,51%) e Sediolos (-30,30%).

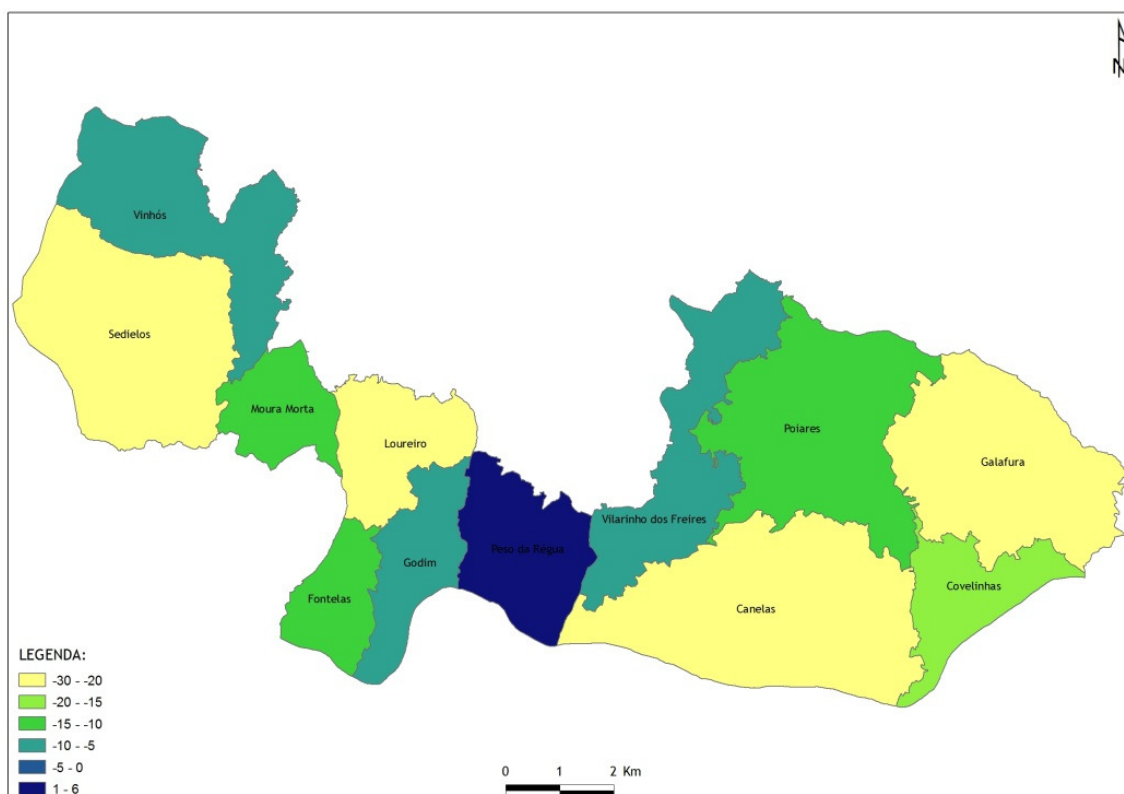


Figura 11 - Variação da população residente por freguesia, em 2001 e 2011

A perda populacional que se verificou nestes 10 anos, associada à diminuição da taxa de natalidade, contribuiu para o aumento do índice de envelhecimento que na região Norte se fixou em 113,3 idosos por cada 100 jovens em 2011.

O envelhecimento da população é hoje um dos fenómenos demográficos mais preocupantes nas sociedades modernas. O agravamento do envelhecimento da população tem vindo a ocorrer de forma generalizada em todo o território e deixou de ser um fenómeno localizado apenas no interior do país.

Peso da Régua apresenta uma relação de 145,4 idosos por cada 100 jovens (Figura 12), que apesar de ser um indicador mais positivo que o da NUT III Douro (176,2), esconde valores muito elevados como os verificados nas freguesias de Polares (208,6), Sediolos (215,8), Vinhós (232,1) e Covelinhas (270,8).

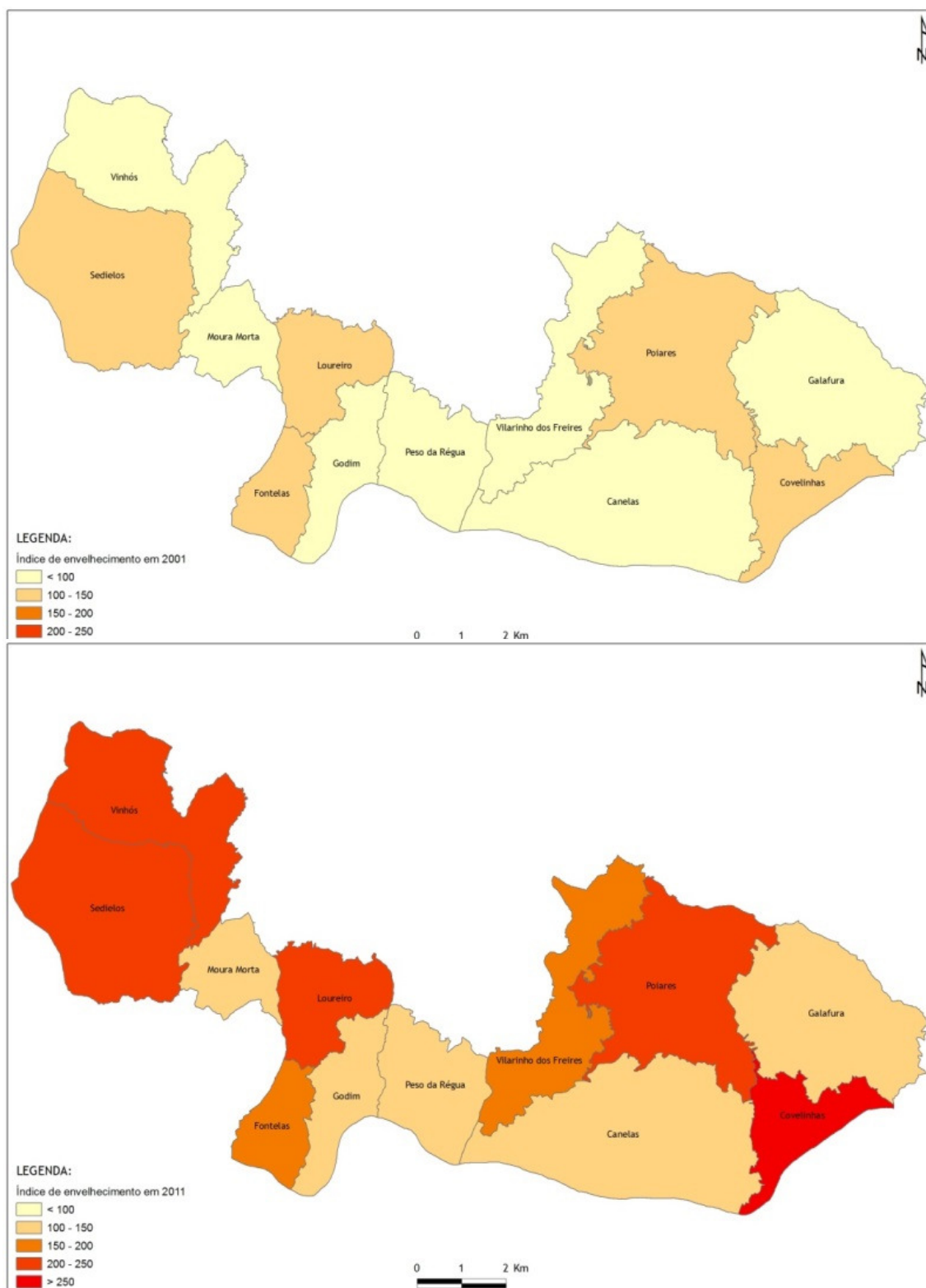


Figura 12 - Índice de envelhecimento por freguesia, em 2001 e 2011

Se na região Norte, 2011 é a primeira vez em que a percentagem de idosos ultrapassa a percentagem de jovens, no caso de Peso da Régua também é a primeira vez que em todas as freguesias do concelho se verificam percentagens mais elevadas de idosos do que de jovens.

Se em 2001, as freguesias de Godim (16,8%), Canelas (17,1%), Vilarinho dos Freires (17,5%), Galafura (19,5%) e Moura Morta (20,7%) registavam percentagens mais elevadas de jovens do que de idosos, o mesmo não se verifica em 2011.

As freguesias de Sediolos (26,7%), Poiares (27,1%) e Covelinhas (29,3%) são as que apresentam percentagens mais elevadas de população residente com mais de 65 anos, o que permite compreender o elevado índice de envelhecimento. No caso de Vinhós, para além de uma percentagem alta de população residente com mais de 65 anos – 24,6%, há ainda uma percentagem de apenas 10,6% de jovens até aos 14 anos. Em contraponto, as freguesias de Canelas (15,7%), Moura Morta (16,2%) e Galafura (17,3%) são as freguesias com percentagens mais elevadas de população jovem.

No que diz respeito ao índice de sustentabilidade potencial, que fornece uma medida do número de indivíduos em idade ativa por cada indivíduo idoso, verifica-se que a maioria das freguesias apresenta valores mais baixos que o valor nacional de 3,4. Apenas as freguesias de Godim e Peso da Régua apresentam uma relação de maior sustentabilidade potencial, respetivamente com 4,1 e 3,9 (Figura 13).

Por seu lado, Covelinhas (2,1), Poiares (2,2) e Sediolos (2,2) são as freguesias com valores mais baixos de sustentabilidade potencial.

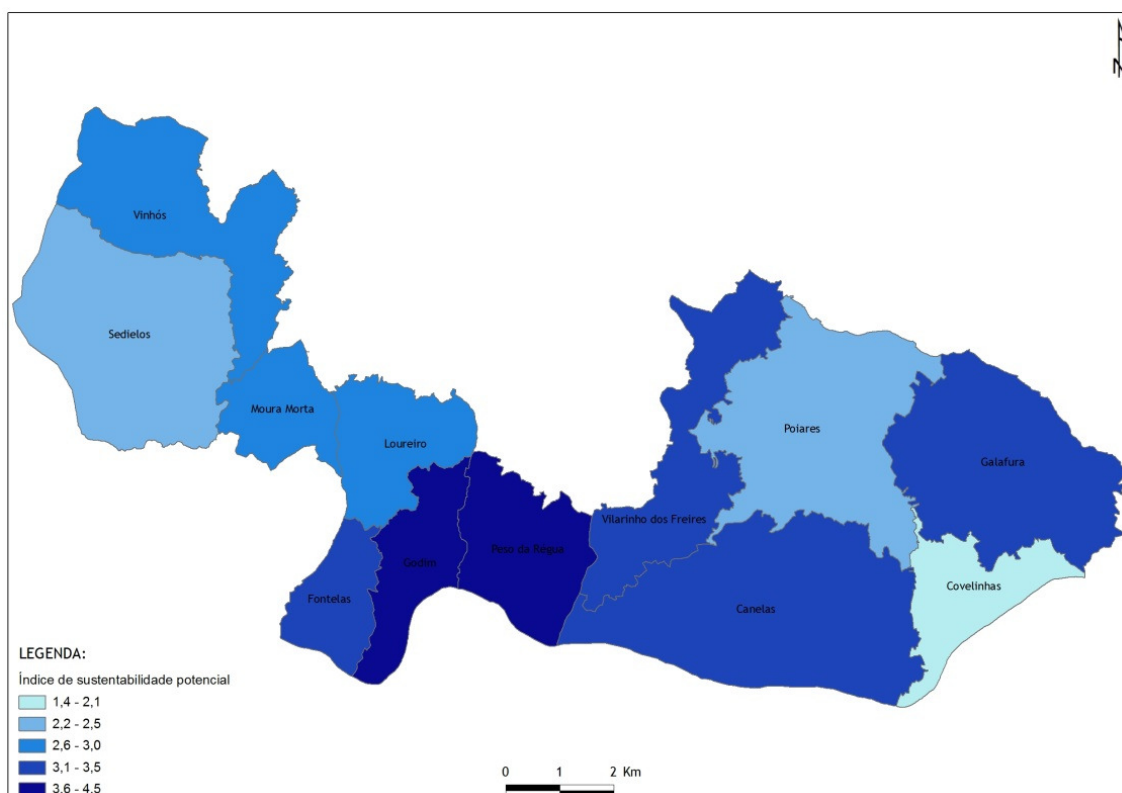


Figura 13 - Índice de sustentabilidade potencial por freguesia, em 2011

Quanto à taxa de analfabetismo, em 2011, Peso da Régua apresenta um valor de 7,67%, superior à taxa nacional de 5,23%. De facto, apenas as freguesias da cidade se aproximam dos valores nacionais.

No entanto, estes valores refletem uma substancial melhoria face a 2001, em que o concelho registava uma taxa de 11,87% e seis das suas freguesias tinham valores superiores a 15% (Figura 14).

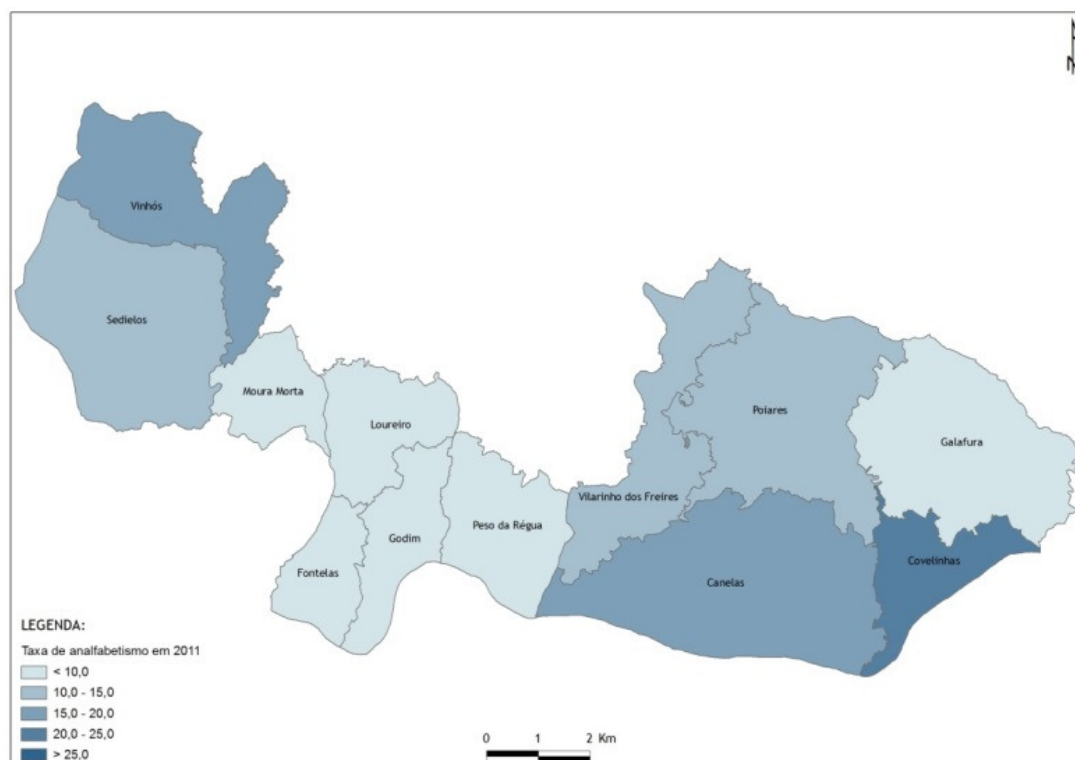
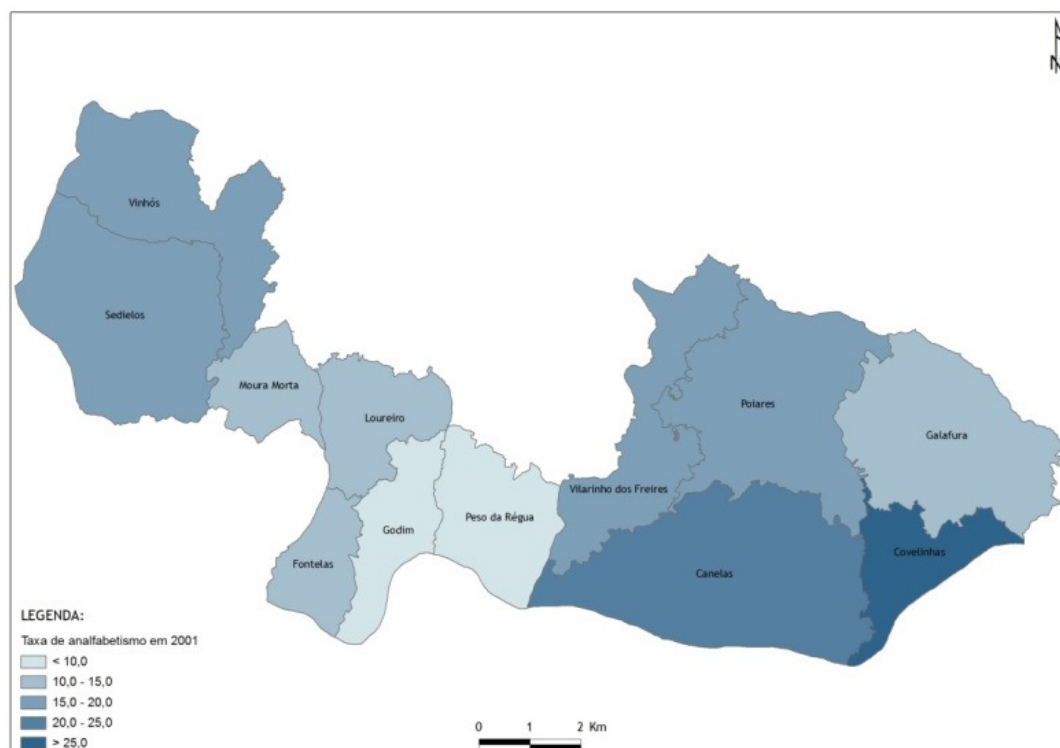


Figura 14 - Taxa de analfabetismo por freguesia, em 2001 e 2011

No entanto, em 2011 ainda subsistem algumas freguesias com taxas superiores a 15%, como é o caso de Vinhós (17,26%), Canelas (17,33%) e Covelinhas (21,05%), em parte justificado pela elevada percentagem de população idosa nestas freguesias. Ainda em relação à educação e qualificação da população existem outros indicadores que importa analisar, desde logo a proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo (Figura 15). Se em Portugal existem 10% da população nesta condição, no concelho de Peso da Régua existem freguesias com o triplo desse valor como é o caso de Covelinhas (31,82%) e Vinhós (32,96%). Apenas a freguesia de Peso da Régua apresenta uma percentagem em linha com o valor nacional.

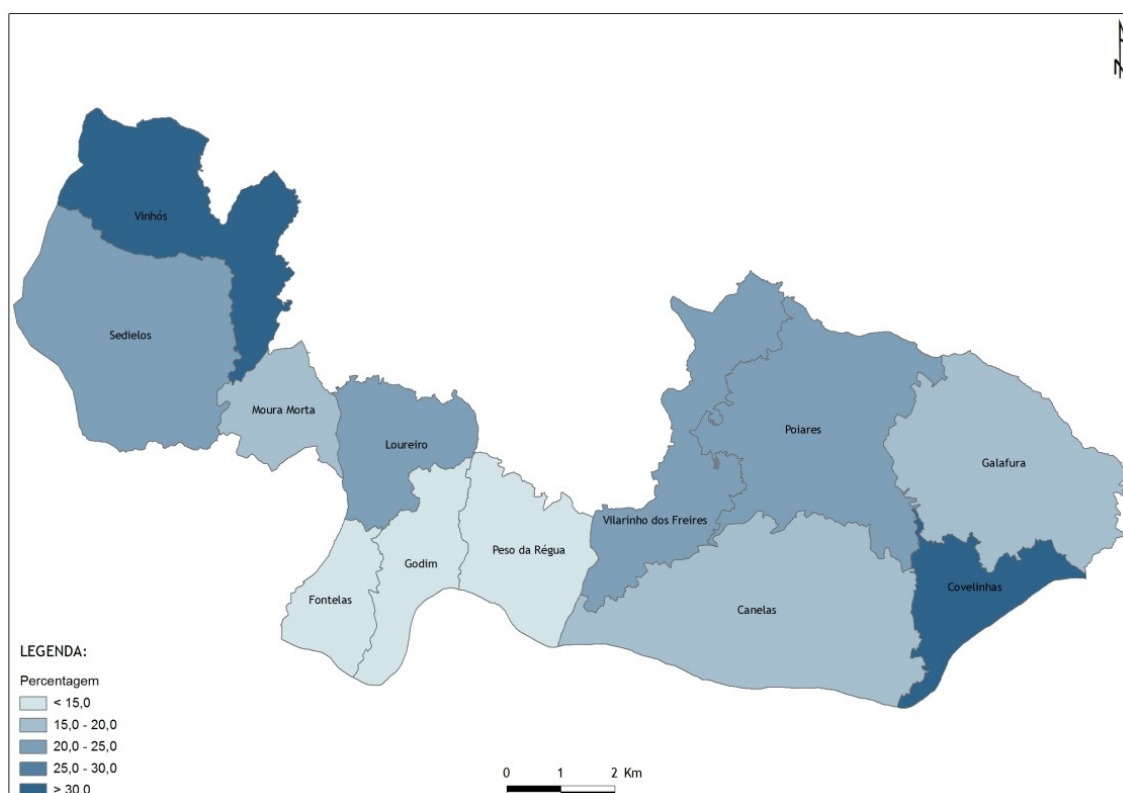


Figura 15 - Proporção da população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo por freguesia, em 2011

Depois, em relação à proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de idade com pelo menos o ensino secundário completo (Figura 16), a freguesia com a percentagem mais elevada é Poiães com 62,79%, logo seguida de Peso da Régua (58,61%) e Fontelas (54,39%). No extremo oposto, encontramos as freguesias de Sedielos (41,07%), Canelas (38,24%) e Covelinhas (35,71%). Por fim, a proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos de idade com pelo menos o ensino superior completo (Figura 17), revela duas freguesias sem nenhuma ocorrência – Galafura e Vinhós. As percentagens mais elevadas deste indicador concentram-se na cidade, com Peso da Régua a registar 26,92% e Godim 24,21%. Contudo, apesar de serem as percentagens mais elevadas do concelho, ficam aquém dos 28,62% registados a nível nacional.

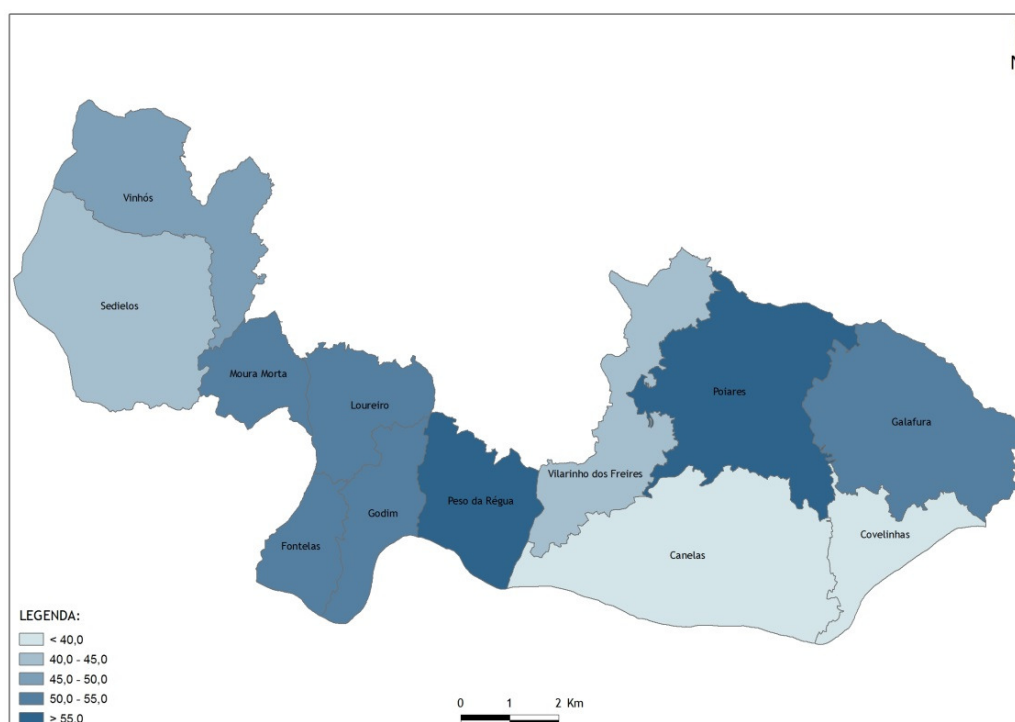


Figura 16 - Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de com pelo menos o ensino secundário completo por freguesia, em 2011

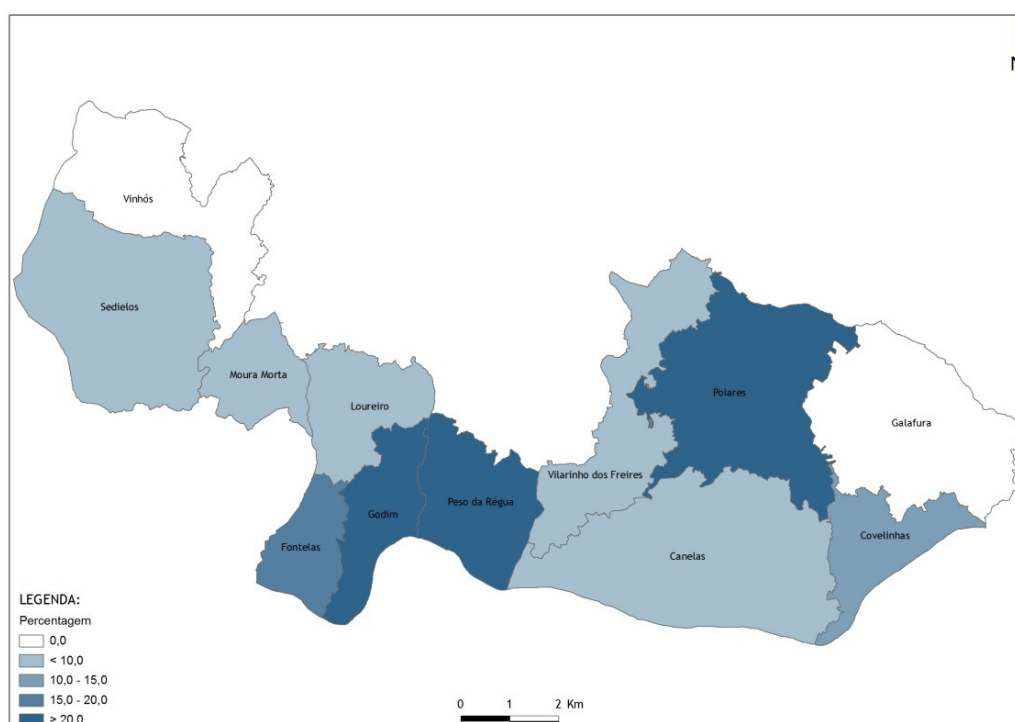


Figura 17 - Proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos de idade com pelo menos o ensino superior completo por freguesia, em 2011

1.2.3. CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO CONCELHO DE PESO DA RÉGUA

No que diz respeito à caraterização socioeconómica, o setor primário continua a ter um peso significativo na empregabilidade da população residente no concelho. Enquanto a percentagem de população empregada neste setor a nível nacional é de 3,1%, em Peso da Régua (concelho) esse valor é de 16,2%, com Vinhós a registar a percentagem mais elevada e Peso da Régua (freguesia) a percentagem mais baixa, respetivamente 58,5% e 4,5% (Figura 18).

De facto, são as freguesias mais afastadas do centro urbano do Peso da Régua que registam os valores mais elevados de população empregada neste setor. Contudo, é de notar que houve um decréscimo de população empregada neste setor em todas as freguesias do concelho em relação aos valores registados em 2001, à semelhança do que aconteceu a nível nacional e na região Norte.

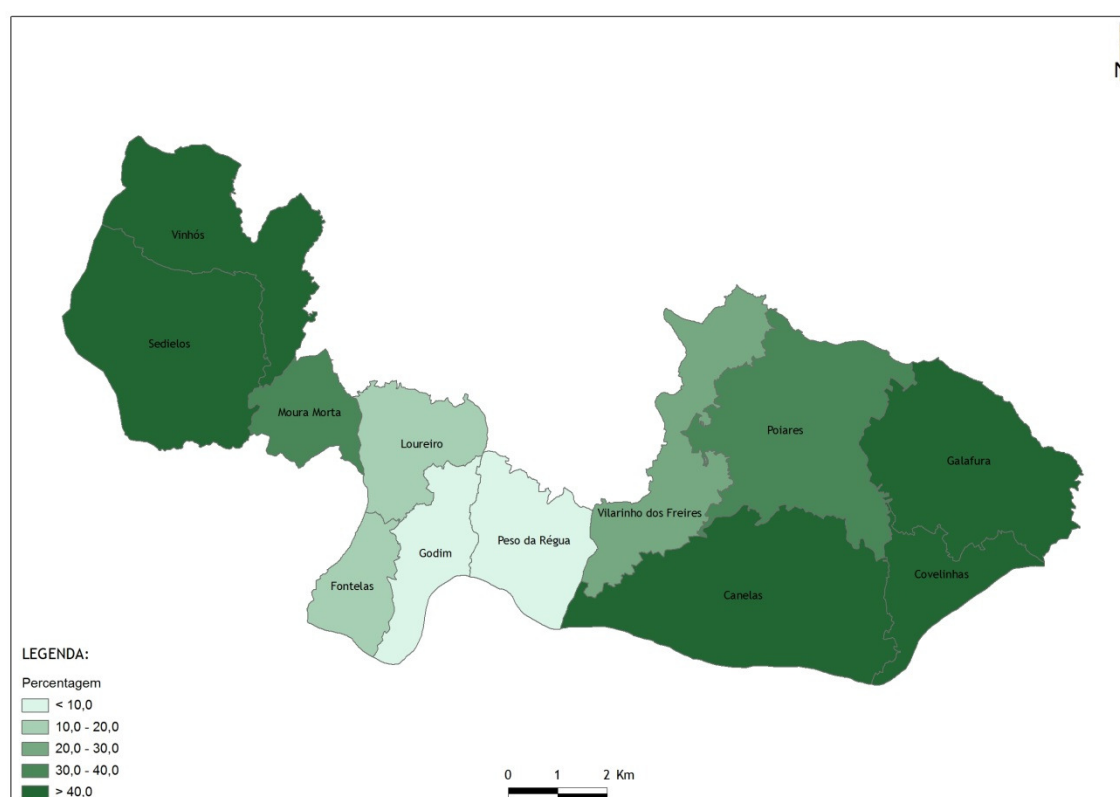


Figura 18 - Proporção de população empregada no setor primário, por freguesia, em 2011

Do mesmo modo, no setor secundário também se verificou um decréscimo de população empregada, de cerca de 10% a nível nacional e de 7% no concelho do Peso da Régua.

No entanto, em relação a 2001, as freguesias de Covelinhas, Moura Morta e Vinhós registaram um aumento de população empregada neste setor, particularmente significativo na freguesia de Covelinhas, que aumentou de 9,7% para 17,7%, e Vinhós de 12,1% para 21,3% (Figura 19).

As atividades secundárias que mais empregam população no concelho são a construção civil e as indústrias transformadoras do setor agroalimentar.

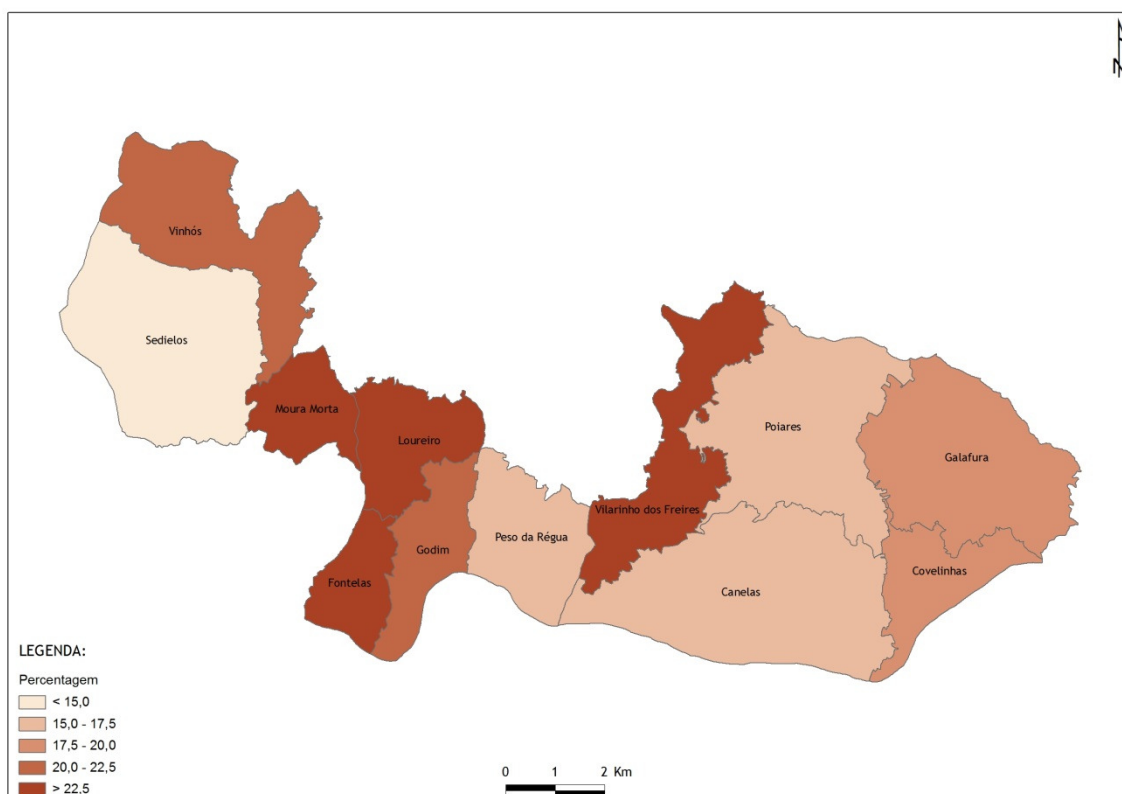


Figura 19 - População empregada no setor secundário, por freguesia, em 2011

A terciarização da sociedade portuguesa está também bem presente no concelho do Peso da Régua (Figura 20).

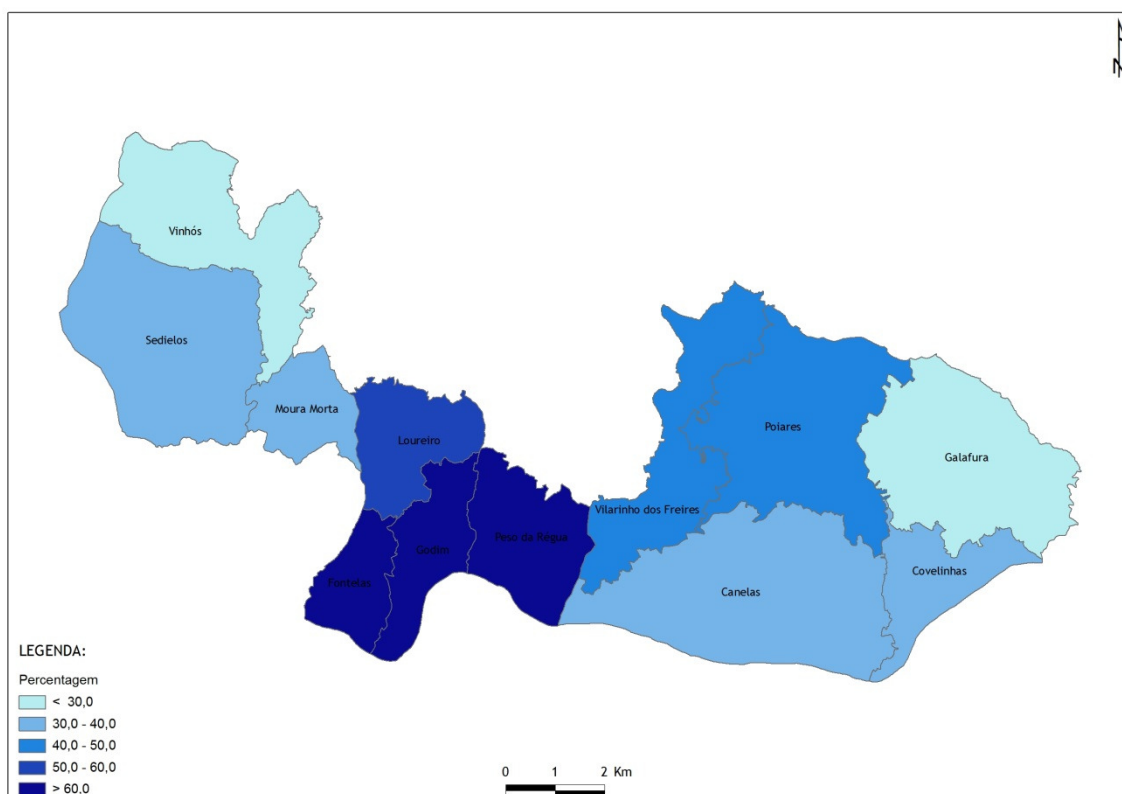


Figura 20 - População empregada no setor terciário, por freguesia, em 2011

Este é o setor de atividade que mais emprega população residente, nomeadamente na área de comércio e serviços, atividades imobiliárias, educação e administração pública.

As freguesias com percentagens mais elevadas de população afeta a este setor de atividade correspondem às freguesias do lugar urbano de Peso da Régua, Godim regista 74,2% e Peso da Régua 80,1%. Fontelas, pela sua proximidade à cidade, também regista uma percentagem elevada de população afeta ao setor terciário, superior a 60%.

É ainda de notar que em todas as freguesias do concelho se registou um aumento de população afeta a este setor, particularmente significativo em Covelinhas, Loureiro e Galafura, onde o aumento foi superior a 10%.

A afetação da população empregada aos diferentes setores de atividade está estritamente relacionada com a qualificação da população residente e também com a maior proporção de população jovem.

Recentemente, e em sequência da aplicação da Lei 11-A/2013 de 28 de janeiro, o concelho de Peso da Régua é constituído por 8 freguesias, sendo elas: Galafura e Covelinhas, Poiares e Canelas, Vilarinho dos Freires, Peso da Régua e Godim, Fontelas, Loureiro, Moura Morta e Vinhós, Sedielos.



Figura 21 - Freguesias resultante da aplicação da Lei 11-A/2013

Apesar desta reorganização administrativa ser agora uma realidade, a leitura dos dados dos Censos 2011 reflete uma realidade que está muito mais relacionada com o efeito de atracção e de centralidade da Cidade de Peso da Régua e pela sua estrutura de povoamento do que pelos seus limites administrativos.

2. EDUCAÇÃO

2.1. PANORAMA CONCELHIO

Uma análise ao panorama concelhio, no que diz respeito ao nível de instrução da população do Peso da Régua, permite constatar que a taxa de analfabetismo é de 7,67% de acordo com os Censos 2011. Comparativamente aos Censos 2001, verifica-se uma descida acentuada do número de população sem nível de escolaridade, que à data era de 11,87%. Segundo os Censos de 2011 uma grande parte da população, cerca de 32,4%, possui apenas o 1º ciclo do ensino básico.

Quanto ao 2º ciclo, segundo os dados dos Censos do mesmo ano, a nível concelhio, é possível apurar que 12,8% da população possui este nível de instrução, 17,2% possui o 3º ciclo e apenas 13,2% da população possui a escolaridade mínima obrigatória, que em 2009, a Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto estabeleceu o regime de escolaridade obrigatória até ao 12º ano ou no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos. Estes dados podem indicar que os recursos humanos desta região são pouco qualificados.

Aumentando os níveis de ensino, a percentagem da população diminui significativamente: 11,68% terminaram o ensino secundário e 9,0% terminaram o ensino superior. Em 2001 a percentagem de população com o ensino superior era de 5.1%, comparativamente a 2011, conclui-se de forma geral que houve um aumento no nível de instrução da população, embora ainda estejamos longe de atingir os valores desejados.

Assim, torna-se fundamental investir na qualificação da população, nomeadamente na formação dos jovens quer seja através do investimento em ações de formação profissional, cursos vocacionais ou no ensino regular, de forma a que os jovens concluam o ensino secundário, investindo assim na qualidade da mão de obra que possam vir a oferecer. É de referir, que desde 2005, foram tomadas medidas específicas para aumentar o reconhecimento de competências da população, nomeadamente através do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Escolares e Profissionais (RVCC). Transportando estes dados para a realidade nacional pode-se afirmar que os valores do concelho refletem a realidade do país. De acordo com o relatório da OCDE “Education at a Glance 2013”, Portugal está entre os cinco países da OCDE com maior proporção de adultos, entre os 25 e os 64 anos) sem o ensino secundário completo: 65% em contraste com a média de 25% da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Deste modo conclui-se que “O desafio ainda é aumentar as baixas taxas de escolaridade”, pois só deste modo o concelho do Peso da Régua pode estimular as potencialidades e recursos endógenos e competir com outras cidades do país e da união europeia.

De acordo com a reorganização escolar implementada pelo Ministério da Educação, os estabelecimentos de ensino público do concelho estão integrados num mega agrupamento denominado Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia. Foram também construídos dois centros escolares, Centro Escolar da Alameda e Centro Escolar das Alagoas, onde está concentrado o 1º Ciclo do ensino básico. Ao nível do pré-escolar, existem três salas em cada um dos centros escolares e ainda uma sala em cada uma das seguintes freguesias: Loureiro e Galafura. Godim é a freguesia do concelho que reúne estabelecimentos de todos os níveis de ensino desde o jardim de infância até ao ensino profissional.

Como já referido, a lei nº85/2009 de 27 de agosto veio estabelecer o alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e consagrar a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. Consideram-se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas

entre os 6 e os 18 anos. A escolaridade obrigatória cessa com a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário de educação, ou independentemente de qualquer ciclo ou nível de ensino no momento em que o aluno perfaça 18 anos.

No 1.º ciclo, o ensino visa o desenvolvimento de competências básicas definidas para este nível de ensino. Com a implementação da escola a tempo inteiro, as escolas funcionam, no mínimo, oito horas por dia, permitindo oferecer atividades de enriquecimento curricular em que se inclui o ensino de Inglês nos quatro anos de escolaridade e o apoio ao estudo para todos os alunos (de caráter obrigatório), bem como a atividade física e desportiva. Este nível de ensino funciona em regime de monodocência, havendo a possibilidade de recurso a professores especializados em determinadas áreas, como os professores do Ensino especial.

No 2.º ciclo, o ensino está organizado por disciplinas e áreas de estudo de caráter pluridisciplinar.

No 3.º ciclo, o ensino está organizado por disciplinas. Tem por objetivos principais a aquisição de conhecimentos e competências indispensáveis ao ingresso na vida ativa e ao prosseguimento de estudos.

Os 2.º e 3.º Ciclos funcionam em regime de pluridocência, com professores especializados nas diferentes disciplinas. O ensino das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é obrigatório no 7.º e 8.º ano de escolaridade. No ensino básico, os alunos são sujeitos à avaliação sumativa interna e externa através das provas de aferição. No 1.º, 2.º e 3.º ciclo, os alunos são submetidos a uma avaliação sumativa externa, através de exames nacionais, nas disciplinas de Português e Matemática. Aos alunos que completam com sucesso o 3.º ciclo é atribuído o diploma do ensino básico.

O ensino secundário visa proporcionar uma formação e aprendizagens diversificadas, possuindo diversas vias:

- Cursos científico-humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior;
- Cursos artísticos especializados, vocacionados para o prosseguimento de estudos ou orientados para a inserção no mundo do trabalho;
- Cursos profissionais, vocacionados para a qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos;
- Ensino secundário na modalidade de ensino recorrente;
- Cursos de ensino vocacional.

O nosso concelho não oferece todas as vias do ensino secundário, assim, possui apenas as modalidades de cursos científico-humanísticos e cursos profissionais.

2.2. ENSINO PRÉ-ESCOLAR

A educação pré-escolar destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos, antecedendo a entrada oficial na escolaridade obrigatória. É de frequência facultativa e é ministrada em jardins de infância públicos ou privados. Os jardins de infância públicos são gratuitos.

Os jardins de infância (JI) que integram a rede pública existentes no concelho, no ano letivo de 2014/2015, totalizam 130 crianças distribuídas pelas salas a funcionar nos dois centros escolares e nas freguesias de Loureiro e Galafura.

Nº de crianças a frequentar o jardim de infância	
Centro Escolar das Alagoas	58
Loureiro	18
Galafura	11
Centro Escolar da Alameda	43
Total	130

Figura 22 - Nº de crianças a frequentar o jardim de infância da rede pública no ano letivo 2014/2015

Do total de crianças a frequentarem o jardim de infância, 45% encontram-se no Centro Escolar das Alagoas e 33% no Centro Escolar da Alameda. As restantes crianças, 22%, frequentam os jardins de infância de Loureiro e Galafura.

Distribuição dos alunos por idades a frequentar os JI				
	3 Anos	4 Anos	5 Anos	Total
Centro Escolar das Alagoas	17	22	19	58
Loureiro	6	8	4	18
Galafura	5	2	4	11
Centro Escolar da Alameda	10	15	18	43

Figura 23 - Distribuição dos alunos por idades a frequentar os JI no ano letivo 2014/2015

Frequentam este nível de ensino, bem como nos restantes níveis, crianças com necessidades educativas especiais, sendo apoiadas pela Equipa do Ensino Especial constituída por professores especializados e técnicos especialistas. O agrupamento possui uma unidade especializada de apoio a este tipo de alunos, a Unidade de Surdos, cujos técnicos acompanham os alunos que frequentam as diversas escolas do agrupamento.

Nº de crianças com Necessidades Educativas Especiais a frequentar o Agrupamento	
Centro Escolar das Alagoas	18
Centro Escolar da Alameda	10
Jardim de Infância de Galafura	1
EB 2,3	52
Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia	17
Total	98

Figura 24 - Nº de crianças com Necessidades Educativas Especiais a frequentar o Agrupamento

Os alunos enquadrados no ensino especial beneficiam também de um acompanhamento por parte dos Serviços de Psicologia e Orientação, constituído por duas psicólogas. A ação de apoio destes serviços abrange também toda a população escolar do agrupamento.

Existem ainda estabelecimentos do pré – escolar ligados à rede privada que apresentam, para além do serviço de jardim de infância, as valências de creche e ATL.

Estabelecimento de ensino	Creche	J. Infância	ATL
Centro Social e Paroquial Pe. Manuel Vieira de Matos	33	42	20
Associação Assistência N. Sr.ª das Candeias	10	25	0
Patronato Pe. Alberto Teixeira de Carvalho	50	110	25
“O Baguinho”	33	32	0
Santa Casa da Misericórdia	62	74	30

Figura 25 - Nº de crianças a frequentar o jardim de infância da rede privada no ano letivo 2014/2015 (Fonte: ISS, I.P., 2015; IPSS's)

2.3. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Devido à reorganização da rede escolar, o 1º ciclo do ensino básico do concelho está concentrado nos dois centros escolares a funcionar na cidade.

Estabelecimento de Ensino	Nº Total de Alunos
Centro Escolar das Alagoas	284
Centro Escolar da Alameda	280
Total	564

Figura 26 - Caracterização do 1º ciclo do ensino básico, quanto ao nº de alunos

(Fonte: Escolas | João de Araújo Correia Peso da Régua, Ano Letivo 2014/2015)

Relativamente ao número de alunos inscritos neste nível de ensino verificamos uma diminuição gradual desde o início do milénio. Contudo, nos últimos anos os números têm-se mantido mais ao menos estáveis, exceto no ano letivo 2011/2012, ano em que se registou uma grande quebra no número de alunos a frequentar o 1º ano de escolaridade.

2.4. 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO

O Concelho de Peso da Régua possui 3 equipamentos de ensino de 2º e 3º CEB: a EB 2, 3 de Peso da Régua e o Colégio Salesiano de Poiães (rede privada), o 3º CEB é ainda assegurado pela Escola Secundária Dr. João

Araújo Correia. Na escola EB 2,3 do Peso de Régua verifica-se que nos últimos 5 anos há um número mais ou menos estável de alunos.

Alunos matriculados no ano letivo 2014/2015						
Ano de Escolaridade	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total
Número de Alunos	152	173	39	40	33	437
Número de Turmas	7	9	2	2	2	22
Idade Média	10,4	11,5	13,6	14,1	14,9	_____
% Alunos do sexo feminino	54,6	40,8	38,5	52,5	54,6	_____

Figura 27 - Nº de alunos matriculados no 2º e 3ºciclo da Escola EB. 2,3 do Peso da Régua, por anos escolares

Alunos Matriculados no Ano Letivo 2014/2015				
Ano de Escolaridade	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total
Número de Alunos	128	100	167	395
Número de Turmas	5	4	7	16
Idade Média	12,4	13,3	14,3	_____
% alunos do sexo feminino	51,6	57,0	54,1	_____

Figura 28 - Nº de alunos matriculados no 3ºciclo da Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia

Indo de encontro às diretrizes do Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, foram criados os Cursos de Educação e Formação e Cursos Vocacionais garantindo respostas educativas a jovens em situação de abandono escolar e em transição para a vida ativa, nomeadamente dos que entraram precocemente no mercado de trabalho com níveis insuficientes de formação escolar e de qualificação profissional. Assim, estes cursos destinam-se, preferencialmente, a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram antes da conclusão da escolaridade de 12 anos. Permitem o cumprimento da escolaridade obrigatória e a obtenção de qualificações profissionais, devidamente certificadas.

No presente ano letivo estão a funcionar no Agrupamento 3 turmas de cursos vocacionais, uma no 2º ciclo e 2 no 3º ciclo. O número total de alunos é de 58, com a média de idades de 14,4 no 2º ciclo com 37,5% de elementos do sexo feminino, e, 16,7 no 3º ciclo com 26,7% de elementos do sexo feminino.

Nº de Alunos matriculados nos Cursos Vocacionais				
Turma	Voc 6	Voc A	Voc 9	3
Nº de Alunos:	16	21	21	58

Figura 29 - Nº de alunos matriculados nos cursos Vocacionais Escolas| João de Araújo Correia

2.5. ENSINO SECUNDÁRIO

O Ensino Secundário é assegurado ao nível público pela Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia. Esta escola tem a funcionar o 3º ciclo, o ensino secundário e o ensino profissional, perfazendo um total de 883 alunos.

A oferta formativa da escola oferece todos os cursos científico-humanísticos, no entanto, no presente ano letivo, no 10º ano não existe o curso de artes visuais.

Alunos Matriculados nos Cursos Científico-Humanísticos Ano letivo 2014/2015			
Ano de Escolaridade	10º Ano	11º Ano	12º Ano
Ciências e Tecnologias	3	3	2
Artes Visuais	1	1	0
Línguas e Humanidades	1	2	2
Ciências Socio- económicas	1	1	1
Nº Total de Turmas	6	7	5

Figura 30 - Número de turmas nos diversos cursos científico-humanísticos

Alunos Matriculados no Ano Letivo 2014/2015				
Ano de Escolaridade	10º Ano	11º Ano	12º Ano	Total
Número de Alunos	133	136	119	388
Número de Turmas	6	7	5	18
Idade Média	15,2	16,5	17,1	_____
% alunos do sexo feminino	53,4	59,6	65,5	_____

Figura 31 - Nº de alunos matriculados no ensino secundário na Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia

Anos letivos	Agrupamento	Nº turmas	Nº de alunos	Nº total de turmas	Nº total de alunos
10º Ano	Ciências e Tecnologias	3	73	6	133
	Línguas e Humanidades	1	23		
	Artes Visuais	1	9		
	Ciências Socioeconómicas	1	28		
11º Ano	Ciências e Tecnologias	3	66	7	136
	Línguas e Humanidades	2	42		
	Artes Visuais	1	8		
	Ciências Socioeconómicas	1	20		
12º Ano	Ciências e Tecnologias	4	95	5	119

	Ciências Sociais e Humanas	2	38		
	Artes Visuais	1	16		

Figura 32 - Número total de alunos distribuídos pelos três anos do ensino secundário (Fonte: Escolas | João de Araújo Correia Peso da Régua)

A Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia oferece ainda cursos profissionais, nas seguintes áreas: Turismo Ambiental e Rural, Turismo e Multimédia, no ano letivo de 2014/2015.

Alunos Matriculados nos Cursos Profissionais Ano letivo 2014/2015			
	10º Ano	11º Ano	12º Ano
Turismo Ambiental e Rural	0	0	1
Multimédia	1	1	1
Turismo	0	1	0
Nº Total de Turmas	1	2	2

Figura 33 – N.º de turmas nos diversos cursos profissionais

Alunos Matriculados no Ano Letivo 2014/2015				
Ano do Curso Profissional	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total
Número de Alunos	26	41	33	110
Número de Turmas	1	2	2	5
Idade Média	16,3	17,4	18,2	_____
% alunos do sexo feminino	46,2	234,2	24,4	_____

Figura 34 - N.º de alunos matriculados no ensino profissional na Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia

2.6. ENSINO PROFISSIONAL

A Escola Profissional de Desenvolvimento do Rodo é uma escola com mais de 50 anos de história, no concelho e na região. Foi criada em 1961, designada por Escola Técnica da Régua com os cursos de Mecânica, Eletricidade e Formação Feminina. Em 1963 reconhecendo-se a necessidade de uma escola agrícola no concelho, é publicada a Portaria que aprova o plano do curso de formação agrícola. Com a reforma do ensino secundário, nos finais dos anos 80, extingue-se o ensino agrícola nas escolas secundárias e dá-se início à criação, a nível nacional, do Ensino Profissional, passando a existir duas escolas dentro do mesmo espaço: a Escola Secundária do Rodo, e a Escola Profissional Agrícola do Rodo, hoje Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, com cursos de Gestão Agrícola e Vinicultura.

Em 1998 diversifica a sua oferta formativa com os cursos de Turismo Rural e Ambiental e Controlo de Qualidade Alimentar. Em 2007, é extinta a Escola Secundária com 3º ciclo do Rodo, aprovada no âmbito do reordenamento da rede escolar para o ano 2007-2008. Houve assim necessidade de consolidar a vocação profissional desta escola no concelho e na região, tendo inclusive estabelecido um protocolo com o Instituto Politécnico de Bragança, e desde então passa a oferecer o Curso de Especialização Tecnológica (CET) de Vitivinicultura (Projeto Educativo, Escola de Desenvolvimento Rural do Rodo, 2013).

OFERTA FORMATIVA:

A escola ministra Cursos Profissionais, de nível 4; Cursos de Educação e Formação de Jovens, nível 2; Cursos de Educação e Formação de Adultos, EFA Escolar, em regime diurno e noturno de dupla certificação, protocolado com o IEFP. Os cursos profissionais conferem uma dupla certificação: equivalência ao 12º ano para prosseguimento de estudos e uma certificação de Técnico Intermédio.

Atualmente existem os seguintes cursos:

CURSOS PROFISSIONAIS

- Curso Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
- Curso Técnico de Termalismo
- Curso Técnico de Restauração – Variante Cozinha/Pastelaria
- Curso Técnico de Restauração – Variante Restaurante/Bar
- Curso Técnico de Apoio Psicossocial
- Curso Técnico de Apoio à Gestão Desportiva
- Curso Técnico de Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade
- Curso Técnico de Instalações Elétricas
- Curso Técnico de Viticultura e Enologia

Para o ano letivo 2015/2016 encontram-se em candidatura os seguintes Cursos Profissionais considerados áreas de formação prioritárias:

- Curso Técnico de Restauração – Variante Cozinha/Pastelaria
- Curso Técnico de Restauração – Variante Restaurante/Bar
- Curso Técnico de Viticultura e Enologia
- Curso Técnico de Instalações Elétricas
- Curso Técnico de Energias Renováveis – variante de sistemas solares
- Curso Técnico de Apoio à Infância

Os cursos CEF, de nível 2, conferem dupla certificação académica, correspondente ao 9º ano de escolaridade, e profissional- (extintos e substituídos pelos cursos vocacionais).

CURSOS VOCACIONAIS (Tipo 3)

Com três áreas vocacionais:

- Cozinha
- Desporto
- Horticultura

CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (2014-2015)

Escolar:

- EFA B1+B2
- EFA B2+B3
- EFA Noturno

Com dupla certificação, protocolado com o IEFP:

- EFA B3 (Com dupla certificação em Geriatria)
- EFA Secundário diurno (Com dupla certificação em Turismo Ambiental e Rural)
- EFA Agropecuária
- EFA de Jardinagem e Espaços Verdes

CURSOS TÉCNICOS SUPERIORES PROFISSIONAIS (Substituem os cursos de especialização tecnológica) 2015-2016 (em Candidatura)

- Vitivinicultura e Enologia
- Energias Renováveis e Instalações Elétricas
- Promoção Turística e Cultural
- Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário

2.7. ENSINO COOPERATIVO

Os Salesianos de Poiares – Colégio são um estabelecimento integrante da rede pública (ensino gratuito) financiado pelo Ministério da Educação e Ciência ao abrigo do contrato de associação que garantem o ensino regular desde o 5.º até ao 9.º ano de escolaridade, sendo responsáveis pela escolarização dos alunos dos 2.º e 3.º CEB da União das Freguesias de Poiares e Canelas e da União das Freguesias de Galafura e Covelinhas.

O Colégio tem vindo a apostar na criação de vias profissionalizantes, como forma de resposta aos interesses, capacidades e projetos pessoais dos alunos. Com uma forte componente prática, assumem-se como uma alternativa ao ensino teórico, uma medida de combate ao insucesso escolar, constituindo uma oportunidade para valorizar competências dos alunos e uma resposta eficaz aos diferentes perfis que caracterizam o tecido estudantil. Por conseguinte, o Colégio oferece, no ano letivo 2014-2015, um Curso de Educação e Formação – Serviço de Bar (Tipo II, Nível II) e um Curso Vocacional de “Viticultura/Restauração/Multimédia”.

No ano letivo 2014-2015, frequentam o Colégio 417 alunos: 167 no 2.º Ciclo; 212 no 3.º Ciclo (total de 14 turmas com 379 alunos abrangidos pelo contrato de associação); 16 alunos no Curso de Educação e Formação – Serviço de Bar; 22 alunos no Curso Vocacional “Viticultura/Restauração/Multimédia”.

A maioria das famílias dos alunos possui dificuldades económicas, daí o registo de 61% dos alunos beneficiarem de Ação Social Escolar.

No ano letivo 2013/2014, verificou-se uma taxa de sucesso de 96% no 2.º ciclo e de 88,1% no 3.º ciclo.

O Colégio encontra-se equipado com 7 campos de jogos, um pavilhão desportivo, 2 salas de desporto e apresenta, ainda, várias atividades de enriquecimento curricular: futsal, basquetebol, ténis de mesa, voleibol, hóquei em patins, trampolins, música (Banda Juvenil Salesiana de Poiães), grupo coral. Tem ainda a vertente de Internato para rapazes.

O Decreto-Lei n.º 152/2013, que aprovou o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (EEPC), publicado em 4 de novembro de 2013, permitindo às famílias optar pelo Projeto Educativo que fosse de encontro ao seu interesse, veio comprovar a vontade de muitos pais e encarregados de educação, traduzida num aumento do número de alunos a frequentar o Colégio: mais 45 alunos no presente ano letivo 2014/2015.

2.8. CENTRO PARA A QUALIFICAÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL (CQEP)

A qualificação dos jovens e dos adultos constitui uma prioridade estratégica, para assegurar as condições necessárias para que a população ativa possa reforçar e ver reconhecidas as suas qualificações. Assim no seguimento da extinção dos Centros Novas Oportunidades, foi criado pela Portaria n.º 135-A/2013, de 28 de março os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP). No presente a Escola de Desenvolvimento Rural do Rodo tem em funcionamento esta estrutura com a *Missão* de assumir um papel determinante na construção de pontes entre os mundos da educação, da formação e do emprego, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.

O CQEP tem por objetivo assegurar a prestação de um serviço de qualidade, no domínio da orientação de jovens e adultos, com enfoque na informação sobre ofertas escolares, profissionais ou de dupla certificação, que promova uma escolha realista e que atenda, entre outros fatores, aos perfis individuais, à diversidade de percursos quanto ao prosseguimento de estudos ou às necessidades do mercado de emprego.

Numa perspetiva inclusiva, a atividade a desenvolver pelos Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional inclui, também, a valência destinada a pessoas com deficiência e incapacidade, visando dar resposta à necessidade de assegurar a sua integração na vida ativa e profissional.

Os destinatários são jovens com idade igual ou superior a 15 anos ou, independentemente da idade, a frequentar o último ano de escolaridade do ensino básico e adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com necessidades de aquisição e reforço de conhecimentos e competências.

Assim, os serviços do CQEP centram-se no apoio aos jovens e aos adultos na identificação de respostas educativas e formativas adequadas ao perfil de cada candidato, tendo em conta também as necessidades do tecido empresarial; no desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) escolares e profissionais, para adultos; na colaboração e na definição de critérios de estruturação de uma rede de ofertas educativas e formativas adequadas às necessidades locais de qualificação, aproximando as escolas/centros de formação das empresas; na monitorização do percurso dos jovens e adultos encaminhados para as diferentes soluções de qualificação, visando aferir o cumprimento ou o desvio das trajetórias definidas, numa perspetiva de valorização contínua; e na recolha de informação respeitante à

interação entre os resultados das aprendizagens dos jovens e dos adultos e o mercado de trabalho, tendo em vista a melhoria da qualidade do sistema de educação e formação.

2.9 ENSINO SUPERIOR

Universidade Aberta

Os Centros Locais de Aprendizagem da Universidade Aberta (CLA) são estruturas locais de apoio aos estudantes residentes nas áreas geográficas abrangidas. Têm por vocação dotar as populações de habilitações académicas, profissionais, culturais e cívicas. Com uma intervenção cultural e educativa, os CLA desenvolvem ações no âmbito da Aprendizagem ao Longo da Vida com vista a identificar e satisfazer necessidades específicas de formação das regiões onde estão inseridos.

Os CLA divulgam também a Oferta Pedagógica formal da Universidade Aberta (licenciaturas, mestrados e doutoramentos) e facultam suporte logístico e instrumental aos estudantes residentes nas respetivas áreas de intervenção. Cabe aos CLA a coordenação e organização do processo de avaliação presencial.

Os CLA favorecem o acesso à Sociedade da Informação e do Conhecimento e a sua ação privilegia a aquisição de competências no uso das Tecnologias Digitais. O Centro Local de Aprendizagem de Peso da Régua, a funcionar desde 2008, resulta de uma parceria entre a Universidade Aberta e a Câmara Municipal de Peso da Régua.

3. SAÚDE

Hoje, praticamente, ninguém contesta a ideia de que a doença e a saúde integram uma parte importante do social. E, contudo, a doença e a saúde durante muito tempo resultavam de uma evidência exclusivamente orgânica e da interpretação médica. De facto a saúde e a doença, só muito recentemente, conseguem libertar-se de uma compreensão estritamente biológica e individual para serem pensadas nas suas dimensões políticas, sociais e familiares. Sabe-se hoje, que o nível de saúde de uma população é influenciado pelos serviços de saúde, por fatores hereditários, por fatores ambientais e maioritariamente pelos estilos de vida, ou seja, pelas condições sociais de existência e pelos valores adotados em relação aos comportamentos individuais, familiares e sociais.

Tendo em conta estas situações, o direito à proteção da saúde torna-se um imperativo, sendo garantido, em Portugal, por um Serviço Nacional de Saúde universal cujas infraestruturas de saúde são organizadas e distribuídas de acordo com as necessidades, que sejam física e economicamente acessíveis a toda a população.

Os Cuidados de saúde Primários são o primeiro nível de contato para os indivíduos, famílias e comunidade e também uma possibilidade para a resposta em cuidados de proximidade aos cidadãos.

A reconfiguração dos Cuidados de Saúde Primários criou os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACeS) do serviço nacional de Saúde e estabeleceu o seu regime de organização e funcionamento. De acordo com o regime agora estabelecido os ACeS *“... são serviços de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais que agrupam um ou mais centros de Saúde, cuja missão é garantir a prestação de cuidados de Saúde Primários à população de determinada área geográfica. Destas unidades constituem as unidades de cuidados de saúde personalizados, as unidades de cuidados na comunidade, as unidades de Saúde pública e as unidades de recursos assistenciais partilhados, entre outras. Cada unidade funcional assenta numa equipa multiprofissional, com autonomia organizativa e técnica....”* Dec.- Lei 22/2008 de 22 de fevereiro.

O Centro de Saúde de Peso da Régua integra o ACeS Douro I Marão e Douro Norte¹ no qual funciona a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Peso da Régua e a Unidade de Cuidados na Comunidade Douro.

A par destas unidades locais, existem na DGS e na ARS Norte, outras que colaboram com os serviços de saúde em problemáticas específicas, é o caso da Unidade de Cuidados Continuados Integrados e do CRI.

Existem ainda outros recursos na área da saúde no concelho do Peso da Régua, entre eles: a Unidade de Diálise, a Unidade de Cuidados Continuados Integrados da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, farmácias, laboratórios de análises, clínicas privadas, entre outros.

3.1. PROBLEMÁTICAS PRÓPRIAS DA SAÚDE

No diagnóstico de situação de saúde do ACeS Douro I Marão e Douro Norte, realizado em 2013 e atualizado em 2014, estão identificados os seguintes problemas de saúde:

- Doenças do Aparelho Digestivo;
- Doença crónica do fígado e cirrose;

¹ O ACES Douro Norte, criado pela Portaria n.º273/2009 de 19 de março, abrange a área geográfica correspondente aos sete concelhos seguintes: Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real (Relatório de Atividades 2013 – ACES Douro Norte).

- Tuberculose;
- Bronquite crónica, bronquite não especificada, enfisema e asma.

Estes problemas de saúde advêm de alguns fatores que caracterizam esta comunidade, nomeadamente o consumo excessivo de substâncias entre as quais o álcool e os estupefacientes. Sensíveis a necessidade de intervenção nestas áreas, a saúde em articulação com várias instituições parceiras na comunidade, tem desenvolvido programas e algumas intervenções dirigidas a grupos mais vulneráveis. Outras problemáticas de saúde identificadas, com algum peso na morbilidade da população do concelho, são também comuns às referenciadas para o resto do país.

A DGS tem emanado orientações e programas que vão de encontro a estas problemáticas e que são desenvolvidas pelos cuidados de saúde. Particularmente, nas Unidades de Cuidados na Comunidade, cujo objetivo é o de promover a saúde das populações, são trabalhados estes problemas em parceria com as instituições da comunidade, da qual a camara municipal poderá ser a instituição principal no desenvolvimento destes de projetos de intervenção.

3.1.1. UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS DO PESO DA RÉGUA

A UCSP Peso da Régua é uma unidade de prestação de cuidados de saúde, ao individuo e família, que tem por base uma equipa multiprofissional, constituída por médicos, por enfermeiros, e por pessoal da área administrativa.

A atividade da UCSP desenvolve-se com autonomia organizativa e técnica, integrada numa lógica de rede com as outras unidades funcionais do ACeS. As UCSP garantem a acessibilidade e continuidade de cuidados de saúde numa população.

A UCSP abrange o respetivo concelho e é constituído pelos seguintes profissionais de Saúde:

Pessoal da UCSP Peso da Régua	N.º
Médicos	11
Enfermeiros	13
Administrativos	9

Figura 35 - Profissionais de Saúde da UCSP Peso da Régua (2014)

A UCSP Peso da Régua dispõe de consultas para atendimentos programados e para situações agudas, não programadas, designada por “Consulta Aberta”, funciona nas instalações do Centro de Saúde. O horário de funcionamento é das 08:00 às 00:00, nos dias úteis e nos sábados, domingos e feriados, das 08:00 às 22:00. As consultas são asseguradas por um médico, um enfermeiro e um administrativo.

A UCSP Peso da Régua desenvolve as seguintes consultas de vigilância de saúde:

- Consultas de Medicina Geral e Familiar
- Consulta de Planeamento Familiar
- Consulta de Saúde Materna
- Consulta de Saúde Infanto-Juvenil
- Consulta do Adulto Idoso

- Consulta de Grupos de Risco – Hipertensos e Diabéticos
- Consulta do Pé Diabético
- Consulta de Cessação Tabágica
- Consulta de Alcoologia
- Visitação Domiciliária de promoção da Saúde
- Visitação Domiciliária a doentes dependentes

Verifica-se ainda que a população inscrita na UCSP é superior á população residente o que traduz uma boa acessibilidade aos cuidados de saúde.

Os indicadores de saúde permitem medir a situação de saúde de uma população, indicadores de natalidade, mortalidade e morbilidade dão uma visão genérica do nível de saúde. O quadro que se segue, traduz de forma sintetizada, alguns indicadores de impacto no concelho do Peso da Régua.

Índices	2001	2011
Índice de Envelhecimento	95.69	157.4
Índice de Dependência Jovem	25.44	18.6
Índice de Dependência Idoso	24.34	29.2
Índice de Dependência total	49.77	47.8
Taxa de Natalidade (por mil habitantes)	8.23	6.1
Taxa de Mortalidade Infantil	10.40	0,0
Taxa de Mortalidade Geral	10.46	10.5
Índice de Fecundidade	2.99	1.06

Figura 36 - Indicadores de Saúde no concelho do Peso a Régua (Fonte: CENSOS 2011)

3.1.2. UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE DOURO

A UCC Douro tem por missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população da sua área geográfica de intervenção, visando a obtenção de ganhos em saúde concorrendo, assim e de um modo direto, para o cumprimento da missão que lhe é atribuída.

A UCC presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e atua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção, garantindo a continuidade e qualidade dos cuidados prestados. A UCC Douro abrange os concelhos de Peso da Régua e Mesão Frio. É constituída por uma equipa multiprofissional de enfermeiros assistente social, psicóloga clínica, assistente técnica assistente operacional e médico.

A UCC Douro desenvolve os seguintes programas e projetos:

Programa Nacional de Saúde Escolar

- Saúde individual e coletiva/ inclusão escolar/ ambiente escolar/ estilos de vida

- Programa Alimentação Saudável em Saúde Escolar (PASSE)
- Programa Regional Educação Sexual Saúde Escolar (PRESSE)
- Programa Escolas Livres de Tabaco (PELT)

Programa Nacional Promoção Saúde Oral

- Saúde Oral nas Bibliotecas Escolares (SOBE)
- Saúde Oral nas Crianças e Jovens
- Projeto Futuro Risonho

Programa Nacional Saúde Reprodutiva

- Projeto Preparação para o Parto, Puerpério e Parentalidade

Projetos de Intervenção com Pessoas, Famílias e Grupos

- Comissão de Proteção a Crianças e Jovens
- Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco
- Ensinar para bem Cuidar
- Núcleo Local de Inserção
- Rede Social/ Concelho Local de Ação Social
- Programa Nacional de Controle das Doenças Cardiovasculares
- Projeto Reabilitar a pessoa com AVC

Projetos de Intervenção Domiciliária

- Projeto ECCI

Projeto de Promoção de Estilos de Vida Saudável

- Programa Nacional de Intervenção Integrada sobre os Determinantes de Saúde Relacionados com os Estilos de Vida

Todos os projetos desenvolvidos pela UCC Douro, têm como referencial os programas propostos pela DGS e ARS norte, tendo em conta as necessidades próprias da população que abrange. Ao longo dos 3 anos de atividade na comunidade, a UCC Douro foi ajustando a intervenção às necessidades de saúde da população tendo vindo a desenvolver cada vez mais parcerias com a comunidade.

3.2. PROBLEMÁTICAS PRÓPRIAS DA SAÚDE

No que respeita às problemáticas próprias da saúde, refere-se especificamente ao campo das adições, nomeadamente, estupefacientes e álcool e de seguida à temática da deficiência.

De destacar, mais uma vez, que não existem diagnósticos que apontem com precisão não só a quantidade, como as características destes grupos, sejam os relativos aos consumidores, por forma a termos uma leitura social da situação destas pessoas, principalmente no que respeita à sua situação face à integração social e necessidades específicas.

Como refere o Guião para Diagnóstico do Território (Plano Operacional para Respostas Integradas – Fase 4), os problemas associados ao consumo de substâncias psicoativas, especialmente às ilegais, não são facilmente aferidos através das fontes tradicionais da saúde ou dos serviços sociais, devido ao seu enquadramento jurídico e social e à pluralidade de fatores relacionados com o fenómeno.

Em termos de ambulatório, o Centro de Saúde possui em funcionamento as consultas de tabagismo, uma vez por semana, sendo que relativamente ao consumo de estupefacientes não existe um sistema de deteção, atendimento e encaminhamento de indivíduos.

Relativamente às consultas anteriormente referidas, o Centro de Saúde tem capacidade para tratamento em ambulatório, inclusive e como já se constata, em funcionamento, a administração de medicação de substituição para os adictos em estupefacientes.

Quanto aos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) estes são fenómenos que podem surgir em qualquer fase do ciclo de vida de um indivíduo (SICAD, 2013). No concelho de Peso da Régua não existe qualquer instituição para o tratamento dos CAD, compreendendo-se a importância crucial da promoção da acessibilidade destes cidadãos a serviços diferenciados/especializados, onde possam obter respostas adequadas ao nível de gravidade dos seus problemas. Neste âmbito, as respostas resultam da intervenção do Centro de Respostas Integradas de Vila Real e Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar de Trás os Montes e Alto Douro (CHTMAD) em estreita articulação com os Cuidados de Saúde Primários locais.

O Centro de Respostas Integradas (CRI) de Vila Real é a Unidade de Intervenção Local referenciada a um território de 23 concelhos, onde se inclui o Peso da Régua. Dispõe de Equipas Técnicas Especializadas para as diversas áreas de intervenção dedicadas à prevenção, tratamento, reinserção e redução de riscos e minimização de danos.

No âmbito da Prevenção, a intervenção desenvolve-se em meio comunitário (ações de sensibilização; ações de formação; programas de treino de competências pessoais e sociais) através de parceria ou como resposta a solicitações por parte de instituições da comunidade; meio escolar (ações de sensibilização; ações formação; implementação de programas de treino de competências pessoais e sociais - “Trilhos” e “Eu e os Outros” - utilizados ao nível da prevenção universal e seletiva). Ao nível da prevenção indicada, desenvolve-se uma consulta de jovens no Instituto Português do Desporto e Juventude de Vila Real com o objetivo geral de intervir junto de crianças e jovens com riscos associados aos comportamentos aditivos.

A informação obtida a partir da aplicação de inquérito em meio escolar revela que existe um aumento do consumo de álcool e de tabaco entre 2006 e 2011 nos alunos do 3º ciclo e do ensino secundário, quer na experiência ao longo da vida quer nos consumos regulares e atuais. Pela análise dos resultados constata-se que a percentagem de consumo destas substâncias no concelho do Peso da Régua é superior à da Região Norte. Relativamente à experimentação ao longo da vida e à prevalências de consumo de drogas, esta é inferior à da Região Norte, verificando-se no entanto um aumento entre 2006 e 2011. Torna-se prioritário a intervenção junto dos jovens deste concelho através da implementação de programas estruturados no âmbito dos CAD.

No âmbito do Tratamento e Reinserção, a Equipa Técnica Especializada de Vila Real contempla o concelho do Peso da Régua na sua área de abrangência. Trata-se de uma unidade certificada, que opera em regime ambulatório e cujo âmbito de aplicação é a “Abordagem terapêutica (Tratamento e Reinserção) em comportamentos aditivos e dependências e doenças associadas”.

Encontra-se em processo de implementação a Rede de Referência / Articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências e está desenhada de forma a promover o acesso dos doentes aos cuidados e serviços de que efetivamente necessitam, bem como sustentar o sistema integrado de

informação interinstitucional ao redefinir as relações de complementaridade e de apoio técnico à luz de uma nova atribuição de competências entre instituições públicas (SICAD, 2013).

No âmbito da Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) faz-se Intervenção em contexto recreativo académico e Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência.

3.3. UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) Carlos Cardoso dos Santos é propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, fazendo parte integrante do seu património. É um estabelecimento do setor social integrado na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), que presta cuidados de saúde e de apoio psicossocial a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência temporária ou permanente.

Esta UCCI é uma Unidade de Longa Duração e Manutenção, dotada de 26 camas de internamento. É uma unidade de carácter temporário ou permanente, com espaço físico próprio, que presta apoio social e cuidados de saúde de manutenção a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e que não reúnam condições para serem cuidadas no domicílio.

A Unidade de Internamento de Longa Duração e Manutenção tem por finalidade proporcionar cuidados que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida. Esta tipologia de cuidados pode ainda proporcionar o internamento, por período inferior ao previsto, em situações temporárias, decorrentes de dificuldades de apoio familiar ou necessidade de descanso do principal cuidador, até 90 dias por ano.

A recuperação, reabilitação e reinserção sociofamiliar dos seus utentes, é a razão da existência da UCCI da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua.

A UCCI dispõe de uma equipa multidisciplinar constituída por: Médicos, Médico Fisiatra, Fisioterapeuta, Enfermeiros, Psicóloga Clínica, Terapeuta da Fala, Técnica Superior de Serviço Social, Nutricionista, Animadora Sociocultural, Assistente Administrativa, Auxiliares de Ação Médica, Auxiliares de Serviços Gerais, Outros colaboradores da Instituição.

A UCCI presta aos seus utentes uma grande variedade de serviços:

- Atividade de manutenção e de estimulação;
- Cuidados de enfermagem permanentes;
- Cuidados médicos;
- Prescrição e administração de fármacos;
- Apoio Psicossocial;
- Controlo fisiátrico periódico;
- Cuidados de Fisioterapia;
- Terapia da Fala;
- Atividades de Animação Sociocultural;

- Higiene, conforto e alimentação;
- Apoio no desempenho nas atividades da vida diária;
- Apoio nas atividades instrumentais da vida diária;
- Tratamento de Roupas;
- Serviço de Cabeleireiro.

3.4. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) reconheceu formalmente a violência contra as mulheres como uma violação aos direitos humanos. Desde então, os governos dos países-membros da ONU e as organizações da sociedade civil têm trabalhado para a eliminação desse tipo de violência, que já é reconhecido também como um grave problema de saúde pública.

Atualmente o Código Penal consagra (art.º 152 - Violência Doméstica) que existe crime de violência doméstica quando existem "maus tratos físicos e psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais (...) a pessoa de outro ou do mesmo sexo" com quem o agressor "mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem habitação".

Além deste artigo específico, a lei também criminaliza, por exemplo, ameaças, coação, difamação, injúrias, subtração de menor, violação de obrigação de alimentos, violação, abuso sexual e homicídio ou tentativa de homicídio.

A Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA em 1994) define que a violência contra a mulher é "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada".

Por violência doméstica poder-se-á entender todo o comportamento violento, reiterado ou não, ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar, ou que, mesmo não coabitando, mantenha ou tenha mantido relação de conjugalidade heterossexual ou homossexual ou sobre um familiar. A violência doméstica é enquadrada, em Portugal, como um crime público. O uso de um comportamento violento continuado resulta, a curto ou médio prazo, em danos físicos, psicológicos, sexuais, emocionais, imposição de isolamento social ou privação económica da vítima.

De acordo com o III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010) a violência doméstica não é um fenómeno novo nem um problema exclusivamente nacional. A visibilidade que tem vindo a adquirir associada à redefinição dos papéis de gênero, e à construção de uma nova consciência social e de cidadania, bem como à afirmação dos direitos humanos, levaram os poderes públicos a definir políticas de combate a um fenómeno que durante muitos anos permaneceu em silêncio.

3.4.1. CARATERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CONCELHO

A metodologia utilizada no trabalho de recolha de informação, e posterior tratamento da mesma, relativa aos dados existentes, no Concelho, em relação ao fenómeno da “*Violência Doméstica*”, obedeceu a uma lógica de articulação entre as diferentes entidades que, mais diretamente, trabalham com a problemática em questão.

Desta forma, e numa tentativa de condensar numa análise total a realidade concelhia associada a este fenómeno, procurou-se recolher a informação juntos das entidades mais relevantes neste domínio, quer ao nível da sinalização e/ou denúncia, (Identificar quais) quer ao nível do tratamento e (re) encaminhamento das situações-problema (identificar quais) entretanto verificadas.

Os dados recolhidos foram tratados estatisticamente, sendo os resultados obtidos, quer individualmente, quer ao nível do cruzamento das diferentes variáveis que estruturam este fenómeno enquanto manifestação visível na sociedade, apresentados sob a forma gráfica, para o mais fácil e acessível perceção da realidade concelhia ao nível da problemática.

Quanto à identificação das variáveis, as mesmas foram estabelecidas de acordo com os indicadores fornecidos pelas entidades do concelho com sinalização formal da situação de violência. Considerou-se a GNR e o Centro de Saúde como entidades sinalizadoras dos casos de Violência, por um lado, porque a GNR reúne as sinalizações decorrentes de uma queixa formal por parte da vítima e essa ser uma entidade fidedigna na sinalizações de casos reais de Violência e por outro lado o Centro de Saúde enquanto entidade que recebe vítimas de violência física e psicológica para acompanhamento do estado físico e psíquico. Considerou-se ainda que ao utilizarmos outros indicadores e outras entidades de referência poderíamos enviesar os resultados no sentido em que seria mais permissiva a possível duplicação e dados. Por exemplo o recurso à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) enquanto entidade sinalizadora poderia facilmente induzir-nos em erro, isto porque quando a vítima formaliza queixa na GNR obrigativamente, no caso de existência de menores em risco, existe uma denúncia da situação também à CPCJ por parte da GNR.

De igual modo, é de salientar as dificuldades inerentes a todo este processo: por um lado, a escassez de dados que, de certa forma, e associada a alguma duplicação de informação por parte de alguns serviços, poderá condicionar a forma final da informação produzida (a vítima dirige-se a mais do que um serviço, na inexistência de um de referência no concelho, ficando sinalizada em várias instituições). Por outro, a noção clara de que os dados recolhidos e apresentados poderão ser, somente, a “ponta do icebergue”, uma vez que, e não obstante os avanços registados nos últimos anos, nomeadamente ao nível da denúncia, sinalização e alteração da moldura penal, este fenómeno é ainda moldado, de forma vincada, por padrões culturais rígidos. Estes padrões, com maior ou menor intensidade, delimitam ainda a perceção real e correta do fenómeno em si, pelo que o trabalho a desenvolver no futuro, e para o qual se espera contribuir, de forma efetiva, por intermédio deste (Diagnóstico, terá de ser, ainda, no sentido da evolução e desmistificação da problemática e de toda a dinâmica social e cultural que a estrutura. Relativamente à tipologia de violência/ situação da vítima face ao emprego, é possível constatar que se verifica uma maior incidência, junto das vítimas, de uma situação de desfavorecimento face ao emprego e/ou qualificação. De facto, e atentando nos dados recolhidos, é possível constatar que 35,3% dos indivíduos se encontram inseridos em dinâmicas sócio laborais pouco qualificadas. No que concerne à tipologia de violência exercida, a violência física, acompanhada muitas vezes de violência psicológica, é a mais comum, surgindo destacada quando comparada com as restantes formas de violência identificadas.

No que concerne à elencagem de fatores que contribuem e/ou potenciam o ato da violência, o álcool aparece como o fator predominante relativamente às ocorrências tidas em conta para a elaboração deste estudo. Saliente-se também a forte incidência da categoria “desconhecido”, sendo que, nestes casos, não existe um móbil passível de ser identificado como condutor para a existência de um ato de violência. Refira-se que, também aqui, o fator “álcool” surge associado à falta de qualificação e a uma deficitária situação em relação ao mercado laboral.

Numa primeira abordagem, uma concentração dos casos de violência doméstica na cidade de Peso da Régua, dando uma ideia de que este fenómeno terá mais visibilidade e incidência na zona urbana do Concelho. No entanto, e tendo em conta as características sociodemográficas do Concelho, tal ideia poderá ser falaciosa, uma vez que cerca de metade da população concelhia reside na cidade de Peso da Régua, dividida entre as freguesias de Peso da Régua e Godim, somando estas duas freguesias, ao nível das sinalizações motivadas por violência doméstica, um total de aproximadamente 27%. De registar, no entanto, e mais uma vez, a preponderância do consumo de álcool enquanto elemento ativo no desencadeamento de situações associadas à violência doméstica. Quando é abordada a correlação entre a idade da vítima e o motivo pelo qual, supostamente, é alvo de violência doméstica, o álcool é mais uma vez preponderante nesta abordagem. De facto, e tendo em conta os dados registados, o álcool prevalece como potenciador de atos de violência doméstica. De realçar a elevada incidência do consumo de álcool na faixa etária compreendida entre os “21-30” anos – aproximadamente 14% -, o que se apresenta como um indicador a trabalhar de forma particularmente atenta e intensiva, sobretudo por se tratar de um fenómeno culturalmente aceite e, muitas vezes, incentivado. No que diz respeito à correlação entre a idade da vítima e a tipologia de violência sofrida, a grande maioria das categorias avaliadas recai, novamente, sobre a violência física. No entanto, e se atentarmos nas categorias relativas aos escalões etários compreendidos, na sua totalidade, entre os 41 e os 60 anos de idade, verifica-se um crescimento significativo da variável “violência psicológica”, não obstante a violência física continuar destacada como principal tipologia identificada.

Em relação às entidades sinalizadoras de atos de violência doméstica, a GNR - com 70,6% das sinalizações - assume-se como principal recurso por parte das vítimas e/ou denunciantes. No entanto, é de salientar alguma expressão por parte do Centro de Saúde enquanto agente de denúncia e sinalização de situações de violência doméstica.

No que diz respeito à tipologia familiar em que a vítima se encontra inserida, a maior incidência de casos não se situa nas categorias “família nuclear” ou “família reconstruída”, mas sim numa outra categoria mais vasta e que contempla, sobretudo, uniões de facto, namoro e relacionamentos recentes e/ou não oficializados, com um total de 70,6% das sinalizações. Também neste contexto, e ainda no que diz respeito à motivação para a violência, o álcool continua como um dos motivos destacados, com 32,9% de incidência nos casos avaliados.

Quando correlacionadas as variáveis “Local de Ocorrência” com “Tipo de violência”, verifica-se, mais uma vez, uma forte incidência da violência física, com 75,3% das sinalizações avaliadas. Esta ocorre, na sua grande maioria, no local de residência da vítima. As outras tipologias de violência assumem, como já foi possível constatar anteriormente, valores residuais.

No que diz respeito à análise do parentesco da vítima em relação ao agressor, verifica-se uma forte incidência de violência conjugal, com 32,9% das sinalizações a terem como principal motivo o consumo de álcool. No entanto, e ainda que bastante menos significativo, importa realçar a existência de atos de violência entre ex-cônjuges.

Mais uma vez se volta a verificar uma forte incidência da violência física no diagnóstico da tipologia da violência com maior relevo nos números apurados no Concelho de Peso da Régua. Um total de 87% das sinalizações analisadas revelam essa mesma realidade, com 57,6% da mesma a ser exercida pelo cônjuge. No entanto, é de realçar que aproximadamente 14% dessa mesma violência é também exercida por ex-cônjuges. Apesar dos progressos registados no que concerne à sensibilização para a problemática, nomeadamente ao nível do envolvimento das entidades e à denúncia/sinalização de casos de VD, podemos concluir que verifica-se a necessidade de continuar a desenvolver um trabalho aprofundado e transversal ao nível da prevenção, através da sensibilização/informação e formação até ao nível de intervenção propriamente, desde sinalização dos casos ao posterior acompanhamento técnico, apenas possível através da boa articulação entre as diferentes entidades responsáveis. Para desta forma obter um combate eficaz deste fenómeno particularmente sensível e relevante no contexto específico do Concelho.

4. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A pobreza e a exclusão social são problemas que estão a ganhar cada vez mais terreno em toda a Europa, principalmente em Portugal e noutros países do Sul. Contudo, estes fenómenos sempre existiram, pois, como já foi referido, a exclusão social despoletou a criação de um Estado Social. É imperativo refletir sobre estes fenómenos e ter uma noção do que eles significam. No passado achava-se que eram sinónimos, devido ao facto de se afirmar que um indivíduo pobre era automaticamente excluído da sociedade. Contudo, isto não é verdade e são vários os autores que se debruçam sobre estes dois temas.

Hoje em dia, o conceito de pobreza é analisado enquanto “situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspeto distributivo do fenómeno (...), já o conceito de exclusão social acentua os aspetos relacionais do fenómeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social” (Pereirinha, 1992, p. 170). Assim, enquanto o conceito de pobreza tem uma vertente basicamente económica, entendida como ausência de recursos ou de rendimentos, o conceito de exclusão social refere-se a um processo complexo e multidimensional, com muitos efeitos negativos nos indivíduos e nos grupos.

A exclusão face ao direito ao emprego, ou numa perspetiva mais ampla, ao trabalho, tem sido uma das questões centrais no debate sobre a exclusão social. Tal exclusão ultrapassa hoje a vertente mais fácil de identificar, e também a mais visível, que é a do desemprego mas contempla as dimensões da ausência de qualidade no emprego, que passam pelo baixo nível de remunerações, pela precariedade ou inexistência de vínculos contratuais, pela clandestinidade de determinadas atividades profissionais, pelas enormes desigualdades que caracterizam o sistema de remunerações e que afetam, em particular, as mulheres e os estratos escolar e profissionalmente menos qualificados.

A exclusão face ao direito ao emprego é, em si mesmo, uma dimensão da exclusão social e é, também, um fator potenciador de outras dimensões dessa mesma exclusão. Repare-se que o emprego, ou o desempenho de uma atividade profissional remunerada, representa, para a maior parte das famílias, a principal fonte de rendimentos. Ter um emprego / uma profissão é, pese embora todas as transformações sociais, ter acesso a um determinado estatuto que, geralmente, se assume como uma referência social muito importante.

Desta forma, a perda de emprego afeta, de forma negativa, o bem-estar e a qualidade de vida das famílias e dos indivíduos numa sociedade, “pelo impacto social, económico e político” (Rajado, 2012, p. 1). Para além disto, a perda de emprego tem como consequência imediata a perda de rendimentos (Giddens, 2010, p. 412).

A verdade é que, atualmente, as pessoas têm cada vez mais dificuldade em manter o seu emprego, pagar as suas despesas e, ao mesmo tempo, poupar dinheiro para alguma eventualidade. Alguns estudos científicos mostram-nos que isto está inerente à débil conjuntura económica que o nosso país atravessa, e para a qual ainda não há fim à vista, ou seja, o desemprego é uma consequência “da pressão política e económica atual, aberta e frágil” (Rajado, 2012, p. 1). Assim sendo, “o desemprego e o desemprego de longa duração são tidos, na literatura temática, como um dos principais, senão o principal fator de pobreza e de exclusão social” (Alves, 2008, Capucha, 2005, p. 124)

Podemos assim dizer que, apesar de sempre ter estado presente, o desemprego é uma problemática atual, enraizada na sociedade contemporânea, “é a parte mais visível das transformações globais que se operam no mundo do trabalho cada vez mais globalizado” (Rajado, 2012 p. 5).

4.1. DESEMPREGO NO CONCELHO

De acordo com os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, existiam 1459 desempregados do município de Peso da Régua, inscritos no Centro de Emprego em dezembro de 2014, sendo que 282 eram inscritos à procura do 1º Emprego e 1177 à procura de novo emprego. Estes valores correspondem segundo os censos de 2011, a uma taxa de desemprego de 13.7%. A nível nacional este valor traduz-se em 539.870 pessoas desempregadas à procura de novo emprego, de acordo com a mesma fonte (última data de atualização: 20 de novembro de 2012).

Pela análise demográfica referente ao concelho, recorrendo aos dados dos censos do Instituto Nacional de Estatística de 2001 e 2011, verifica-se que se assiste a uma diminuição da população, realidade essa que se reflete mais nas freguesias rurais.

A distribuição da população ativa pelos vários setores de atividade poderá estar associada a uma estrutura quase nada industrializada.

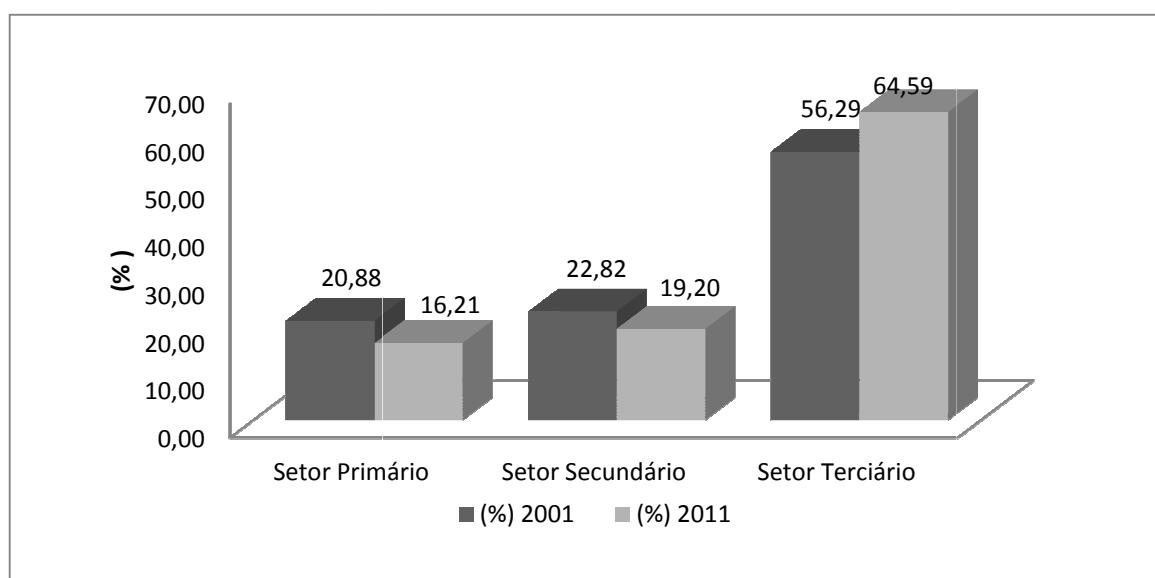


Figura 37 - População Ativa por setores de atividade (Fonte: Censos 2011)

Através da leitura do gráfico pode-se verificar que, no Concelho do Peso da Régua, o setor com maior relevância é o setor terciário, tendência que se tem mantido na última década, em que mais de metade da população se encontra empregada nos serviços, nomeadamente, comércio, hotelaria, restauração e organismos públicos.

A predominância da população no setor terciário é transversal nas regiões do interior em parte, devido à escassez de recursos e de investimento no setor industrial. O setor terciário apesar de estar mais dinamizado continua a processar-se nos moldes mais tradicionais, consequentemente pouco diversificado.

Esta análise pode ainda traduzir que a agricultura apesar de continuar a ser na região um dos eixos estruturantes da vida social, já não parece ser a base do emprego da população. Sendo assim, é pois urgente criar novas perspetivas de sucesso para novas atividades económicas em regime de complementaridade com a agricultura. Estas novas atividades como o turismo, podem ser um dos fatores preponderantes para o desenvolvimento da

região. Por outro lado, é igualmente sublinhada a necessidade de aproveitar as diversidades locais e regionais e as vantagens específicas de produtos tradicionais de elevada qualidade, como a cultura de vinha.

O setor secundário é o segundo principal setor de atividades no Concelho, em que a construção civil se destaca como determinante no emprego. No entanto, apesar deste setor ter vindo a aumentar, ele tem sido marcado pelos seguintes fatores:

- Incipiente e atomizada base industrial existente;
- Periferização espacial desta área;
- Falta de empreendedorismo.
- Baixa densidade populacional e dispersão do povoamento que constituem um obstáculo à obtenção de limiares mínimos de viabilidade de certas empresas que queiram maior dimensão de mercado e de emprego.

Face a este quadro é fundamental desenvolver um trabalho integrado de forma a abranger a multidimensionalidade dos problemas que afetam os três setores de atividade. Este trabalho integrado deverá ter como objetivo combater os constrangimentos ao desenvolvimento pretendendo o reforço das capacidades humanas, técnicas e socioculturais como forma de criação de uma dinâmica de desenvolvimento adequado às necessidades da população de Peso da Régua.

4.2. GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP)

A Portaria n.º 127/2009, Diário da República n.º 21, Série I de 30/1/2009, cria e regula o funcionamento dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), que prestam apoio à inserção ou reinserção no mercado de trabalho, de desempregados.

Em atividade desde 2009, o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), situado na sede da Câmara Municipal do Peso da Régua, funciona em estreita articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, com a principal finalidade de potenciar o encaminhamento de jovens desempregados, desempregados de longa duração e empregados à procura de um novo emprego, para o mercado de trabalho, promovendo melhores condições de empregabilidade aos candidatos e, ainda, responder às diversas necessidades das entidades empregadoras, no que concerne a novas medidas de apoio à contratação, promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Existe ainda outro Gabinete de inserção Profissional no concelho na Talentus – Associação Nacional de Formadores e Técnicos de Formação.

O GIP estabelece também parcerias com as entidades que atuam diretamente com públicos vulneráveis, tais como o Núcleo Local de Inserção e com o Programa CLDS+ (Contratos Locais de Desenvolvimento Social+), cujo desenvolvimento de inúmeras atividades locais, possibilitou uma resposta mais célere e eficaz a todas as necessidades sentidas pela população, nomeadamente ao nível do emprego e da formação profissional. A atual conjuntura económico-social desfavorecida potencia taxas de desemprego cada vez mais elevadas e condições de trabalho precárias. É neste sentido, que a atuação do GIP se torna essencial, pois, em conjunto com o Gabinete de Ação Social e as diversas parcerias conseguidas com a Segurança Social e o CLDS+, é possível responder de uma forma mais eficaz e individualizada, a todas as carências sentidas pelos munícipes do

Concelho, não só ao nível do emprego, mas também da formação profissional, orientando-os e encaminhando-os para o tipo de resposta mais adequada a cada situação, tendo por base o seu perfil individual.

Desde 2009 estão inscritos 1849 munícipes no Gabinete de Inserção Profissional. Em 2014 realizaram-se 297 novas inscrições.

De janeiro a dezembro de 2014, o GIP realizou 19 sessões informativas de Técnicas de Procura Ativa de Emprego/Medidas de Emprego, tendo abrangido cerca de 423 pessoas.

O GIP realizou em média 12 a 13 atendimentos diários, apoiando os desempregados na procura ativa de emprego, elaboração dos respetivos currículos *vitae* e cartas de apresentação e informação sobre as diversas medidas promovidas no IEFP, perfazendo uma média de 279 atendimentos/mês. Verificou-se que, em relação ao ano transato, houve um exponencial aumento do número de utentes a recorrerem aos serviços disponibilizados pelo GIP, consequência da atual conjuntura económico-financeira.

Foram rececionadas 19 ofertas de emprego e cerca de 9 utentes desempregados ficaram colocados. Foram encaminhadas para entrevistas, através de *sites* de procura ativa de emprego e jornais locais, cerca de 63 pessoas.

Relativamente às medidas de emprego, deu-se, continuamente, o apoio a 24 Entidades Privadas e Públicas, 17 das quais pertencentes ao Concelho do Peso da Régua, na elaboração de candidaturas às medidas de apoio ao emprego (CEI, CEI+, Estágios Emprego, Estimulo Emprego, Jovem Ativo), tendo sido submetidas 43 candidaturas e colocados 57 munícipes reguenses. Em paralelo, foi também prestado apoio a estas Entidades, na gestão do processo de candidaturas, nomeadamente no preenchimento de mapas de assiduidade, listagem de despesas pagas, elaboração de contratos e articulação com o Centro de Emprego. Para além das respostas que o GIP tem vindo a dar às Entidades do Concelho, surgiu também a necessidade de apoiar outras Entidades de zonas limítrofes ao Concelho, nomeadamente Lamego, Vila Real e Santa Marta de Penaguião, num total de 3 candidaturas.

Em relação à formação profissional, foram integrados 87 munícipes em ofertas formativas, nomeadamente em Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), nas áreas de Jardinagem, Turismo e Lazer, Assistente Familiar e Apoio à Comunidade e Formações Modulares, em diversas áreas. Uma outra resposta do Gabinete passa pela disponibilização de informação aos munícipes sobre a existência de outras possibilidades a nível formativo, ou pelo encaminhamento formal ou informal, para outras Entidades, nomeadamente, ARDAD, Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR), Talentus, A2000, Associação de Agricultores do Baixo Corgo, Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia, Escola Profissional da Régua e Escola E/B 2,3 Peso da Régua.

5. HABITAÇÃO

O estímulo à promoção da habitação proveio da esfera pública e privada, pois “a habitação social representa uma das estratégias fundamentais da providência estatal” (Augusto. 2005, in NANCE, F., 2013). Contudo, o reconhecimento das necessidades habitacionais, como política de proteção social, surgiu tardiamente, consequência da implantação de um Estado Providência, também tardio e imperfeito (Serra, 2002, in NANCE, F., 2013). Segundo o autor “apesar da importância da questão do alojamento, esta não tem merecido a devida atenção do Estado, ao contrário do que se observa em domínios como a saúde, a educação, o desemprego e a segurança social”. Isto deve-se, ao facto de a habitação ser um problema recente e de esta estar integrada, “no domínio de necessidades secundárias ou materiais e não de necessidades primárias ou vitais, mais diretamente associadas à sobrevivência fisiológica”.

Devido ao atual contexto de crise económica, podemos verificar que há cada vez mais procura de habitação social, pois as famílias não conseguem reunir condições para contrair empréstimos, nem para pagar o valor de uma renda de uma habitação como no mercado de arrendamento tradicional. Assim, à medida que se vão dando transformações económicas e sociais, as políticas de promoção de habitação social vão-se transformando e evoluindo, de forma a serem mais ajustadas às necessidades das pessoas.

Em suma a qualidade de vida da população depende também do acesso à habitação e das características da mesma. Nesse sentido, e no que diz respeito ao alojamento de índole privada, verifica-se a incapacidade cada vez mais crescente do património privado fazer face às contrariedades provenientes de uma degradação prolongada dos edifícios. Entre 2007 e 2009 procedeu-se à implementação do Programa de Conforto Habitacional para idosos, em estreita parceria com o Centro Distrital de Segurança Social, tendo em vista o colmatar de necessidades habitacionais apresentadas por idosos isolados. O programa permitiu a requalificação e consequente melhoria da qualidade de vida de 20 idosos do concelho do Peso da Régua. Presentemente existem novas situações a referenciar. De igual forma, foi implementado em Peso da Régua o programa SOLARH, em parceria com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, tendo em vista o atribuir de resposta a famílias que, mesmo com poucos recursos, pudessem recorrer ao crédito, sem juros, com prestação mensal definida de acordo com os rendimentos da família e, com isso procedessem à requalificação das habitações próprias adquiridas. No total foram reabilitadas 24 habitações, no entanto continua a verificar-se a necessidade de reabertura do programa ou outro similar.

5.1. HABITAÇÃO SOCIAL

De uma forma geral, o parque habitacional de habitação social do Município do Peso da Régua é constituído por 7 núcleos habitacionais que agregam uma população com características específicas, requerendo interesse para definição de estratégias de intervenção de carácter social, cultural e comunitário, consolidadas através de uma intervenção em rede, com recurso aos parceiros institucionais que direta ou indiretamente mantêm contato com os núcleos habitacionais. De igual forma, no Município do Peso da Régua, existem 2 núcleos habitacionais pertença do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, com a particularidade de um deles apresentar habitações que foram adquiridas pelos inquilinos, após colocação à venda dos imóveis, por parte da entidade que os tutela.

5.1.1. ENQUADRAMENTO GERAL DOS NÚCLEOS HABITACIONAIS – PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL

Núcleo 1 – Hotel Vilhena

Trata-se de um edifício de planta retangular, com cerca de 27 x 12,5 metros perfazendo um total de 317 m², ocupando toda a extensão do terreno onde se implanta, com servidão direta pela Estrada Nacional n.º 118 que atravessa Caldas de Moledo, e a partir do qual este aglomerado se desenvolveu.



Figura 38 - Localização Núcleo 1 – Hotel Vilhena

Núcleo 2 – Bairro da Junta Autónoma de Estradas

O bairro da junta Autónoma tem uma área de cerca de 1494,3 m², localiza-se na parte mais elevada da cidade, numa área já à saída para a A24 em direção a Vila Real, denominada de Peso.



Figura 39 - Localização Núcleo 2 – Bairro Junta Autónoma de Estradas

Núcleo 3 – Bairro Avenida Diocese de Vila Real

O Bairro Avenida Diocese de Vila Real tem uma área total de cerca de 1883,8 m². A zona de construção do edificado está localizada a sul da cidade, em zona sobranceira ao rio Douro, nas proximidades da ponte que dá acesso a Lamego, com cota bastante elevada, o que lhe confere uma amplitude de vistas dignos do maior realce.

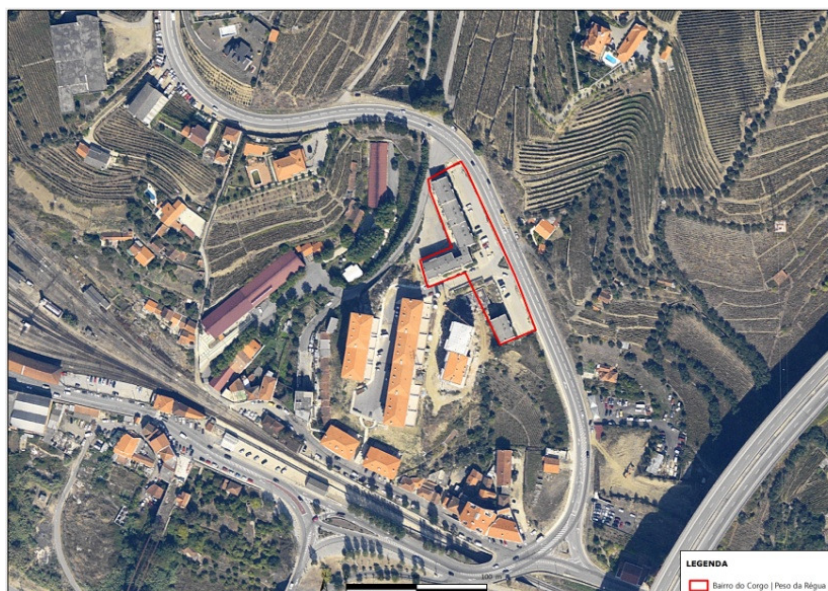


Figura 40 - Localização Núcleo 3 – Bairro Avenida Diocese de Vila Real

Núcleo 4 – “Bairro Branco” (Bairros Calouste Gulbenkian/ Fundo Fomento Habitação/ Fundação Salazar)

O conhecido Bairro Branco localiza-se na freguesia de Godim, numa área afastada do centro da freguesia, no entanto, a malha urbana tem preenchido a zona envolvente ao bairro. A área total é de 11151 m², existindo à sua volta restaurantes, cafés, mercearias, supermercados, uma instituição de solidariedade social, entre outros estabelecimentos comerciais que acabam por garantir a envolvimento do bairro ao ambiente circundante. O mesmo possui campo de jogos, áreas verdes, jardins e parque infantil. O património habitacional é pertença da Câmara Municipal, salvo os fogos adquiridos pelos residentes.



Figura 361 - Localização Núcleo 4 – Bairro Branco

Núcleo 5 - Bairro Quinta da Azenha

O conjunto residencial da Quinta da Azenha, sito em Peso da Régua tem uma área total de 4259,4 m². Localiza-se dentro da malha urbana da cidade, próximo de instituições de referência, como Junta de Freguesia, Centro Escolar, Câmara Municipal, Piscinas Municipais, Centro de Saúde, Estação de caminho de ferro, entre outras. Possui espaços de circulação pedonal e automóvel, permitindo a abertura do espaço para o exterior.



Figura 42 - Localização Núcleo 5 – Bairro Quinta da Azenha

5.1.2. PROPRIEDADE DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA

Núcleo 6 – Bairro Das Alagoas

O bairro das Alagoas, sito em Godim apresenta uma área total de 24331,3 m². Apresenta como aspetos positivos a centralidade urbana do bairro, dado que a cidade envolveu o bairro ao longo do seu crescimento e ali foram criadas infraestruturas, desde a educação, à segurança, superfícies comerciais. Prevalência de uma população jovem e disponibilidade/predisposição interna para a mudança.



Figura 43 - Localização Núcleo 6 – Bairro das Alagoas

Núcleo 7 – Bairro Fundo Fomento Habitação (Sacadura Cabral)

Núcleo Urbano, rodeado por zona residencial, com malha urbana circundante irregular, predominando edifícios de habitação unifamiliar e multifamiliar. Implantado em planície, na margem direita do rio Douro, encontra-se delimitado a Norte pela Avenida Sacadura Cabral e nos restantes quadrantes por ruas secundárias. A sul localiza-se um edifício que alberga o Posto da Polícia Marítima da Delegação da Régua, da capitania do porto do douro, bem como a delegação do norte e douro do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.



Figura 44 - Localização Núcleo 7 – Bairro Fundo Fomento à Habitação (Sacadura Cabral)

5.2. CARATERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS HABITACIONAIS

Núcleo 1 – Hotel Vilhena

O núcleo de Caldas de Moledo é um dos lugares do concelho do Peso da Régua com maior valor patrimonial, resultado de uma ocupação urbanística que teve na sua génese e evolução, a exploração das águas quentes mineromedicinais e a relação estabelecida com as suas acessibilidades diretas: rio Douro, Estrada Nacional e caminho de ferro. A sua situação estratégica geográfica, a morfologia e características programáticas do seu núcleo urbano, e a qualidade intrínseca de muitos dos seus edifícios, congregam-se num conjunto de fatores que lhe conferem um caráter único na secular urbanização do Vale do Douro.

Num dos objetivos gerais consubstanciados, pretende-se, “Promover a construção de equipamentos de função social e de apoio à comunidade”; Neste enquadramento, uma das ações fundamentais e prioritárias será a Reabilitação do edifício do antigo Hotel Vilhena.

O antigo edifício do Hotel Vilhena terá sido construído no final do século XIX, princípios do século XX, em sobreposição a duas construções existentes no local.

Originalmente, tal como o referido anteriormente na caracterização histórica, o imóvel serviu para o alojamento de aquistas, pelo que a distribuição de funções pelos pisos reflete claramente essa utilização. Ao nível do rés do chão far-se-iam as entradas e localizar-se iam as salas de utilização coletiva, bem como espaços confinantes à administração do hotel e suas habitações. Nos pisos superiores encontravam-se os quartos, num esquema simples de corredor central e abastecimento das células ao longo deste. A cave era destinada aos espaços de serviço, tratamento de roupas, arrecadações e cozinha, diretamente ligada a um salão de refeições.

O edifício desenvolve-se em três pisos e cave, sendo o último em mansarda, num sistema construtivo constituído por paredes autoportantes em alvenaria de xisto, rematadas nos cunhais por cantarias de granito amarelo, em situações de guarnições de vãos, pilastras, cornijas e frisos. A estrutura de suporte aos pavimentos é feita através de barrotame em madeira de castanho, sobre o qual se aplica o soalho em tábuas de madeira. As divisões das frações, são maioritariamente feitas através de tabiques em madeira, revestidas a argamassa bastarda de saibro com acabamento caiado. A cobertura do edifício em telha Marselha, repousa sobre um ripado assente sobre asnas de madeira. O último piso, em mansarda, que não ocupa a totalidade da implantação, é construído em sistema de tabiques, constituindo uma estrutura leve, correspondendo provavelmente a um aditamento ao edifício original, ou a uma intenção inicial deliberada de não sobrecarregar as paredes.

O alçado principal, bem como o posterior, tendo em conta que os laterais confrontam diretamente com as construções vicinais, apresentam-se disciplinados e de grande austeridade, resultantes do realce da cantaria, rebocados que são os seus interstícios, dimensões de fenestração, e utilização das madeiras nos vãos e portadas interiores, num conjunto de grande nobreza. A mansarda é revestida com placas de ardósia negra sobreposta em “escama”.

O uso atual do edifício é predominantemente habitacional, estando a cave reservada para espaço de armazém. O acesso ao edifício é feito transversalmente à rua em dois pontos distintos: um, que atravessa todo o edifício ligando ao logradouro (respeitando um direito de passagem que ainda hoje se mantém), e servindo apenas duas frações ao nível do rés do chão; e outro, igualmente em corredor, mas sem ligação direta com o terreno sobrance, servindo a escada de comunicação vertical entre pisos, que se implanta perpendicular a este, de forma a entrar nos pisos subsequentes paralela ao corredor que atravessa todo o piso no sentido longitudinal, num esquema de distribuição “frente-trás”, que se repete nos restantes pisos de uma forma mais ou menos clara. Sob o tardo poente do edifício, encontra-se ainda uma passagem, que se julga posterior à data de construção, e que oscila de nível à medida que se desenvolve o seu percurso, fazendo acesso ao logradouro e parte mais alta dos terrenos vizinhos.

Em termos populacionais, o Hotel Vilhena alberga uma população mas envelhecida, na sua maioria. No que toca ao Hotel Vilhena existem até à data 8 agregados a residir nesse espaço. Os agregados são, na sua totalidade, agregados com baixos rendimentos, sem possibilidade para optarem por residir em outros espaços habitacionais. A requalificação do Hotel Vilhena aparece como a solução viável, capaz de combater uma possível desertificação daquele espaço e principalmente constituir-se como a solução para outros problemas habitacionais existentes em Caldas do Moledo. Note-se que a possível reabilitação do Hotel irá permitir o realojamento de mais agregados a residir em condições precárias e igualmente caracterizados por um défilce acentuado de rendimentos.

Núcleo 2 – Bairro da Junta Autónoma de Estradas

O Bairro da Junta Autónoma de Estradas é constituído por um bloco habitacional com 4 entradas, cada uma delas com 6 fogos, perfazendo um total de 24 fogos, distribuídos por tipologias T2, T3 e T4.

A execução do traçado das variantes às E.N.2 e 108 na travessia da antiga Vila da Régua, implicou a demolição de 24 habitações ocupadas por famílias oriundas de classes sociais mais desfavorecidas, tornando-se impreterível e humano o realojamento desses agregados, evitando-se o agravamento do problema habitacional.

De igual forma, a realidade sócio – económica de cerca de 2 dezenas de famílias com as naturais heterogeneidades inerentes, puderam ser detetadas em contactos diretos com a população em causa e através de fontes de informação idóneas resultado de visitas e inquéritos realizados no local.

Neste sentido, e sendo certa a demolição das habitações para construção da referida estrada, pensou-se inicialmente em adquirir pré-fabricados para realojamento dos 24 agregados. A hipótese sugerida mostrou-se inviável, pois o seu custo e qualidade não perfizeram a solução ideal para as famílias em causa. Assim, o Bairro da Junta Autónoma de Estradas foi construído pela Direção de Estradas do Distrito de Vila Real em terreno cedido pela autarquia.

O terreno colocado à disposição pela autarquia situa-se na parte mais alta da cidade e em zona de expansão urbana. Descendo ligeiramente de nascente para poente, abrem-se neste quadrante sobre panorâmicas de rara beleza características da região duriense. Apoiado em arruamento adjacente – Rua das Diabas – previu-se por outro lado a abertura de um novo arruamento saindo daquele e passando a poente do terreno destinado à construção que, diretamente, serve o conjunto edificado e outros urbanisticamente previstos, em terrenos vizinhos.

Na área envolvente foi construído um lavadouro para uso da população a realojar. Ainda nesse espaço, e mais propriamente na zona envolvente às entradas foram construídos canteiros para pequenos jardins.

Núcleo 3 - Bairro Avenida Diocese de Vila Real

O Bairro Avenida Diocese de vila Real é constituído por três blocos habitacionais, com 6 entradas, sendo que em cada entrada existem 6 fogos mais 9 caves, perfazendo um total de 45 fogos.

O bairro foi construído com comparticipação do anterior IGAPHE e INH (acordo de colaboração celebrado em 7 de outubro de 1990). A sua construção teve como objetivo realojar população residente em barracas, desalojados a residir na antiga manutenção militar, casas da Câmara para demolição e outras em ruína iminente.

O terreno situa-se a uma cota bastante elevada (cerca de 4 metros) acima da estrada do Corgo e 10 metros relativamente à ponte. Dado o impacto visual do empreendimento, optou-se por construções de três pisos, de forma a atenuar a agressividade do volume construído. A sul do terreno foi construído um muro, limitado pelo talude natural que separa o terreno da estrada do Corgo. Todo o conjunto é servido por uma via com retorno, provida de baías de estacionamento com capacidade suficiente, que entronca na estrada nacional. Os edifícios foram implementados à face deste arruamento, mas com o afastamento necessários à existência de uma zona verde em volta dos blocos.

Posteriormente e numa segunda fase de intervenção no referido bairro foram aproveitados os fundos dos blocos para construção de 9 caves destinadas a habitação, de tipologia T2. O terceiro bloco encontra-se separado dos restantes por um arruamento, pois a área do terreno não permitiu que os blocos fossem construídos com ligação.

Em volta do edificado foram criadas zonas verdes com a função de embelezamento e organização do próprio espaço comunitário. Na zona interior do edificado existe um pequeno parque em cimento que é utilizado pelos moradores, principalmente os residentes nas caves como área de lazer, realização de pequenos churrascos, zona de estendal, encontros entre vizinhos.

Núcleo 4 - Bairro Branco (Bairro Calouste Gulbenkian/Fundo Fomento Habitação/Fundação Salazar)

O vulgo bairro branco engloba 3 áreas de habitação social construídas em períodos próximos para realojamento de famílias desalojadas pelas cheias do rio e especificamente para elementos da Polícia de Segurança Pública e funcionários do estado. Atualmente existem fogos que foram adquiridos pelos arrendatários, encontrando-se os restantes arrendados pela autarquia, no entanto, continua viável a possibilidade das famílias adquirirem o imóvel.

Assim, o Bairro Calouste Gulbenkian foi construído na década de 60, estando a sua construção dividida em duas fases: 1ª fase de construção dos fogos e 2ª fase construção de acessos, rede de abastecimento de águas e esgotos. O projeto contemplou a construção de 100 fogos, tendo a Autarquia adquirido o terreno, numa área total de 12065 m², a particulares. O fraco poder económico da autarquia levou a que se recorresse ao apoio da fundação Calouste Gulbenkian, do próprio Estado e o restante montante financeiro adquirido por empréstimo privado.

A posse do bairro foi sempre da autarquia e foi construído para realojamento de famílias desalojadas pelas cheias do rio Douro em janeiro de 1962, que residiram até à construção do bairro em armazéns sem o mínimo de condições de habitabilidade. A denominação do bairro surge como uma homenagem à fundação que em muito apoiou a construção do referido bairro. O bairro localiza-se na freguesia de Godim numa zona mais periférica da cidade, no entanto, encontra-se rodeado por cafés, supermercados, centro escolar, uma instituição de solidariedade social de apoio à terceira idade, zonas de recreio como o campo de jogos e parque infantil existentes no bairro.

A criação de zonas verdes e do parque infantil foi tida como fundamental na harmonização do próprio espaço e dos residentes, em fase posterior à construção do bairro. Para tal a autarquia, em 1968, enviou pedido por escrito, à Direção Geral dos Serviços de Urbanização, a formalizar essa necessidade.

À exceção dos edifícios descritos posteriormente, o bairro Calouste Gulbenkian não possui varandas em cada fogo. Numa das empenas foram criadas pequenas janelas para respiração das casas de banho.

A alargada área do terreno, que nessa altura foi comprado a particulares para que fosse possível a construção do referido espaço habitacional, foi posteriormente aproveitada para construção do bairro denominado por Fundo Fomento de Habitação e Fundação Salazar. Assim sendo, nesse espaço foram construídos mais dois Bairros de Habitação Social, fruto da necessidade de realojamento de famílias provenientes da zona ribeirinha, funcionários públicos e outras famílias em situação de comprovada carência social e económica.

O Bairro Fundo Fomento Habitação foi participado pelo Fundo Fomento, tendo como objetivo a ocupação de fogos por reserva e outras situações de grave carência social e habitacional, de acordo com os termos do artº9, do Decreto-Lei nº797/76 de 6 de novembro e Decreto Regulamentar nº50/77. É constituído por três blocos com uma entrada cada e nas quais estão 8 fogos, não existem caves nos fundos de cada bloco, perfazendo assim um total de 24 habitações. Das 24 habitações, 4 foram compradas pelos arrendatários, sendo que as 20 restantes pertencem à autarquia.

O bairro em questão obedece ao mesmo tipo de construção que o Bairro Calouste Gulbenkian, à exceção da existência de pequenas varandas abertas em cada fogo viradas para a entrada de cada bloco. De igual modo, obedecem à mesma disposição dos fogos, não existem caves, é constituído por rés do chão, 1º, 2º e 3º andar, em volta do edifício existem canteiros de área reduzida para possíveis jardins, no entanto com o passar dos anos

os jardins foram deixados ao abandono. Numa das empenas foram criadas pequenas janelas para respiração das casas de banho. Os três blocos denominados de fundo fomento habitação encontram-se intercalados com os três blocos do Bairro da fundação Salazar construído por volta de 1960 pela já extinta Fundação Salazar.

No dia 03 de outubro de 1996 foi celebrado protocolo relativo à entrega do bairro à autarquia, devidamente homologado pelo Ministro da Solidariedade e Segurança Social, por motivos de extinção dessa mesma fundação. Os processos dos 24 moradores foram entregues à autarquia, entrando o protocolo em vigor em 04 de dezembro de 1996. Neste sentido, o município comprometeu-se nos termos do artigo 2º do Decreto – Lei nº295/78 de 26 de setembro, alterado por ratificação pela Lei nº12/79, de 7 de abril, a registar a seu favor os mesmos no prazo legal, passando assim a pertencer à Câmara Municipal a partir de janeiro de 1997.

Os edifícios obedecem ao mesmo tipo de construção do bairro Fundo Fomento Habitação, sendo constituído cada bloco por uma entrada com 8 fogos, perfazendo um total de 24 fogos. Não existem caves em cada bloco e em volta dos mesmos foram construídos canteiros para criação de pequenos jardins, em cada fogo existe uma pequena varanda aberta localizada na fachada principal de cada bloco. Numa das empenas foram criadas pequenas janelas para respiração das casas de banho. Posteriormente os fogos foram colocados à venda, sendo que no momento a autarquia é proprietária de 12 fogos, num total de 24 fogos.

Núcleo 5 - Bairro da Azenha

O Bairro Quinta da Azenha é constituído por 2 blocos habitacionais, com 5 entradas, sendo que em cada entrada existem 6 fogos, perfazendo um total de 30 alojamentos residenciais.

O bairro foi construído com a comparticipação do anterior Instituto Nacional da Habitação, através do estabelecimento de acordo de colaboração celebrado em janeiro do ano de 2000. A sua construção teve como objetivo a melhoria da situação habitacional das populações de menores recursos económicos, designadamente as ainda residentes em barracas e situações similares.

O primeiro edifício alberga três entradas, de tipologia T3, num total de 18 fogos e uma cave utilizada para armazém, pertença da Câmara Municipal. O segundo edifício apresenta duas entradas, com tipologias T2 e T4, num total de 12 fogos e duas caves, uma utilizada como armazém, arrecadação e a outra utilizada para funcionamento ao público do Espaço Solidário, serviço criado pela Câmara Municipal. O espaço residencial possui áreas de circulação automóvel, atribuindo-lhe uma maior abertura para o exterior e para a integração do espaço nos restantes edifícios circundantes. Existe um parque infantil na imediação do primeiro bloco habitacional, sendo também circunscrito por zonas verdes a toda a área do espaço residencial.

Núcleo 6 – Bairro das Alagoas

Alagoas, propriedade do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, é uma pequena área de habitação social. Foi construída em 1979 para realojar famílias de baixo estatuto sócio – económico (condição social modesta) que viviam em condições de habitação precária e/ou eram vítimas desalojadas das cheias do Douro.

O bairro é constituído por 8 blocos, 22 entradas e nele residem aproximadamente 600 moradores, 160 famílias, onde 20% são de etnia cigana.

Este bairro foi alvo de intervenção, com um projeto denominado: “Velhos Guetos, Novas Centralidades”. Este projeto resultou de uma candidatura do Instituto Nacional da Habitação e do Estado Português aos fundos do Instrumento financeiro do Espaço Económico Europeu (EFTA).

Esta candidatura visou duas áreas de intervenção (Alagoas e Rabo de Peixe) que partilham do mesmo estatuto periférico, caracterizado por dois grandes problemas: a insularidade e a interioridade e por graves assimetrias sociais e económicas. O projeto Alagoas teve por base princípios orientadores do espírito do Plano Nacional de Ação para a Inclusão.

Núcleo 7 – Bairro Fundo Fomento Habitação (Sacadura)

Conjunto habitacional de média densidade, composto por seis edifícios, com 4 pisos e semicave, dispostos em duas bandas perpendiculares à principal via de acesso. Os edifícios apresentam fachada assimétrica, com a caixa das escadas voltada para o exterior marcando o eixo central. Do lado esquerdo desse eixo destaca-se um volume saliente, com duas janelas por piso.

Os fogos apresentam janelas de peitoril, variando a sua largura em função do tipo de compartimento que serve. A fachada tardoz é semelhante à principal, excluindo a escada e a entrada principal.

As fachadas apresentam-se pintadas de cinzento claro, destacando a pala da zona das entradas e a envolvente das janelas dos arrumos pintados a branco. A cobertura é de duas águas, em chapa ondulada de fibrocimento, com platibanda em alvenaria e caleira interior drenando para um tubo de queda em cada fachada. Os seis blocos, totalizam 46 frações habitacionais das tipologias T2, T3 e T4 e 46 frações não habitacionais.

De uma forma geral, os núcleos de habitação de interesse social apresentam algumas deficiências físicas, provenientes, na sua maioria, do desgaste das infraestruturas dos edifícios de interesse social, justificando-se a necessidade de requalificação dos edifícios. Nesse sentido, é fundamental fazer coincidir a melhoria das condições de alojamento com a melhoria das condições envolventes aos núcleos habitacionais, numa lógica de autonomização dos espaços e das suas gentes. Neste aspeto, importa referir que a Câmara Municipal procedeu à implementação de condomínios informais em dois dos núcleos identificados anteriormente, bairro da Azenha e bairro das Alagoas. A iniciativa, reconhecida pelo Instituto de Empreendedorismo Social, enquanto projeto com elevado potencial inovador e empreendedor, pretende dar resposta à necessidade de organização, manutenção e gestão do espaço habitacional, numa lógica de envolvimento e responsabilização social e ambiental dos residentes. Os Condomínios Informais funcionam com residentes da zona identificada, organizados por entrada, que se juntam voluntariamente e que de forma autónoma definem estratégias de limpeza e manutenção do Bairro. Considerou-se que a atitude perante o local em que residem as pessoas dos núcleos de habitação social devia ser alterado e que, para tal, o envolvimento dos moradores constituía um critério fundamental na inserção e resolução das situações atípicas verificadas. Nesse sentido, o processo foi iniciado com a aplicação de questionários de auscultação de necessidades, bem como sugestões da comunidade sobre a organização futura do espaço, sendo ainda efetuadas reuniões com os moradores para definição do trabalho a realizarem no local em que vivem, funcionando a equipa do CLDS+ como impulsionador da atividade junto dos residentes. Para a manutenção do Bairro foi criado um fundo de manuseio comunitário para substituição de lâmpadas e outros objetos (responsabilidade dos moradores). Cada pessoa deposita cerca de 20 cêntimos mês para cobrir as pequenas despesas de manutenção do Bairro. A Câmara Municipal do Peso da Régua fornece materiais e apoia em ações de concretização.

6. AÇÃO SOCIAL

A Autarquia e o Serviço Local de Segurança Social apresentam competências e ações distintas e de relevância no domínio público. Por sua vez, o papel das IPSS's destaca-se dado a proximidade que têm junto da população, o que permite um diagnóstico dos problemas de índole social da comunidade em que se encontram inseridas, obrigando à procura de soluções com mais rapidez, eficiência e eficácia.

A Autarquia reconhece a importância de um trabalho participado com outros parceiros locais, destacando o papel crucial das IPSS, com larga experiência de intervenção no território. Esta parceria possibilita uma coesão da consciência coletiva, uma vez que se representam localmente as populações, permitindo ainda envolver e sensibilizar a sociedade civil.

6.1. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR DO MUNICÍPIO

No que se refere à ação social escolar, a Câmara Municipal presta apoios às crianças e jovens dos diversos ciclos e níveis de ensino. Por força, do desígnio estratégico que a edilidade assumiu e da transferência de competência do Ministério da Educação para a Câmara Municipal, ampliada em 2009, atua com maior incidência e aplicando mais meios financeiros, nos apoios à educação pré-escolar e nos, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico. Estes apoios baseiam-se em:

- **Na educação pré-escolar**, garantindo atividades de animação e apoio à família, nas quais se integra o fornecimento do almoço, apoiado consoante o escalão de abono de família que cada criança beneficia e o prolongamento de horário, para além das atividades educativas que terminam diariamente às 19 Horas, em regime de gratuidade. Para melhor se enquadrar o usufruto destes apoios expressam-se os dados quantitativos relativos ao ano letivo 2014-2015:

Pré-escolar	N.º Crianças a frequentar	Almoço				Prolongamento de Horário
		Escalão A	Escalão B	Sem Apoio	N refeições diárias	
CE Alagoas	57	2	0	39	41	44
CE Alameda	37	0	0	32	32	35
Galafura	9	0	0	9	9	9
Loureiro	13	0	0	13	13	13

Figura 45 - Tipo de apoio/ escalão de abono de família por Centro Escolar e Jardim de Infância

No 1.º ciclo do ensino básico os apoios centram-se em três medidas:

- Medida Transporte Escolar que é gratuito, sendo garantido pela rede dedicada propriedade do Município (TED), para os alunos oriundos da área geográfica de influência das escolas extintas até 2009, para os centros escolares de acolhimento, com a seguinte distribuição em 2014-2015:

N.º de Circuitos TED	N.º alunos transportados para o CE das Alagoas	N.º de alunos transportados para o CE da Alameda	N.º Total de Alunos Transportados
9	109	94	203

Figura 46 - N.º de alunos apoiados pela Medida Transporte Escolar

- Medida livros escolares, aplicada consoante o escalão de abono de família de que cada aluno beneficia, na seguinte dimensão em 2014-2015:

Estabelecimento de ensino	N.º Total de alunos do estabelecimento de ensino	N.º de apoios concedidos Escalão A (Fornecimento gratuito de todos os Livros)	N.º de apoios concedidos Escalão B (Fornecimento gratuito dos livros de Português e Matemática)
CE Alagoas	283	108	55
CE Alameda	281	115	47
Total	564	223	102

Figura 377 - N.º de alunos apoiados pela Medida Livros Escolares conforme o escalão de abono de família

- Medida Alimentação, que se traduz no fornecimento do almoço, sendo aplicada consoante o escalão de abono de família de que cada aluno beneficia, muito embora seja garantida gratuidade para todos os alunos oriundos da área geográfica de influência das escolas extintas até 2009, dada impossibilidade de na hora de almoço garantir transporte, dentro do horário praticado, para irem almoçar a casa, na seguinte dimensão em 2014-2015:

Estabelecimento de ensino	N.º Total de alunos do estabelecimento de ensino	N.º Apoios Escalão A (fornecimento gratuito de almoço)	N.º Apoios Escalão B (fornecimento de almoço por metade do valor do custo da senha – 0,73€)
CE Alagoas	283	112	19
CE Alameda	281	115	20
Total	564	227	31

Figura 48 - N.º de alunos apoiados pela Alimentação conforme o escalão de abono de família

Não é despendendo referir um apoio socioeducativo que a Câmara Municipal presta desde o ano letivo 2006-2007, baseado na garantia de execução de duas atividades de enriquecimento curricular (Ensino do Inglês e Atividade Física e Desportiva), ministradas por licenciados em cada área, de acesso totalmente gratuito e que regista anualmente uma adesão integral dos alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico.

- **Nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico**, para os alunos que frequentam a escola básica 2,3 do Peso da Régua, para os alunos do colégio salesiano de Poiões e relativamente ao 3.º ciclo, os da escola secundária Dr. João de Araújo Correia, o apoio centra-se na garantia de transporte escolar gratuito quer nos circuitos especiais de ligação ao transporte regular (carreiras públicas) quer para os que só utilizam este último, registando-se a seguinte procura em 2014-2015:

Estabelecimento de Ensino	2.º Ciclo	3.º Ciclo
EB 2,3 do Peso da Régua	51	43
Colégio Salesiano de poiões	24	60
Escola secundária Dr. João de Araújo Correia	0	65
Total	75	168

Figura 49 - N.º de alunos apoiados com transporte escolar gratuito no 2º e 3º ciclo

Relativamente ao apoio aos alunos que frequentam o ensino secundário na escola secundária Dr. João de Araújo Correia, o apoio centra-se na garantia de transporte escolar, gratuito nos circuitos especiais de ligação ao transporte regular (carreiras públicas) e participado em 50% o custo mensal do passe, tendo-se sido beneficiados com este apoio em 2014-2015, 66 jovens oriundos das diversas freguesias do Concelho.

6.2. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99, de 1 de setembro) regula a criação, competência e funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) em todos os concelhos do país, valendo como lei geral da república. A CPCJ de Peso da Régua foi constituída ao abrigo da Portaria de instalação nº 50 de 22 de janeiro de 1999.

A CPCJ de Peso da Régua exerce a sua competência na área do Município de Peso da Régua e tem a sua sede e local de funcionamento no Bairro das Alagoas – Bloco 5 R/C Esquerdo, Godim.

As CPCJ's enquanto entidades não judiciárias com marcada expressão territorial, são um exemplo ao nível da participação e mobilização da comunidade, uma vez que são constituídas por elementos representantes de serviços e entidades do concelho. A saber: Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Instituto de Solidariedade e Segurança Social, Centro de Saúde, Guarda Nacional Republicana, Representante da Associação dos pais, Instituto Português da Juventude, Instituições de Solidariedade Social de relevância, entre outros.

A Comissão é constituída por parceiros, técnicos de outras instituições que são destacados pelos seus serviços, por um determinado número de horas semanais. A CPCJ é dividida em duas, uma parte denominada Comissão Alargada tem função de implementar programas de prevenção primária, a outra, conhecida como Comissão Restrita, é composta por alguns técnicos que intervêm diretamente nas situações de perigo sinalizadas.

Entrada de Processos		Saída de Processos	
Transitados do ano 2013:	111	Arquivados fase preliminar	0
Instaurados:	43	Arquivados fase pós preliminar	21
Novos Processos:	42	Enviados para outras CPCJ's	3
Recebidos de Outras CPCJ's:	1		
Reabertos:	4		
Total Entradas:	158	Total Saídas:	24
Total Processos Ativos:	134		

Figura 50 - Caracterização Processual em 2014 (Fonte: CPCJ Peso da Régua, 2014)

Em 2014, o volume processual global da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peso da Régua ascendia aos 134 processos. Destes 111 transitaram do ano anterior, 4 foram reabertos, 43 foram instaurados e 1 foi recebido de outra CPCJ.

O público-alvo das CPCJ's são crianças e jovens dos 0 aos 18 anos que sejam sinalizadas por instituições ou pessoas singulares, por se encontrarem em situação de perigo. As problemáticas sinalizadas para abertura de processo são diversas: ausência permanente de suporte familiar ou outro; abandono escolar; insucesso escolar;

consumo de estupefacientes; bullying; ofensa física por castigo corporal; falta de supervisão e acompanhamento familiar; maus tratos físicos; privação de relações afetivas e de contactos sociais próprios do estado de desenvolvimento da criança; negligência a nível da saúde; mau trato psicológico ou indiferença afetiva; violência doméstica; ofensa física em contexto de violência doméstica, entre outros.

De uma forma genérica, pode considerar-se criança em risco/ perigo, aquela que pelas suas características biológicas e/ou pelas características do seu contexto familiar e social, está sujeita a elevadas probabilidades de vir a sofrer omissões e privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas, de natureza material ou afetiva (Canha, 2003).

A figura seguinte apresenta a distribuição dos processos por faixa etária e género. Da análise do gráfico verifica-se que existe uma maior sinalização das situações na faixa etária correspondente aos 11-14 anos e 15-17 anos, seguindo-se as faixas etárias 6-8 anos e 9-10 anos. Desta análise podemos constatar que são idades que correspondem à frequência escolar, que vão desde o primeiro ciclo até ao secundário. Considera-se que um dos motivos para o aumento de sinalizações nestas faixas etárias prende-se com a alteração do Estatuto do Aluno, *Lei 39/2010 de 2 de setembro* que faz a segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básicos e Secundário, aprovado pela *Lei nº 30/2002, de 20 de dezembro*, e alterado pela *Lei n. 3/2008, de 18 de janeiro*. Esta alteração veio impor uma maior interligação com as CPCJ's, na sinalização e encaminhamento de situações - *Artigo 10.º[...]* 1 — *Perante situação de perigo para a segurança, saúde ou educação do aluno, designadamente por ameaça à sua integridade física ou psicológica, deve o diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada diligenciar para lhe pôr termo, pelos meios estritamente adequados e necessários e sempre com preservação da vida privada do aluno e da sua família, atuando de modo articulado com os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto do aluno.* 2 — *Para efeitos do disposto no número anterior, deve o diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, quando necessário, solicitar a cooperação das entidades competentes do setor público, privado ou social.* 3 — *Quando se verifique a oposição dos pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto do aluno, à intervenção da escola no âmbito da competência referida nos números anteriores, o diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada deve comunicar imediatamente a situação à comissão de proteção de crianças e jovens com competência na área de residência do aluno ou, no caso de esta não se encontrar instalada, ao magistrado do Ministério Público junto do tribunal competente.* 4 — *Se a escola, no exercício da competência referida nos n.os 1 e 2, não conseguir assegurar, em tempo adequado, a proteção suficiente que as circunstâncias do caso exijam, cumpre ao diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada comunicar a situação às entidades referidas no número anterior.*

De seguida apresentam-se os motivos para cessão e arquivo dos processos relativos a 2014.

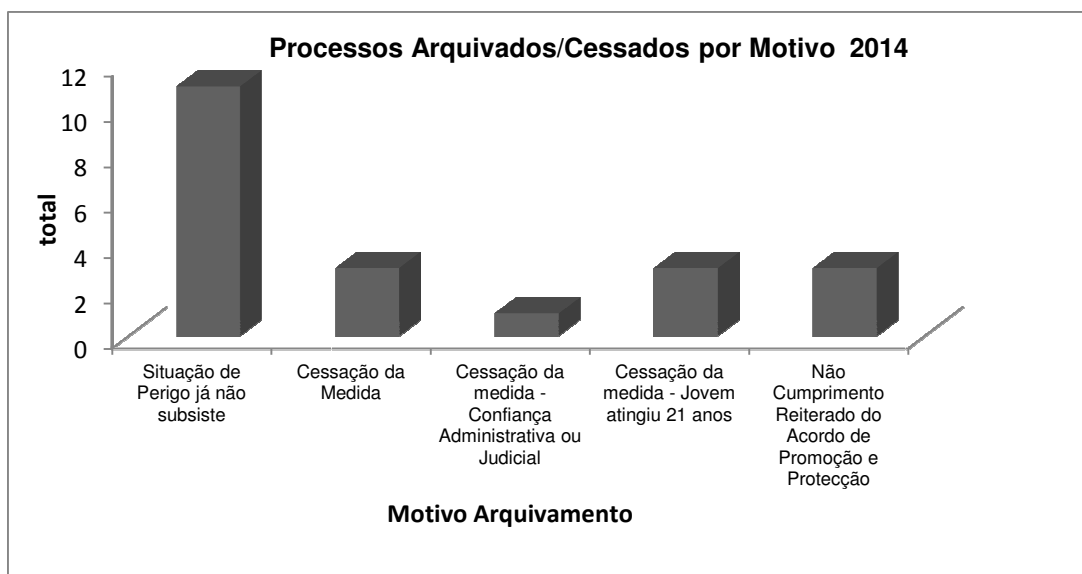


Figura 51 - Processos Arquivados/ Cessados por Motivo 2014

Da análise do gráfico verifica-se que o principal motivo para cessação dos processos deve-se ao facto da situação de perigo que levou a abertura do processo deixar de existir. Tal facto é um indicador positivo, pois significa que o papel da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco cumpre a sua função base que é a de salvaguardar o Superior interesse da criança.

É fundamental pois, trabalhar com as famílias, no sentido de promover as competências parentais e sociais, que no concelho do Peso da Régua estão associadas à baixa qualificação escolar, ao défice de competências, acrescido de problemas de alcoolismo, falta de recursos económicos, desemprego e, também consumo de estupefacientes. Assim, as questões relacionadas com a falta de competências parentais, negligência e ausência de estruturas de acolhimento mantêm-se no atual Diagnóstico como problemas de prioridade de intervenção.

Para melhorar a intervenção junto das crianças, seria fundamental criar um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação, da saúde e da ação social, ou seja um Projeto de Intervenção Precoce (PIP) a funcionar no concelho do Peso da Régua. A intervenção precoce junto de crianças até aos 6 anos de idade, com alterações ou em risco de apresentar alterações nas estruturas ou funções do corpo, tendo em linha de conta o seu normal desenvolvimento, constitui um instrumento à participação social dessas crianças e dos jovens e adultos em que se irão tornar. Quanto mais precocemente forem acionadas as intervenções e as políticas que afetam o crescimento e o desenvolvimento das capacidades humanas, mais capazes se tornam as pessoas de participar autonomamente na vida social e mais longe se pode ir na correção das limitações funcionais de origem. Deste modo, é crucial integrar, tão precocemente quanto possível, nas determinantes essenciais relativas à família, os serviços de saúde, as creches, os jardins de infância e a escola.

É também fundamental que existam respostas para as situações em que se verifica a impossibilidade da continuidade da criança/jovem no seu seio familiar. No concelho existe resposta de acolhimento de crianças de género feminino e inexistência deste tipo de resposta de acolhimento de curta ou longa duração para crianças de sexo masculino. Esta situação provoca muitas vezes a separação de irmãos, originando perdas sucessivas e agravando os sentimentos de desamparo e desesperança na criança/ jovem, com repercussões incalculáveis no seu desenvolvimento pessoal e social.

Seria igualmente pertinente, promover competências junto das famílias de acolhimento para receberem crianças com problemas de comportamentos mais desajustados e com origens familiares mais traumatizantes, uma vez que estas crianças/ jovens são muitas vezes desgastantes emocionalmente, o que leva a que as famílias que as acolheram as rejeitem.

6.3. RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

Em termos legislativos, a Lei 13/2003, de 21 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 133/2012, de 27 de junho, institui o Rendimento Social de Inserção como uma prestação incluída no subsistema de solidariedade e um programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e aos seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção laboral e comunitária.

Deste modo os agregados familiares que cumpram cumulativamente os requisitos e condições gerais de atribuição poderão requerer o RSI.

Principais alterações legislativas /Condições gerais de atribuição (decreto-lei nº 133/2012, de 27 de junho):

- Reconhecimento do direito à prestação com enfoque na natureza contratual do RSI na vertente inserção social e profissional.
- Definição objetiva da obrigação dos beneficiários, quanto à inscrição no Centro de Emprego, procura ativa de emprego e desenvolvimento de trabalho socialmente útil, regulamentado através da Portaria nº 257 de 2012 de 27 de agosto.
- Não se encontrar institucionalizado em equipamentos financiados pelo Estado, em prisão preventiva ou a cumprir pena em estabelecimento prisional, excetuam-se, os beneficiários integrados em Casa Abrigo.

Estão dispensados da disponibilidade ativa para a inserção profissional, as pessoas que se encontrem, incapacitadas para o trabalho, menores de 16 anos ou com idade superior, desde que a frequentar a escolaridade obrigatória, pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, que se encontrem a prestar apoio indispensável a membros do seu agregado familiar; pessoas que se encontrem a trabalhar, ou com atestado, por não reunirem condições para o trabalho.

O pagamento da prestação do RSI é devido a partir do 60º dia, após o requerimento e a data de celebração do Contrato de Inserção. É paga pelo período máximo de 12 meses, estando a sua continuidade, sujeita a pedido de renovação, apresentado pelo requerente com dois meses de antecedência do final do período de concessão.

6.4. CARATERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA MEDIDA RSI

6.4.1. NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS POR FREGUESIA

Durante o ano de 2014 (janeiro a outubro) foram acompanhados, uma média de 300 a 340 processos, com um número de beneficiários que se situa, entre os 800 a 900. Conforme gráfico infra os beneficiários, concentram-se

sobretudo nas freguesias urbanas com maior incidência populacional, nomeadamente, Godim e Peso da Régua, em oposição às freguesias rurais de Galafura e Covelinhas.

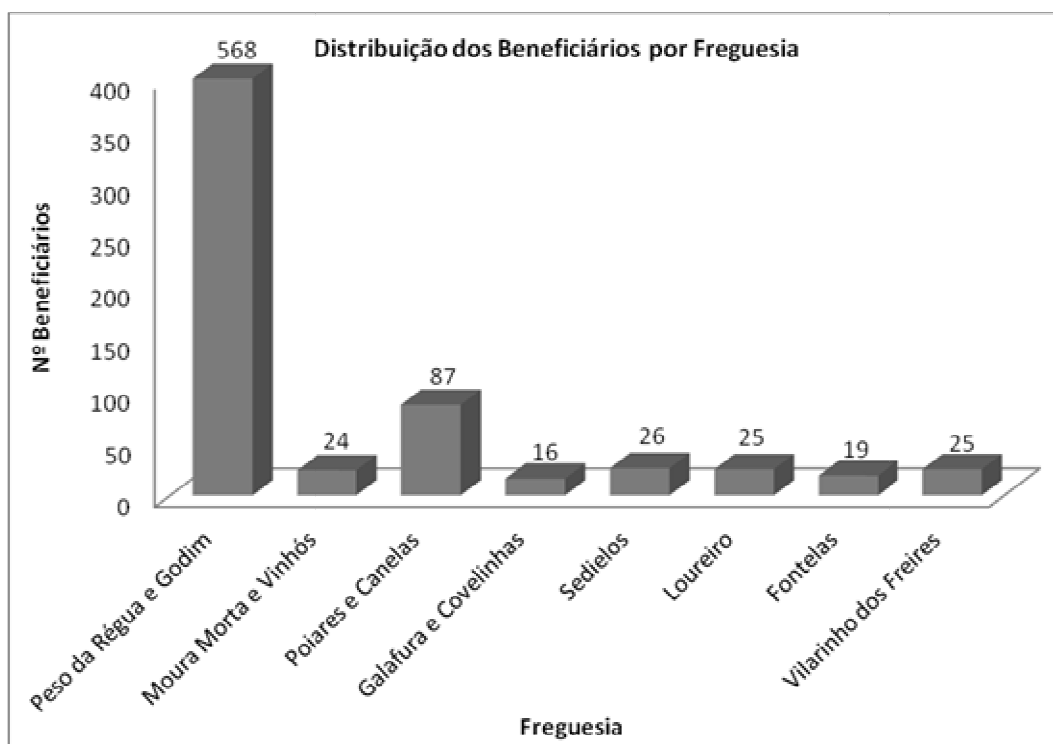


Figura 52 - Distribuição dos beneficiários por freguesia

(Fonte: Santa Casa da Misericórdia/Equipa Protocolo RSI, 2014)

6.4.2. PROBLEMAS E VULNERABILIDADES

Os principais problemas e vulnerabilidades das famílias beneficiárias do RSI, de acordo com o diagnóstico social do NLI, são:

- Económicos, nomeadamente ausência ou baixos rendimentos, endividamentos;
- Inserção profissional, designadamente, desemprego, precariedade laboral, baixa qualificação profissional e falta de expectativas/hábitos de trabalho;
- Saúde, concretamente, problemas de alcoolismo, toxicodependência, perturbações do foro mental, negligência para os cuidados de saúde, sobretudo vacinação, etc.
- Educação, nomeadamente a não valorização da escola/abandono e absentismo escolar, baixa escolaridade e analfabetismo;
- Dependência dos serviços, ausência de expectativas face ao futuro, baixa autoestima; dificuldade de aceitação para a mudança, dificuldade em gerir recursos, problemas comportamentais;
- Instabilidade familiar, desestruturação e conflitos familiares, más relações de vizinhança, famílias monoparentais;
- Fracas condições habitacionais;

Estamos perante famílias multidesafiadas, com carências ao nível económico, profissional, de saúde, educação, habitação, pessoal e familiar, que justificam um acompanhamento técnico especializado e de proximidade.

6.4.3. COMPETÊNCIAS/POTENCIALIDADES

Salienta-se a disponibilidade e valorização para a melhoria das habilitações escolares e profissionais, as estratégias de sobrevivência, através da agricultura de subsistência e apoio da rede familiar e de vizinhança.

- Experiência de trabalho (vinha – agricultura, construção civil, restauração, etc.)
- Capacidade para utilizar os serviços existentes;
- Domicílio fixo;
- Redes de apoio informais;
- Voluntariado;
- Valorização e qualificação profissional;
- População jovem.

6.4.4. CONSTRANGIMENTOS E COMPETÊNCIAS LOCAIS PARA A INSERÇÃO

Ao nível local verificam-se constrangimentos sócio- demográficos e económicos, nomeadamente:

- Falta de tecido industrial/empresarial;
- Falência de pequenas empresas familiares;
- Agravamento das situações de desemprego;
- Monocultura da vinha;
- Falta de iniciativas empreendedoras;
- Emigração (sazonal);
- Discriminação social;
- Isolamento social e geográfico, decorrente sobretudo da fraca rede de transportes públicos e de acessibilidades da rede viária;
- Fraca rede de parceria entre o setor social e económico;

Verificando-se por outro lado condições estratégicas e práticas institucionais que potenciam o desenvolvimento social local, em áreas como:

- Turismo, agricultura/vinicultura, etc.
- Recursos naturais, paisagísticos, culturais, etc.
- Consolidação da Rede Social, através de uma cultura de parceria ao nível da Intervenção social;
- Serviços de proximidade, nas áreas da ação social/respostas sociais, saúde, educação, emprego, etc;
- Medidas de apoio ao combate da pobreza e exclusão social, nomeadamente o programa, Contrato Local de Desenvolvimento Social+ (CLDS+).

6.5. INSERÇÃO SOCIAL

6.5.1. CARACTERIZAÇÃO DE TODOS OS BENEFICIÁRIOS POR IDADE E SEXO A FREQUENTAR AÇÕES DE INSERÇÃO

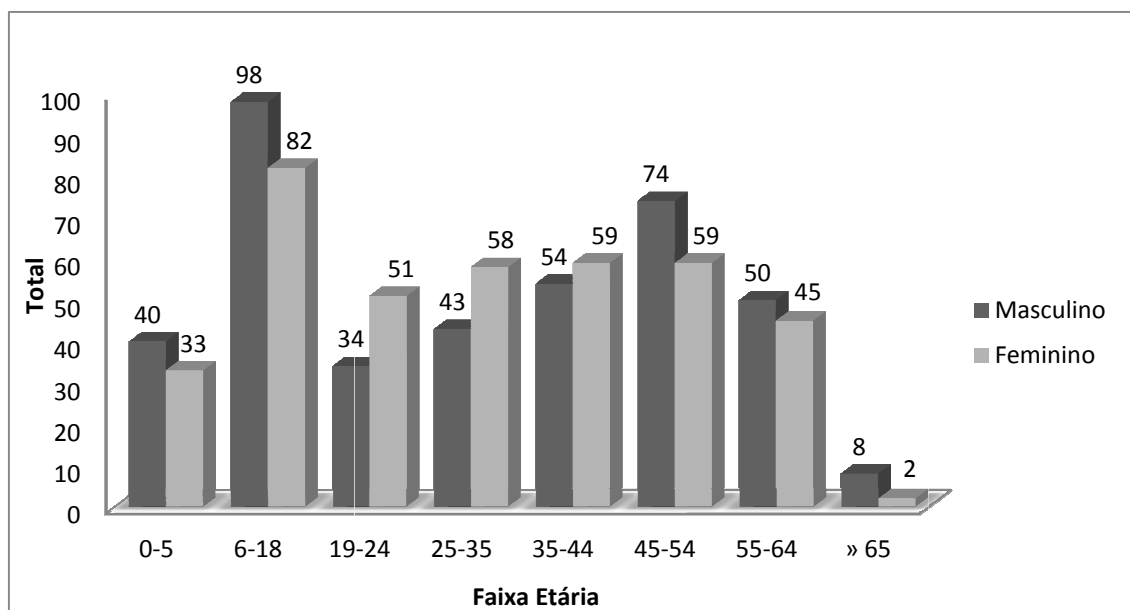


Figura 53 - Caracterização de todos os beneficiários por Idade e Sexo a frequentar Ações de Inserção

(Fonte: Estatística mensal (set 2014) Centro Distrital de Vila Real)

Conforme informação estatística e a título demonstrativo, verifica-se que no universo de 917 beneficiários, predomina o sexo masculino com 471 por relação a 446 do sexo feminino. Contudo é o sexo feminino que mais recorre à medida e assume a titularidade do processo.

Ao nível etário, predomina a população jovem, em idade escolar e na idade ativa, com destaque nas faixas etárias dos 6 aos 18 anos e dos 35 aos 45 anos. Verifica-se ainda que predomina o sexo feminino, nas faixas etárias, dos 19 aos 44 anos.

6.5.2. DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS POR ÁREAS DE INSERÇÃO

A gradual e efetiva inserção social, laboral e comunitária das famílias beneficiárias do RSI exigem a negociação e a celebração de um contrato de inserção que abrange um conjunto articulado de objetivos e ações, estabelecido de acordo com as características e condições de cada agregado familiar, assim como, a definição dos meios necessários à sua prossecução.

Os principais apoios e medidas de inserção passam pela frequência do sistema educativo e formativo, ações de sensibilização e acompanhamento para a prática de estilo de vida saudáveis, apoio psicossocial, formação para a gestão doméstica e financeira, formação parental, a participação em programas de ocupação que favoreçam a inserção no mercado de trabalho ou prossigam objetivos socialmente úteis para a comunidade, formação e qualificação profissional, colocação em mercado de trabalho, ações de apoio e acompanhamento habitacional; etc.

Conforme o gráfico infra, estão contratualizadas, 2.637 ações, distribuídas pelas principais setores de intervenção. Em termos de temáticas destacam-se as áreas da Cidadania (54%) correspondendo a 958 ações, a área do Emprego/Informação Profissional (23%) que corresponde a 418, seguindo-se a Educação (11%) com

194 ações, a Saúde (10%) com 175 ações. As que registaram menos ações foram as ações das áreas Habitação (1%) com 21 ações e da Atividade Socialmente Útil (1%) com 17 ações.

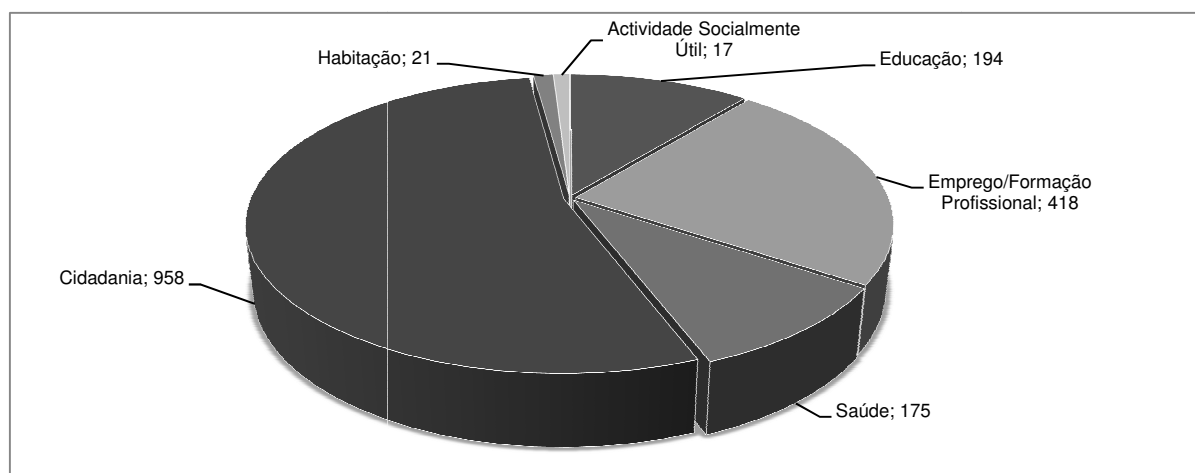


Figura 384 - Distribuição das Ações de Inserção no Concelho (Fonte: Santa Casa da Misericórdia/Equipa Protocolo RSI)

A gradual e efetiva inserção social, laboral e comunitária das famílias beneficiárias do RSI exigem a negociação e a celebração de um contrato de inserção que abrange um conjunto articulado de objetivos e ações, estabelecido de acordo com as características e condições de cada agregado familiar, assim como, a definição dos meios necessários à sua prossecução.

Justifica-se deste modo um trabalho em rede com os intervenientes: famílias/beneficiários, instituições públicas e privadas, técnicos, dirigentes e representantes das entidades parceiras do NLI, promovendo a rentabilização e complementaridade dos recursos individuais e coletivos, com vista à plena integração social e desenvolvimento comunitário.

6.6. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Em relação às valências/respostas sociais existentes no concelho apresenta-se uma breve caracterização das áreas mais comuns desenvolvidas por estas entidades:

Creche – Resposta social a funcionar em estabelecimento da instituição. Destina-se a Crianças a partir dos quatro meses até aos 3 anos de idade;

Jardim de infância – Resposta social a funcionar em estabelecimento institucional. Destina-se a crianças a partir dos 3 anos de idade até aos 6 anos de idade.

Atividade de Tempos Livres (ATL) – Modalidade de apoio, a funcionar em estabelecimento da instituição. Destina-se a crianças entre os 6 e 12 anos de idade.

Cantina Social - A Cantina Social insere-se na Rede Solidária das Cantinas Sociais e constitui-se como uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, que tem como objetivo suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de refeições.

Centro de Convívio – Proporciona serviços de apoio e desenvolvimento de atividades sócio recreativas, culturais e de lazer organizadas e dinamizadas pelas instituições e seus utilizadores;

Centro de Dia – Assegura um conjunto de serviços tais como refeições, convívio/ocupação, cuidados de higiene, tratamento de roupas, férias organizadas e outros que contribuem para a manutenção dos Idosos no seu meio sócio familiar;

Lar de Idosos – Constitui uma resposta social desenvolvida em alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

Lar de Infância e Juventude - Resposta destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção, a exercer por tempo indeterminado através de uma empresa estabelecida em território nacional. Tem como destinatários crianças e jovens de ambos os sexos, até aos 18 anos, em situação de perigo, cuja medida de promoção e proteção assim o determine.

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) – Resposta social que assegura a prestação de cuidados individualizados e personalizados na residência dos indivíduos e famílias, quando estes por motivos de doença, deficiência ou incapacidade não possam assegurar, temporária ou permanente, a satisfação das suas necessidades básicas.

Atendimento/Acompanhamento Social – Consiste no encaminhamento informação e apoio a indivíduos e famílias, prestado por técnicos habilitados, com a observação e garantia do sigilo profissional.

No Concelho, as Instituições Particulares de Solidariedade Social constituem um importante recurso social e local para a promoção da igualdade de oportunidades e cidadania. Com efeito, são estas entidades que intervêm diretamente com as populações que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade económica e social, proporcionando-lhes, desta forma, a prestação de serviços de apoio.

Em jeito de síntese, pode-se considerar que no concelho do Peso da Régua, existem três tipos de entidades vocacionadas para a intervenção:

Instituições de apoio à Infância - entidades vocacionadas para o apoio específico, através da prestação de serviços a este grupo etário;

Instituições de apoio à deficiência – entidades vocacionadas para o apoio específico à pessoa com deficiência ou incapacidade.

Instituições de apoio população Idosa - entidades vocacionadas para o apoio específico através da prestação serviços de diversa ordem a este grupo específico;

Centros Comunitários - entidades polivalentes e flexíveis, vocacionadas para apoio à comunidade e família, incluindo a prestação de serviços tanto na área da infância como na área dos idosos.

6.6.1. CARATERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Existem no Concelho do Peso da Régua, 11 Instituições que prosseguem objetivos de âmbito de Ação Social e que, segundo a sua natureza jurídica, se caracterizam como Entidades sem Fins Lucrativos. Estas Entidades sem Fins Lucrativos, também conhecidas/classificadas como IPSS ou Instituições de Utilidade Pública asseguram, neste concelho, a maior parte dos equipamentos sociais existentes. Quanto à tipologia jurídica dos equipamentos vigentes, estes subdividem-se em:

- **5 Associações de Solidariedade Social:** Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos; Associação de Assistência Nossa Senhora das Candeias; Associação O Baguinho; Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes e o Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho;
- **2 Centros Sociais e Paroquiais:** Centro Social e Paroquial São Pedro de Loureiro e Centro Social e Paroquial D. Manuel Vieira Matos.
- **3 Casas do Povo:** Centro Comunitário da Casa de Povo de Fontelas; Casa de Povo de Godim e Casa do Povo de Vilarinho dos Freires.
- **1 Irmandade da Misericórdia:** Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua.

Para a execução das suas atividades de apoio às populações, estas Instituições celebram, na sua maioria, Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social, à exceção da A.R.D.A.D que celebra protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que lhes permite assegurar uma parte importante dos seus financiamentos. Importa referir que, em obediência aos princípios e fins que prosseguem, as mensalidades /pagamentos decorrentes do benefício, usufruto dos serviços e apoios prestados aos beneficiários não é uniforme, ou seja, tem por base os rendimentos e/ou a sua inserção social, havendo, por isso, situações isentas de pagamento.

Apresenta-se, de seguida, a **figura 57** onde é possível obter-se uma análise por freguesia da rede de respostas sociais existentes por áreas de intervenção; o número de valências; a capacidade/lotação das respostas e o número de utentes abrangidos. O mesmo permite, ainda, auferir informação relativa quanto ao número de pessoas em lista de espera para as diversas valências.

FREGUESIA	DESIGNAÇÃO	ÁREA INTERVENÇÃO	VALÊNCIAS	CAPACIDADE	ACORDO	FREQUÊNCIA
Poiares	Centro Social e Paroquial Manuel Vieira de Matos	Terceira Idade	S.A.D	35	35	35
		Famílias	Cantina Social	15	15	15
		Infância	Creche Pré-Escolar	48 50	35 50	33 42
Canelas	Associação Assistência Nª Srª Candeias	Terceira Idade	Centro Conv. S.A.D.	18 32	18 32	18 32
		Infância	Creche Pré-Escolar	40 50	40 40	10 25

Vilarinho Freires	Casa Povo Vilarinho Freires	Terceira Idade	Centro Dia S.A.D. Lar de Idosos	20 39 4	20 39 3	17 39 4
Peso da Régua	Sta. Casa Misericórdia Peso Régua	Famílias	Cantina Social	100	100	80
		Terceira Idade	Lar Idosos S.A.D. U.C.C.I.	65 4 26	60 4 26	60 4 26
		Infância/ Juventude	A.T.L. Creche Pré-Escolar LIJ	30 66 75 30	30 66 75 30	30 62 74 26
	O Baguinho	Infância/ Juventude	Creche Pré-Escolar	33 32	33 32	33 32
		Terceira Idade	Cantina Social	100	100	100
Godim	Patronato P.Alberto Teixeira	Infância/ Juventude	A.T.L. Creche Pré-Escolar	25 50 110	25 50 110	25 50 109
	Casa Povo Godim	Terceira Idade	Centro Dia Centro Conv. S.A.D. S.A.D. Noturno	25 30 45 4	25 30 45 4	25 30 45 4
	A.R.D.A.D.	Deficiência	I.A.O.Q.E. Formação Profissional			3 99
Fontelas	Centro Comunitário da Casa Povo Fontelas	Terceira Idade	Centro Dia S.A.D.	20 35	19 35	19 20
Loureiro	Centro Social Paroquial S. Pedro de Loureiro	Terceira Idade	S.A.D.	35	35	35
Sedielos	Associação Cultural Beneficente Stª Maria	Terceira Idade	Centro Dia S.A.D. Lar Idosos	20 30 25	20 30 25	20 30 25

Figura 55 - Caracterização dos equipamentos sociais por freguesias

(Fonte: Centro Distrital de Segurança Social; IPSS'S)

6.6.2 - COBERTURA DAS VALÊNCIAS DA ÁREA SOCIAL

Da análise da figura supra, verifica-se que o concelho é servido por um leque de valências de apoio social que prestam serviços, cada vez mais diversificados e abrangentes, em áreas como a Infância e Juventude, à Terceira Idade e Famílias Carentiadas.

Quanto às áreas de intervenção verifica-se que das 35 valências em funcionamento, 13 se destinam a crianças/jovens, 21 a idosos e apenas 1 à Família, a Cantina Social. Note-se que o concelho se encontra totalmente desprovido de equipamentos que prestem apoio social à pessoa com deficiência.

Relativamente à cobertura das áreas do concelho, de um modo geral, todas as instituições possuem listas de espera em quase todas as respostas sociais. Esta premissa pressupõe que o número de utentes que recorrem a estes serviços é superior à oferta designada nos Acordos de cada valência dos equipamentos sociais em análise. Concorde-se, portanto, que a oferta de respostas é inferior à procura.

Na área da Infância e Juventude é de realçar a diminuição do número de valências em relação ao Diagnóstico Social 2008-2011, o que se deve à diminuição do número de crianças nas freguesias rurais e à abertura dos Centros Escolares.

Saliente-se ainda que a Associação O Baguinho apoia, na sua totalidade, 65 crianças dos 3 meses aos 12 anos de idade. Contudo, as suas infraestruturas apresentam-se bastante deterioradas pondo em risco o nível de qualidade e bem-estar a que as nossas crianças têm direito. Urge a necessidade de candidaturas a apoios estatais, de forma a garantir o financiamento necessário para o melhoramento das condições físicas existentes, de acordo com as normativas do Instituto de Segurança Social.

As valências de Apoio à Deficiência são, como se pode verificar, inexistentes. Existe, em todo o concelho, apenas uma instituição, a Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes, que opera a nível do emprego e formação profissional e tem como objetivo desenvolver e potenciar competências nos indivíduos com deficiência física e mental, de forma a promover a integração destes indivíduos no mercado de trabalho. Saliente-se que a mesma teve já aprovada a candidatura às respostas sociais C.A.O. e Lar Residencial, no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), em 2009, tipologia 6.12 – Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais mas devido a dificuldades financeiras não conseguiu executar a obra. Em 2014, submeteu também uma candidatura ao Programa ON2 – Programa Operacional da Região Norte – Equipamentos para a Coesão Local, que obteve parecer favorável por parte da Plataforma Supraconcelhia Douro, mas que devido à inexistência de acordos de cooperação prévios com o ISS, não foi admitida. Deste modo é imperioso a criação destas valências, pois existe um défice de cobertura no concelho e a Sul do distrito de Vila Real.

As IPSS do concelho tentam minimizar as consequências desta falta de infraestruturas, apoiando-os, pontualmente, nas suas respostas sociais. Considera-se urgente a emergência de respostas direcionadas para a pessoa com deficiência, quer para o próprio concelho quer para os concelhos limítrofes (Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião) devido à sua localização privilegiada.

No que diz respeito às valências de apoio à Terceira Idade, um dado importante é o facto destas Instituições terem, na sua totalidade, uma listagem de frequência até ao limite permitido bem como uma lista de espera significativa, nomeadamente nas valências S.A.D. e Lar de Idosos. Conclui-se, portanto, que estes equipamentos estão a trabalhar no limite das suas capacidades o que as impede de aceitar novos utentes, havendo a necessidade de criar novas valências nas freguesias a descoberto. É nesta área de intervenção que a sobrelotação dos equipamentos se revela mais preocupante. No nosso concelho a oferta destas respostas apresenta-se muito inferior à procura, nomeadamente, na valência de Lar para Idosos onde a lista de espera ronda as 200 pessoas ultrapassando o número de utentes que estão, efetivamente, a ser apoiados. Saliente-se que no concelho existem apenas 2 lar de idosos, o Lar D. Antónia pertença da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua e o lar de idosos da Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sediolos. Recentemente foi também criado um mini-lar em Vilarinho dos Freires com capacidade para 4 utentes e que possui igualmente lista de espera. Ressalva-se ainda o facto das freguesias de Fontelas, Loureiro, Vinhós e Moura Morta estarem completamente a descoberto, sendo necessário o reforço desta valência no lado poente do concelho, pois o índice de envelhecimento tem vindo a aumentar exponencialmente, de acordo com os censos de 2011 o Índice de Envelhecimento do Concelho era de 157.4.

Torna-se crucial para os equipamentos que desenvolvem respostas sociais direcionadas ao idoso Reguense, apostar em candidaturas a projetos sociais, nomeadamente à estratégia Portugal2020, como por exemplo ao

Programa Operacional Inclusão e Emprego (POISE) bem como sensibilizar o Centro Distrital de Segurança Social para o alargamento dos acordos de cooperação com as Instituições que tenham capacidade e condições de resposta. Por fim, é de se realçar a necessidade evidente da resposta de Serviço de Apoio Domiciliário Integrado, justificado pelo elevado Índice de Dependência vivido no concelho (47,8%).

Relativamente ao Apoio à Família, foi criada a resposta Cantina Social, no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, que tem como objetivo suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de pelo menos uma refeição quente às famílias que não tenham forma de garantir essa refeição. A Cantina Social assegura aos utentes o fornecimento de uma refeição diária constituída por uma dose de sopa, um prato principal e uma peça de fruta. Esta resposta funciona em três IPSS's do concelho, O Baguinho, a Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua e o Centro Social e Paroquial Manuel Vieira de Matos, e apoia cerca de 200 pessoas do concelho. É de salientar que à exceção de Poiães, todas as outras freguesias rurais estão a descoberto, não sendo supridas por este tipo de apoio. Por outro lado, esta resposta centra-se apenas no núcleo urbano (União das freguesias do Peso da Régua e Godim). Uma outra questão transversal a todos os equipamentos sociais que operam no concelho prende-se com a necessidade da renovação da frota automóvel que com o desgaste inerente às atividades das instituições vai ficando obsoleta. Esta necessidade tem em consideração, não apenas as necessidades das instituições ao nível de transporte dos seus utentes e funcionários do SAD, mas também as dificuldades sentidas por algumas famílias em transportar os seus filhos no percurso casa – instituição - casa, pelo motivo da maioria, não possuir transporte próprio e pelas baixas reformas ou pensões que os idosos usufruem, torna-se pertinente, a aquisição destes equipamentos por forma a dar apoio a essas mesmas famílias/utentes, rentabilizar os gastos com transportes, assegurados pela instituições, nomeadamente na deslocação em visitas de estudo de âmbito pedagógico, conseguindo-se obter uma maior flexibilidade na gestão das atividades desenvolvidas, promover atividades para a promoção de partilha de experiências entre idosos das várias instituições do concelho, acompanhamento dos utentes de terceira idade a consultas médicas ou tratamentos, compra de medicação e acompanhamento na aquisição de bens e serviços. Com a implementação deste investimento, os utentes que frequentam a Instituições do concelho, beneficiarão de maior conforto, segurança, desenvolvimento cognitivo e intelectual, sendo este um importante passo para o crescimento da instituição, permitindo perspetivar uma melhoria das condições das respostas existentes.

É também necessário que as Instituições invistam na sua própria qualificação, o que lhes permitirá atingir, convenientemente os fins a que se propõem. Essa qualificação pode ser obtida através da Certificação da Qualidade das suas Respostas Sociais. O termo Qualidade reporta-se ao *“conjunto de atributos e características de uma entidade ou produto, que determinam a sua aptidão para satisfazer necessidades e expectativas da sociedade”* (Decreto-lei n.º 140/2004 de 8 de junho). Atualmente no concelho existem já três instituições que implementaram um Sistema de Gestão da Qualidade: o Centro Comunitário da Casa do Povo de Fontelas, a Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes e a Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua.

Das efetivas parcerias que se realizam com as demais entidades (Juntas de Freguesia; dirigentes de IPSS; representantes da Educação e Saúde, entre outras) é referido, por unanimidade, a falta de equipamentos que ofereçam as respostas sociais de Lar de Idosos; CAO e Serviço de Apoio Domiciliário Integrado em todo o concelho. Esta insuficiência é sentida não só a nível de freguesias mas sim em todo o município.

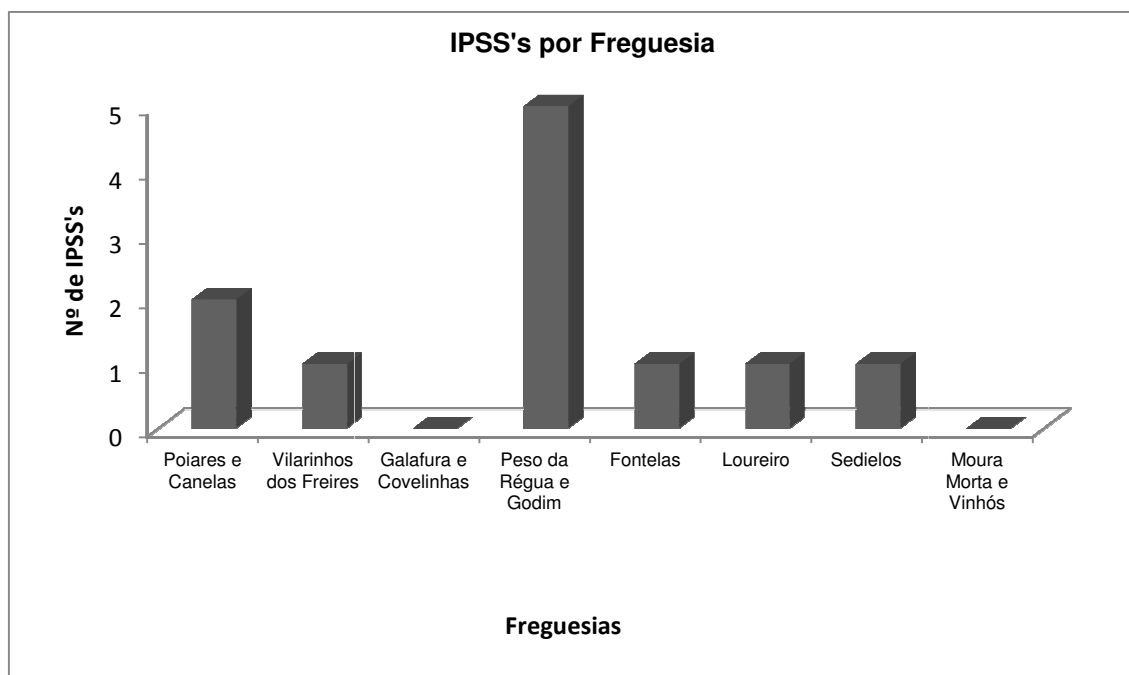


Figura 56 - N.º de IPSS's por freguesia

Pelo exposto conclui-se que as IPSS se encontram sedeadas, em maior número e maior variedade, nas freguesias urbanas do concelho. Verifica-se, ainda, que as freguesias de Galafura e Covelinhas, Moura Morta e Vinhós estão completamente a descoberto. Ainda que as IPSS existentes façam um esforço no sentido de colmatar esta situação e tentem alargar o seu apoio para além das suas zonas de implementação, refira-se que as necessidades sentidas estão muito além da oferta disponível.

A figura 58 vem reforçar, uma vez mais a ideia que as Instituições atuam de forma exaustiva no terreno, de forma a fazer face às necessidades emergentes.

A realidade acima esboçada apela ao carácter urgente das entidades competentes tomarem noção do panorama social vigente, uma vez que a rede de equipamentos sociais que o concelho dispõe continua a revelar-se insuficiente para dar resposta às necessidades em geral, e de forma mais particular às necessidades sentidas pela população mais velha do concelho. Esta situação justifica-se, essencialmente, com o progressivo envelhecimento da população, associado ao fenómeno de isolamento dos idosos, bem como à dificuldade crescente das famílias em conciliarem a vida profissional com os cuidados à terceira idade.

7. ASSOCIATIVISMO

O associativismo traduz-se numa força estratégica para a melhoria das condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões, culminando com a ideia de desenvolvimento. A esse respeito Frantz (2002: 25) refere que, “(...) *potencialmente, o associativismo, a cooperação, contém o desenvolvimento local (...)*. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação”. Acrescenta ainda que “*o desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas*”. Observa-se que aqui se revela um espaço à participação extensiva e intensiva dos recursos humanos em que a coresponsabilidade remete a parcerias estáveis e para relações mutuamente proveitosas, cujas transformações não ocorre da noite para o dia, mas sim caminhando em etapas, solidariamente, e sustentadamente, capturando a sinergia liberada.

Assim considera-se, o conceito de desenvolvimento local “*como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo económico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos*”. O desenvolvimento posto como um modelo que contém uma perspetiva que tem na sua génese a auto-organização social.

Para tal as Associações² têm uma dupla função no seu papel na sociedade, um papel de carácter social fazendo intervenção direta com todos os grupos etários, com as suas expectativas, gostos e interesses e também um carácter associativo de divulgação de uma determinada cultura, forma de vida e forma de pensar.

As Associações são focos de intervenção social, na medida em que são responsáveis pela ocupação cultural e social de uma parte da população que vive nas freguesias, às quais as Associações pertencem, não só de uma camada jovem, mas também de uma parte da população ativa do concelho.

Com isto, pode dizer-se que quanto maior for o número de associações existentes num concelho, maior o envolvimento da sua população e maior o dinamismo em diversos aspetos, contribuindo assim para uma sociedade ativa e mais aberta aos impulsos exteriores que são agentes modificadores quer de comportamentos, quer de mentalidades.

No concelho de Peso da Régua o Associativismo, envolve todas as freguesias e todos os escalões etários. O papel desempenhado pelas diversas associações, permite que a Cultura duriense se vá divulgando por todo o país e até pelo mundo.

O associativismo também está intrinsecamente ligado ao espírito do povo e da sua mentalidade. O povo duriense sempre foi muito acérrimo em juntar-se em grupo, defender os seus interesses e também aliar a isso a parte cultural e de divertimento de cada associação.

Podem dividir-se em cinco tipologias, as associações do Concelho do Peso da Régua: Juvenil, Desportiva, Cultural e Recreativa, Comercial e Religioso e Social e Humanitário.

² Associação é uma organização resultante da reunião legal entre duas ou mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica, para a realização de um objetivo comum.

Tipologia	Associações
Juvenil	<ul style="list-style-type: none"> - AEP³ Grupo 21; - Associação dos Guias e Escuteiros da Europa – Portugal (Grupo de S. Faustino e Grupo de Nossa Senhora do Socorro) - Associação Cultural e Recreativa da Juventude de Sediolos - Aprender Confiante – Associação Juvenil de Covelinhas - Agrupamento CNE nº 282 - Agrupamento CNE Nº 840; - Agrupamento CNE nº 116; - Associação Juvenil e de Intervenção Cultural⁴
Desportiva	<ul style="list-style-type: none"> - Amadores de Pesca da Régua; - Associação Todo Terreno de Pedras Santanas - Loureiro - Associação Desportiva de Godim; - Clube de Pesca de Competição Reguense; - Clube de Caça e Pesca de Vila Seca de Poiares - Clube Caça e Pesca do Alto Douro - Clube Automóvel; - Motoclube da Régua – Associação Clube Natureza Extreme - Clube de Voleibol de Peso da Régua - Grupo Desportivo e Recreativo da Ferraria; - Associação de Caçadores de S. Leonardo e Santa Bárbara - União Recreativa Poiarense; - Sport Clube da Régua; - Futebol Clube de Fontelas; - Veteranos do Régua Futebol Clube
Cultural e Recreativa	<ul style="list-style-type: none"> - Rancho Folclórico de Loureiro; - Rancho Folclórico de Moura Morta; - Rancho Folclórico e Recreativo de Godim; - Rancho Folclórico e Teatral de S. José de Godim; - Rancho Folclórico de Galafura; - Associação dos Amigos do 14 de agosto - Associação Amigos Abeira Douro - Grupo Coral Nª Sª do Socorro; - Grupo Coral S. José de Godim; - Grupo de Cantares “Os Rabelos do Douro” - Associação Cultural do Alto Douro; - Associação Cultural e Recreativa de Vila Seca de Poiares; - Academia de Música da Régua - Tear Douro - Associação Cultural Social e Desportiva de Galafura; - Associação Desportiva e Cultural de Alvações do Tanha; - Grupo Cultural e Artístico Nª Sª das Neves;

³ Associação dos Escuteiros de Portugal.

⁴ Associação Juvenil

	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo Cultural e Recreativo de Moura Morta; - Grupo Cultural e Recreativo de Vilarinho dos Freires; - Tertúlia Dr. João de Araújo Correia; - Associação Cultural da Casa do Povo de Fontelas. - Godibombos
Comercial	<ul style="list-style-type: none"> - Associação Comercial e Industrial dos concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio - Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR) - Associação dos Agricultores do Baixo Corgo
Religioso e Social e Humanitário	<ul style="list-style-type: none"> - Associação Social e Cultural dos Amigos e Moradores do Bairro das Alagoas - Conferência de S. Vicente de Paulo de Godim; - Conferência de S. Vicente de Paulo de Peso da Régua; - Casa do Povo de Moura Morta; - Núcleo da Cruz Vermelha de Peso da Régua; - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários; - Associação Salesiana de Poiares; - Associação dos Amigos do Hospital D. Luís I; - Companhia dos Animais Abandonados

Figura 397 - Distribuição das associações por tipologia

Para além do trabalho social feito entre os vários constituintes das Associações, estas correspondem a uma forma de dinamizar o Concelho com diversas atividades: festas, convívios, torneios e uma infinidade de situações que mobilizam a população, com caráter cultural, social e até educacional e, consequentemente corresponde a uma forma de ocupação de tempos livres, e de intercâmbio cultural e pessoal.

Importa ainda referir, no que diz respeito às associações concelhias que a maior parte não possui instalações ou sede própria, viaturas e outro tipo de material relacionado diretamente com o seu caráter associativo.

PARTE II – PROBLEMAS DO TERRITÓRIO

EIXOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS – EIXOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA

Atendendo à análise de toda a primeira parte deste diagnóstico, identificam-se de seguida, os principais problemas do concelho do peso da régua, atendendo à priorização dos eixos de intervenção resultante do questionário aplicado aos elementos que compõe o Conselho Local de Ação Social do Peso da Régua. Dos 6 eixos identificados, apenas irão ser abordados os 4 eixos definidos como prioritários, que são os 1) Grupos Vulneráveis; 2) Emprego e Atividade Económica; 3) Educação, Formação e Qualificação; 4) saúde e Segurança. As problemáticas identificadas nos eixos Habitação e Equipamentos sociais foram consideradas transversais aos restantes Eixos, estando os problemas e as estratégias de intervenção incluídos na análise dos quatro eixos caracterizados.

EIXO 1 GRUPOS VULNERÁVEIS
Crianças e Jovens em Risco
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de competências parentais • Abandono Escolar • Ausência de motivação para a participação cívica
Famílias Carenciadas
<ul style="list-style-type: none"> • Cultura de dependência dos subsídios estatais • Baixa Qualificação • Insuficiência de respostas sociais e equipamentos • Dificuldade de acesso ao emprego • Desemprego
População Idosa
<ul style="list-style-type: none"> • Isolamento social e familiar • Debilidade/Dependência física e mental • Dificuldade de acesso a recursos materiais e monetários
Minorias Étnicas e Imigração
<ul style="list-style-type: none"> • Resistência Cultural • Representações Sociais Estereotipadas • Ausência de Valorização Escolar
População com Deficiência
<ul style="list-style-type: none"> • Barreiras Arquitetónicas • Inexistência de equipamentos sociais para a população com deficiência • Dificuldade de acesso ao emprego • Inexistência de serviços direcionados para o apoio a familiares prestadores de cuidados que têm dependentes com deficiência a seu cargo • Inexistência de unidades de apoio domiciliário especializado e realizado por técnicos da área da deficiência • Falta de preparação das instituições do Ensino Público
EIXO 2 EMPREGO E ATIVIDADE ECONÓMICA

<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de tecido industrial • Baixa capacitação para o empreendedorismo • Ausência de incentivos para a criação de negócio/ acesso ao crédito
EIXO 3 – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Bullying • Baixa Qualificação • Desajuste entre a oferta formativa e as necessidades do tecido empresarial
EIXO 4 – SAÚDE E SEGURANÇA
<ul style="list-style-type: none"> • Elevado consumo de substâncias aditivas • Violência Doméstica • Obesidade Infantil
EIXO 5 – HABITAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Número elevado de prédios degradados nas freguesias urbanas e rurais do Concelho • Falta de apoios estatais à recuperação de edifícios de habitação social • Mercado de arrendamento deficitário e sobrevalorizado • Existência de famílias a residir em barracas
EIXO 6 – EQUIPAMENTOS SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Respostas Noturnas Insuficientes • Incapacidade financeira das IPSS's • Dificuldade em obter acordos de cooperação

Figura 58 - Eixos identificados no levantamento das necessidades pelo CLAS

1. EIXO 1 - GRUPOS VULNERÁVEIS

De acordo com os dados fornecidos pelo INE em 2050 cerca de 80% da população está envelhecida e dependente, situando-se a idade média perto dos 50 anos. De acordo com o verificado nos Censos 2011, nas últimas décadas tem-se assistido no Concelho do Peso da Régua ao decréscimo de natalidade e ao aumento da esperança média de vida.

Ao mesmo tempo os fatores de risco a que se tem assistido no atual contexto socioeconómico, como o desemprego, os baixos salários, os baixos níveis de escolaridade ou os problemas de saúde, tornam ainda mais vulneráveis as famílias expostas a situações de desigualdade, pobreza e exclusão, merecendo especial atenção as crianças e jovens, onde o resvalar para situações de risco se torna mais eminente.

O aumento da população idosa e o seu envelhecimento representa um problema social. Mas acima de tudo, a preocupação é que as pessoas possam envelhecer com qualidade, com uma participação ativa, criando uma rede voluntária de suporte e combate ao isolamento e com equipamentos sociais que constituam um suporte à dinâmica familiar.

Relativamente às minorias étnicas, e no caso particular do Concelho do Peso da Régua, a comunidade cigana existente sendo já uma população em risco de exclusão, evidencia a necessidade de se continuar a desenvolver formas de atuação integradas e concertadas, bem como junto de pessoas em situação de imigração.

Por último, e não menos importante, surge a população com deficiência, que tendo em comum com os demais grupos o risco de exclusão, tornando imperioso a criação de respostas sociais adequadas e adaptadas, de modo a promover, desenvolver e potenciar as suas competências e, a sua integração no mercado de trabalho.

Deste modo, a Eixo I, Grupos Vulneráveis, é constituído pelos grupos acima identificados (Crianças e Jovens em Risco; Famílias Carenciadas; Pessoa com Deficiência; População Idosa; Minorias Étnicas e Comunidade Imigrante), estando os objetivos ou as estratégias de intervenção identificadas, de acordo com as necessidades já identificadas.

1.1. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Nas últimas décadas o conceito de família tem vindo a adquirir um âmbito muito mais vasto, porque novas tendências, novas configurações familiares têm permitido novas conceções de família e da organização da vida dos seus membros, sendo valorizada por alguns nos seus hábitos tradicionais e por outro no seu progresso moderno.

Seja qual for o modelo de família ela é sempre um conjunto de pessoas consideradas como unidade social, como um todo sistémico onde se estabelecem relações entre os seus membros e o meio exterior (Dias, 2011).

Contudo, a família nem sempre cumpre o papel que lhe está intrinsecamente atribuído, o da proteção dos seus elementos. O Lado negro, assume-se como mais preocupante quando pensamos a negligência familiar e os maus tratos às crianças.

No levantamento realizado pela Rede Social aos membros do CLAS, o grupo das crianças e jovens em risco foi referenciado como um dos grupos alvo prioritários a intervir.

Em 2014, a CPCJ acompanhou 134 crianças e jovens, o volume processual global da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Peso da Régua, ascendia aos 134 processos. Destes 111 transitaram do ano anterior, 4 foram reabertos, 43 foram instaurados e 1 foi recebido de outra CPCJ.

O público-alvo das CPCJ's são crianças e jovens dos 0 aos 18 anos que sejam sinalizadas por instituições ou pessoas singulares, por se encontrarem em situação de perigo. As problemáticas sinalizadas para abertura de processo são diversas: ausência permanente de suporte familiar ou outro; abandono escolar; insucesso escolar; consumo de estupefacientes; Bullying; ofensa física por castigo corporal; falta de supervisão e acompanhamento familiar; maus tratos físicos; privação de relações afetivas e de contactos sociais próprios do estado de desenvolvimento da criança; negligência a nível da saúde; mau trato psicológico ou indiferença afetiva; violência doméstica; ofensa física em contexto de violência doméstica, entre outros.

A negligência familiar assume-se como a problemática mais identificada, seguindo-se o abandono e insucesso escolar. A maioria das medidas aplicadas é em meio natural de vida, tal como é definido na Lei de Proteção de Crianças e Jovens (Lei 147/99, de 1 de setembro). Paralelamente tem se promovido diversas ações para promover as competências parentais, nomeadamente com a equipa RSI do Peso da Régua, com o gabinete de ação social da autarquia e mais recentemente com o Programa CLDS+ do Peso da Régua. Dentro dessas ações destacam-se a Formação em Educação Parental e o Apoio Escolar Informal.

Apesar de se reconhecer que se verifica défice de competências parentais, o mesmo não implica que a criança/jovem esteja em perigo de vida e muitas vezes é possível trabalhar e desenvolver essas mesmas competências.

1.2. FAMÍLIAS CARENCIADAS

Na análise do Grupo Famílias Carenciadas, considerou-se analisar as famílias beneficiárias da medida RSI, que é uma prestação incluída no subsistema de solidariedade e um programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e aos seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínima e para o favorecimento de uma progressiva inserção profissional e comunitária. Esta escolha tem por base o facto de se se possuir dados objetivos e quantificáveis sobre a situação destas famílias, pois muitas delas encontram-se no limiar da pobreza. O valor do Rendimento Social de Inserção é fixado em 42.495% do valor do Indexante dos Apoios Sociais, correspondendo a 178.15 euros.

Segundo o Diagnóstico do Núcleo Local de Inserção do Peso da Régua, em dezembro de 2014 existiam 320 famílias a usufruírem desta medida, num total de 790 beneficiários, distribuídos por 8 freguesias.

Freguesia	N.º Beneficiários
Peso da Régua e Godim	568
Moura Morta e Vinhós	24
Poiares e Canelas	87
Galafura e Covelinhas	16
Sedielos	26
Loureiro	25
Fontelas	19
Vilarinho dos Freires	25
Total	790

Figura 59 - Número de beneficiários da medida RSI por freguesia (Fonte: Relatório de execução anual do Núcleo Local de Inserção do Peso da Régua)

Por sua vez, a Delegação da Cruz Vermelha da Régua, apoia as famílias carenciadas do concelho através da doação de vestuário, ajudas técnicas (camas articuladas e cadeiras de roda), alimentos e fraldas.

Freguesias	Vestuário	Camas e Cadeiras	Alimentos	Fraldas
Peso da Régua e Godim	150/pessoas	20/ pessoas	250/ famílias	20/ pessoas
Fontelas	20	5	20	10
Poiares e Canelas	55	6	70	4
Vilarinho dos Freires	10	3	45	7
Galafura	_____	4	_____	4
Loureiro	20	_____	20	5
Sedielos	15	2	_____	5

Figura 400 - Apoio da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa da Régua (2014) (Fonte: Delegação da Cruz Vermelha da Régua)

Por sua vez, o Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) veio substituir o Programa de Distribuição Alimentar (PCACC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados – e cuja ação visa distribuir produtos alimentares às pessoas mais necessitadas. O Fundo pode, ainda, apoiar medidas de acompanhamento e deve promover a aprendizagem mútua, redes e disseminação de boas práticas em matéria de assistência não financeira às pessoas mais necessitadas.

No Concelho do Peso da Régua este apoio é prestado a 672 famílias por todas as IPSS's que celebram acordo de cooperação com o ISS.

Um outro recurso no Concelho é o Espaço Solidário, que tem por objetivo o apoio e entrega de bens de primeira necessidade: alimentos, vestuário, calçado, mobiliário, eletrodomésticos a famílias carenciadas previamente identificadas e acompanhadas. Este foi criado através do Banco Local de Voluntariado implementado pela autarquia. O Espaço S atua como resposta imediata em situações de vulnerabilidade social e /ou emergência sinalizadas pelas entidades do concelho ou por requerimento das próprias famílias. É assegurado e dinamizado por voluntários responsáveis pela gestão e manutenção do serviço, contribuindo para o empoderamento, sustentabilidade e envolvimento participativo da comunidade. De igual modo, os bens doados são provenientes de públicos diferenciados, muitas das vezes, também eles beneficiários do serviço apresentado, promovendo-se o fomento de redes de solidariedade social comunitária.

O Espaço Solidário de janeiro a dezembro de 2014 realizou 464 entregas de cabazes alimentares, sendo que 164 cabazes foram distribuídos mensalmente a cerca de 30 famílias identificadas como prioritárias no apoio alimentar a prestar pelo serviço criado. No total das 464 distribuições alimentares, 300 dizem respeito à atividade pontual de distribuição de Cabazes de Natal no mês de dezembro de 2014.

De referir que a frequência das idas ao Espaço Solidário por parte das famílias é mensal com número de peças a atribuir, salvo casos devidamente justificados (alimentação).

Ao longo de 2014, o Espaço Solidário apoiou uma média de 22 famílias, num total de 264, na procura de vestuário, cerca de 15 famílias usufruíram de apoio alimentar mensal e 20 famílias foram apoiadas com mobiliário.

No total, o Espaço Solidário sinalizou cerca de 15 famílias novas perfazendo um total de 422 famílias sinalizadas ao Espaço Solidário, tendo o número de sinalizações aumentado em relação às anteriores sinalizações ao Espaço Solidário, cerca de 399 famílias, estando a sua maioria, a usufruir do serviço disponibilizado pela Câmara Municipal.

Um retrato sobre as famílias, indica também um grupo vulnerável que introduz mudanças na forma de organização familiar que são as famílias monoparentais⁵ com filhos. Já do ponto de vista estatístico o conceito de família monoparental corresponde à noção de «núcleo familiar monoparental⁶».

⁵ Em sociologia da família, o conceito de família monoparental refere-se a uma mãe ou um pai só (porque não vive em casal) que reside com um ou vários filhos dependentes (crianças ou jovens adultos solteiros). Abrange uma heterogeneidade de configurações familiares, moldada quer pela ausência de um dos progenitores na vida dos filhos, quer pela presença alternada de ambos e pelas formas de partilha coparental que organizam, quer ainda pela diversidade de formas de entrada em situações de monoparentalidade (nascimentos ou adoções fora da conjugalidade, ruturas conjugais, viuvez) (Letablier 2011; Neyrand 2001; 2004, in Wall, Karine et al., coord., Famílias nos Censos 2011).

⁶ A definição de «núcleo familiar» utilizada pelo INE até 2001 foi: «Conjunto de indivíduos dentro de uma família clássica, entre os quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal «de direito» ou «de facto» com ou sem filhos solteiro (s), pai ou mãe com filho (s) solteiro (s), avós com neto (s) solteiro (s) e avo ou avo com neto(s) solteiro(s)>> (INE 1995, 55). Posteriormente, em 2001, o conceito sofre alterações, passando a

Em 2011, de acordo com os Censos, na região Norte os núcleos familiares monoparentais representam 13,8% do total de núcleos, enquanto a nível nacional esse valor é de 14,9%.

Face a 2001, esta proporção aumentou 3,0 pp na região Norte, traduzindo-se num número ligeiramente inferior ao verificado no país (3.4 pp). No concelho do Peso da Régua é inferior à média nacional 8.9% contudo é significativo, sendo necessário encontrar formas de apoio a este tipo de famílias que são na sua grande maioria femininas.

1.3. POPULAÇÃO IDOSA

A população residente no concelho com idades compreendidas entre o 0 e os 14 anos tem vindo a diminuir. Contrariamente, a população com 65anos ou mais tem vindo a aumentar. Neste sentido, esta é uma problemática sobre a qual é urgente refletir e na qual é necessário investir tendo em conta que este grupo etário, que representa uma grande fatia da nossa população, partilha necessidades e interesses em comum. Relativamente aos equipamentos sociais existentes de apoio à população idosa destaca-se o Serviço de Apoio Domiciliário, seguido da valência de Centro de Dia e por fim os lares (Estruturas Residenciais para Idosos).

Torna-se imperativo investir em infraestruturas de apoio à terceira idade pois as existentes estão nos limites máximos de ocupação.

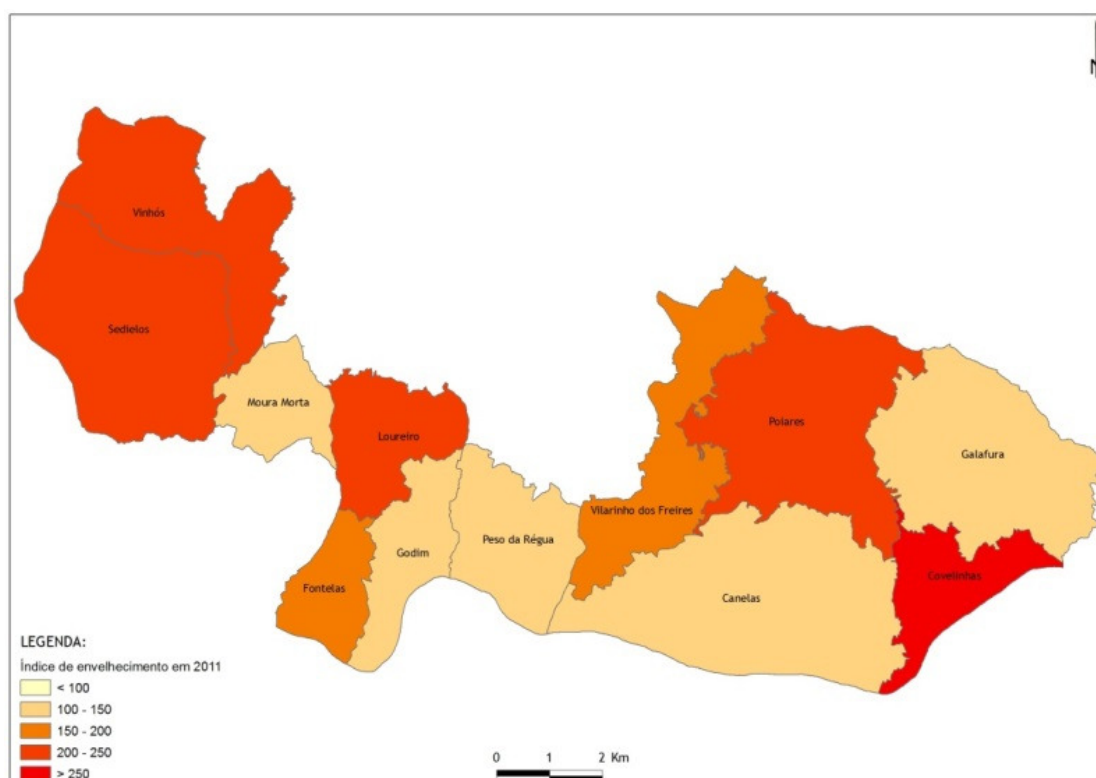


Figura 411 - Índice de envelhecimento demográfico, por freguesia em 2011

ter a seguinte designação: «Conjunto de indivíduos dentro de uma família clássica, entre os quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal 'de direito' ou 'de facto' com ou sem filhos não casado (s), pai ou mãe com filho (s) não casado (s), avos com neto(s) não casado(s) e avo ou avo com neto(s) não casados(s)>>(INE 2003, 62). Seguimos, no entanto, a definição de Laslett (1972), excluindo da análise todos os núcleos de casais de avos com neto (s) não casado (s) e de avo ou avo com neto (s) não casados (s) (ver Wall 2003).

De acordo com o quadro de envelhecimento da população do concelho podemos concluir que relativamente aos dados apresentados nos anos de 2001 e passados 10anos o índice agravou-se consideravelmente até 2011.

Peso da Régua apresenta uma relação de 145,4 idosos por cada 100 jovens, que apesar de ser um indicador mais positivo que o da NUT III Douro (176,2), esconde valores muito elevados como os verificados nas freguesias de Poiares (208,6), Sedielos (215,8), Vinhós (232,1) e Covelinhas (270,8).

Se na região Norte, 2011 é a primeira vez em que a percentagem de idosos ultrapassa a percentagem de jovens, no caso de Peso da Régua também é a primeira vez que em todas as freguesias do concelho se verificam percentagens mais elevadas de idosos do que de jovens. Se em 2001, as freguesias de Godim (16,8%), Canelas (17,1%), Vilarinho dos Freires (17,5%), Galafura (19,5%) e Moura Morta (20,7%) registavam percentagens mais elevadas de jovens do que de idosos, o mesmo não se verifica em 2011.

As freguesias de Sedielos (26,7%), Poiares (27,1%) e Covelinhas (29,3%) são as que apresentam percentagens mais elevadas de população residente com mais de 65 anos, o que permite compreender o elevado índice de envelhecimento. No caso de Vinhós, para além de uma percentagem alta de população residente com mais de 65 anos – 24,6%, há ainda uma percentagem de apenas 10,6% de jovens até aos 14 anos. Em contraponto, as freguesias de Canelas (15,7%), Moura Morta (16,2%) e Galafura (17,3%) são as freguesias com percentagens mais elevadas de população jovem.

É do conhecimento geral que, por tradição, o principal suporte dos idosos costuma ser os filhos. No entanto, a realidade atual não reflete esta situação. A existência de uma cultura de propriedade nas pessoas idosas e a prevalência do culto de autossuficiência, essencialmente nos meios rurais favorece, regularmente, o isolamento dos idosos. Estes recusam-se a abandonar as suas casas, para irem viver com os seus descendentes e/ou familiares e a integrarem em instituições de suporte permanente, o que conduz a situações de ausência de apoio familiar.

Assim, é fundamental promover ações que garantam as condições de segurança e tranquilidade das pessoas idosas, como o Projeto 65 – Idosos em Segurança que funciona no Concelho do Peso da Régua desde 2012 em parceria com o gabinete de ação social da autarquia.

Associado ao programa desencadeado pela GNR foi efetuada parceria, após interesse manifesto da Câmara Municipal em proceder ao levantamento das situações de maior risco social para o idoso – levantamento de necessidades – agilização de situações de risco – articulação institucional, realização de visitas regulares e encaminhamento de situações a descoberto para a rede formal de apoio.

A metodologia de implementação passou pela solicitação da colaboração dos presidentes das juntas de freguesia do concelho do Peso da Régua para sinalização de idosos em situação de risco. O primeiro levantamento foi efetuado no 3º trimestre do ano de 2012 pela GNR em parceria com a Câmara Municipal, utilizando o questionário como método de recolha de informação prioritária. Efetuado o levantamento no terreno dos idosos isolados, passou-se à criação de uma base de dados com o registo dos idosos questionados para serem contactados e visitados regularmente a fim de ser avaliado o risco de permanecer isolado no território bem como garantir-se uma rede eficaz de alerta entre a Câmara Municipal, a GNR e os idosos.

A ação tem-se prolonga-se no tempo, tendo sido referenciados desde 2012, 150 idosos. A parceria apresenta um caráter contínuo, próximo e preventivo de situações de risco que possam ocorrer com os idosos referenciados e outros que possam vir a ser sinalizados pelos parceiros formais e informais.

Concelho	Total de Idosos em Situação Vulnerável		Sozinhos		Isolados		Sozinhos e isolados		Outras Situações		Idosos Sinalizados a outras instituições		Residência Segura Idosos Aderentes	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
PRG	30	159	20	109	0	2	1	18	9	30	0	0	175	
Totais	189		129		2		19		39		0		175	

Figura 422 - Idoso Sinalizados pela GNR (última atualização abril 2015/ Fonte: Destacamento da GNR do Peso da Régua)

Atualmente existem duas instituições com resposta social de Lar para Idosos, o Lar D. Antónia pertença da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua e o Lar da Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos. Recentemente foi também criado um mini-lar em Vilarinho dos Freires com capacidade para 4 utentes. Apesar de atualmente existirem mais equipamentos sociais de resposta permanente, estes continuam a ser insuficientes para a vasta lista de espera (acima dos 200) e solicitações que existem diariamente. Os motivos que levam à institucionalização destes idosos são: insuficiência/ ausência de apoio familiar; situação grave de doença; opção própria.

Existem cinco instituições no Concelho de Peso da Régua a funcionar com a resposta social de centro de dia: Associação Cultural e Beneficente St^a Maria; Centro Comunitário da Casa do Povo de Fontelas; Casa do Povo de Godim, Régua e Covelinhas; Associação de Assistência Nossa Sr.^a das Candeias; Casa do Povo de Vilarinho de Freires.

Os motivos que levam os idosos a procurarem os centros de dia são diversos. A solidão, necessidade de cuidados e acompanhamento diário por questões de saúde, a ausência de apoio familiar por inexistência ou por impedimento profissional são as razões mais enunciadas.

Em relação à dinâmica familiar estabelecida entre os utentes deste tipo de resposta social e a família, é mantida normalmente dada a existência da relação diária e/ou fim de semana, não se registaram situações graves.

É importante implementar um trabalho de parceria no sentido de se efetuarem melhoramentos a nível da intervenção junto dos idosos institucionalizados e não institucionalizados.

Assim, sempre assente numa lógica de parceria, as instituições deverão procurar:

- Ajuste dos cuidados básicos em termos de higiene e equilíbrio alimentar;

- Melhoramentos a nível da higiene pessoal, com uma sensibilização para a utilização e respetiva aquisição de equipamentos facilitadores desta tarefa;
- Atividades de ocupação e valorização que contribuam para a saúde psicológica;
- Despiste de situações de desequilíbrio do foro psíquico (ex.: depressões, ansiedade, etc.) bem como consequências de doenças degenerativas (ex.: Alzheimer, demência, etc.) e prevenção das mesmas;
- A existência de técnicos nas instituições, não só para a gestão geral, mas sobretudo no caso específico dos processos dos utentes e proceder-se às necessárias articulações interinstitucionais que garantam a resolução dos bloqueios ou de necessidades específicas. Também poderia ser um fator de abertura à comunidade, já que o técnico poderia integrar uma rede de atendimento disseminado e organizada a nível concelhio, que realizaria também serviço para a população da freguesia em que se encontra sedeadada.

A nível dos idosos não institucionalizados:

- Promoção do acesso à saúde;
- Promoção de um envelhecimento ativo;
- Promoção e melhoramento das condições de habitabilidade;
- Suprir o mito de que as IPSS's servem apenas para as pessoas mais carenciadas;

1.4. MINORIAS ÉTNICAS E COMUNIDADE IMIGRANTE

Na análise dos grupos vulneráveis, encontramos também a situação das famílias de etnia cigana. A comunidade encontra-se distribuída por núcleos populacionais, residentes, na sua maioria, na união das freguesias de Régua e Godim e união das freguesias de Canelas e Poiães, perfazendo um total de cerca de 250 indivíduos. Na sua maioria são residentes em regime de habitação social, à exceção dos residentes em situação de acampamento, nas imediações da barragem de Bagaúste.

Por se tratar de uma comunidade com características e especificidades próprias, relativamente à sociedade maioritária, e por serem portadoras de diferentes modo de vida, costumes, crenças e rituais, acentua-se a necessidade de intervenção pública e comunitária, com vista a promover ou a contribuir para uma maior facilidade no processo de integração destas pessoas na restante sociedade.

Reconhecendo-se a debilidade e os problemas de exclusão e isolamento desta comunidade devido ao aumento das suas dimensões, esta questão representa, agora e formalmente, uma prioridade política na agenda local. Como resultado, decorreram entre 1992 e 1999 dois projetos de intervenção: «projeto bairro verde» e «projeto Douro d'Oiro», sendo este último inserido no Programa Nacional de luta contra a Pobreza.

Este género de intervenções é da máxima importância na medida em que permitem uma reestruturação social e minimizam as dinâmicas de isolamento e exclusão. Para além disso, em termos evolutivos foram verificados progressos, mas a tendência foi para inversão das dinâmicas de segregação verificadas no inícios dos projetos, pois assim que estes terminaram, as iniciativas tardaram a desenvolver-se.

Contudo, dada a atual conjuntura e aos esforços reunidos da parte dos técnicos que acompanham diariamente a população, conheceram-se novas iniciativas que permitiram a requalificação urbana e que apoiaram a comunidade envolvente para mais e melhor integração social.

- Iniciativas existentes para a integração da comunidade cigana

De modo a melhorar a integração da comunidade cigana no concelho, no período entre 2005 e 2008 foi realizado um projeto de intervenção bastante ambicioso. Este, intitulado de “Velhos Guetos, Novas Centralidades”, foi a mais recente iniciativa criada para fazer face aos problemas verificados. Assim, o mesmo tinha como propósito diminuir a ideia de gueto (marginalização do bairro); promover uma gestão ambiental, urbana e social mais dinâmica, integrada e eficaz e permitir, também, o empoderamento dos residentes das alagoas e da área circundante.

A concretização plena destes objetivos gerais só foi possível com a concretização de objetivos específicos que se traduziram em 4 áreas de ação: habitantes, ambiente, gestão e comunicação e representações sociais e espaciais. A participação dos residentes da área intervencionada foi também importante, e nesse sentido, foram reunidas ações direcionadas ao desenvolvimento e envolvimento destes na dinamização do espaço das Alagoas. De entre as várias iniciativas, realço as formações profissionais e pessoais; o estímulo a condutas cívicas e respeito por normas; educação para os cuidados de saúde e do ambiente e ateliers artísticos.

Todos estes mecanismos promoveram a integração social e urbana, que se concretizou na equação «bairro-envolvente-cidade», reforçando as ligações comunicativas para o exterior⁷ e o alargamento das atividades promovidas pelos habitantes do Bairro.

Todas estas ações mostraram-se importantes para atenuar as representações negativas das gentes das Alagoas e a continuação destas iniciativas depende, agora, de novos mecanismos de promoção social que facultem o desenvolvimento e a integração social.

Ao mesmo tempo, reconhecendo-se a urgência de atuação nesta área, o problema não reside apenas na habitação, autentica-se a utilidade de ações que intervenham noutras dimensões da vida tão ou mais importantes, tais como a promoção das suas relações sociais e o desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais, de modo a serem reconhecidas pela comunidade em geral.

Deste modo, visando promover a inclusão e aproximação do nosso público-alvo na sociedade local foram identificadas as forças, fraquezas, oportunidades, ameaças:

Forças (S)	Fraquezas (W)
------------	---------------

⁷ A definição de «núcleo familiar» utilizada pelo INE até 2001 foi: «Conjunto de indivíduos dentro de uma família clássica, entre os quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal «de direito» ou «de facto» com ou sem filhos solteiro (s), pai ou mãe com filho (s) solteiro (s), avos com neto (s) solteiro (s) e avo ou avo com neto(s) solteiro(s)>> (INE 1995, 55). Posteriormente, em 2001, o conceito sofre alterações, passando a ter a seguinte designação: «Conjunto de indivíduos dentro de uma família clássica, entre os quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal 'de direito' ou 'de facto' com ou sem filhos não casado (s), pai ou mãe com filho (s) não casado (s), avos com neto(s) não casado(s) e avo ou avo com neto(s) não casados(s)>>(INE 2003, 62). Seguimos, no entanto, a definição de Laslett (1972), excluindo da análise todos os núcleos de casais de avos com neto (s) não casado (s) e de avo ou avo com neto (s) não casados (s) (ver Wall 2003).

<p>Propensão da comunidade cigana para a música e dança;</p> <p>Propensão da comunidade cigana para a realização de ateliers de moda – mulher cigana</p> <p>Participação dos indivíduos da comunidade nas iniciativas promovidas;</p> <p>Concentração de grupos sociais muito jovens;</p> <p>Disponibilidade para a mudança;</p>	<p>Concentração da comunidade cigana na zona “periférica” da cidade (bairro das Alagoas);</p> <p>Recurso à venda ambulante e a apoios sociais como meio de subsistência;</p> <p>Dificuldade de inserção social;</p> <p>Baixos Rendimentos (situação de pobreza);</p> <p>Reduzidas habilitações Literárias;</p>
<p>Oportunidade (O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevado apoio institucional • Camara Municipal de Peso da Régua • IHRU – Instituto Habitacional de Reabilitação Urbana • ABA • Associação de moradores e amigos do bairro das Alagoas • Projeto piloto mediadores municipais (lideres identificados e colaboradores) 	<p>Ameaças (T)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atual conjuntura económica e social do país; • Redução de apoios institucionais e estatais; • Estereótipos em relação à comunidade cigana;

Figura 433 - Análise SWOT - Comunidade cigana

Destaca-se ainda a execução do Projeto Mediador Municipal, que decorreu entre 2009 e 2013, resultado de uma parceria do ACIDI e do Município do Peso da Régua. Foram ainda entidades parceiras, o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, a Comissão de proteção de Crianças e Jovens em Risco e o Centro Local de Segurança Social do Peso da Régua, ISS, I.P. Este projeto teve como principal objetivo promover a inclusão da comunidade cigana, tendo em vista o desenvolvimento do diálogo intercultural. Foram ainda objetivos gerais do projeto: o desenvolvimento do empowerment individual; a redução do grau de analfabetismo entre jovens e adultos; o reforço de identidades positivas a nível individual e de grupo; a criação de uma entidade mediadora representativa da comunidade que estimule para um saudável desenvolvimento local, social e territorial; a promoção de competências na área da mediação da gestão e resolução de conflitos; a criação de ligações positivas entre a comunidade cigana e não cigana; fomentar a ligação à instituição escolar, como estratégia de diminuição do abandono escolar precoce; a criação de uma entidade local capaz de estabelecer ligação/mediação entre a comunidade cigana e as instituições em geral; a abertura cultural da comunidade cigana e facilitar a inserção das pessoas no mercado de trabalho.

Em conclusão torna-se assim crucial dar continuidade a projetos de cariz intercultural, nomeadamente na área da educação intercultural. A sociedade em que vivemos é repleta de contrastes onde as diferentes culturas coexistem e nem sempre têm o mesmo reconhecimento e poder. No Concelho do Peso da Régua, essa é

também uma realidade. Pretende-se, para tal, desencadear ações reflexivas e construtivas sobre a comunidade cigana, ao mesmo tempo que a envolvemos nesse mesmo processo, através do estabelecimento de pontes de comunicação entre os diferentes agentes locais e a comunidade cigana, potenciando sinergias na busca de soluções ajustadas às reais necessidades desta população.

1.5. POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA

“Deficiente”, “Pessoa deficiente”, “Pessoa portadora de deficiência”, “Pessoa Diferente”, “Pessoa com necessidades especiais”, é uma diversidade de terminologia que revela a evolução do pensamento dos últimos 25 anos (Louro, 2001: 271).

A evolução conceptual da deficiência, pode dividir-se em três épocas: a primeira considerada pré-histórica e que engloba as sociedades primitivas e se prolonga até à Idade Média; a segunda, em que emerge a ideia de que os deficientes são pessoas a quem é preciso prestar assistência; e finalmente a terceira, corresponde a época atual, onde o conceito de Deficiência se desenvolve perspectivado em função de uma sociedade, que ideologicamente se afirma como sendo inclusiva, ou seja, que pretende proporcionar às pessoas com deficiência um ambiente favorável, bem como produzir o seu desenvolvimento bio-psico-social fazendo com que as diferenças sejam respeitadas (Jimenez: 1997).

De facto, só a partir da última década do século XX se fala de participação em igualdade de oportunidades da pessoa com deficiência e muitas vezes só ainda em teoria e com poucas respostas na prática, relativamente à educação, emprego, acessibilidade, emprego, cultura e lazer, sobretudo nos países menos desenvolvidos e portanto Portugal.

Assim, o apoio à pessoa com deficiência e a defesa de uma boa qualidade de vida e integração social, são aspetos essenciais numa sociedade democrática.

1.5.1. TIPOS DE DEFICIÊNCIA

Podemos classificar as deficiências em:

1. **Deficiência intelectual** que inclui: Atraso mental (vários graus), Deficiência na Memória.
2. **Deficiência psicológica** que inclui: Perturbações da Vigília e da consciência, défices de perceção e atenção, perturbações emocionais e do comportamento.
3. **Deficiência da linguagem**: inclui os défices de linguagem e fala e défices de comunicação.
4. **Deficiência auditiva**: inclui a surdez neurosensorial e surdez de transmissão, bem como as perturbações do equilíbrio.
5. **Deficiência da visão**: incluiu a ausência do globo ocular, défices de visão graves e perceções de acuidade visual e outras perturbações visuais como por exemplo: astigmatismo, estrabismo, miopia, daltonismo e défices do campo visual.
6. **Deficiência de outros órgãos**: inclui deficiência nos órgãos internos e nas suas várias funções tais como, função cardiorrespiratória, urinária e reprodutiva.

7. **Deficiência músculo-esquelética:** inclui deficiências mecânicas ou motoras dos membros tais como: amputações e paralisias – hemiplegia, paraplegia e tetraplegia.
8. **Deficiência estética:** inclui cicatrizes, deformidades e orifícios anormais. Exemplos: traqueostomia, ileostomia.
9. **Deficiência nas funções gerais sensitivas e outras** – inclui multideficiência, incontinência de esfínteres e alterações da sensibilidade.

1.5.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA ARDAD NO ANO DE 2014

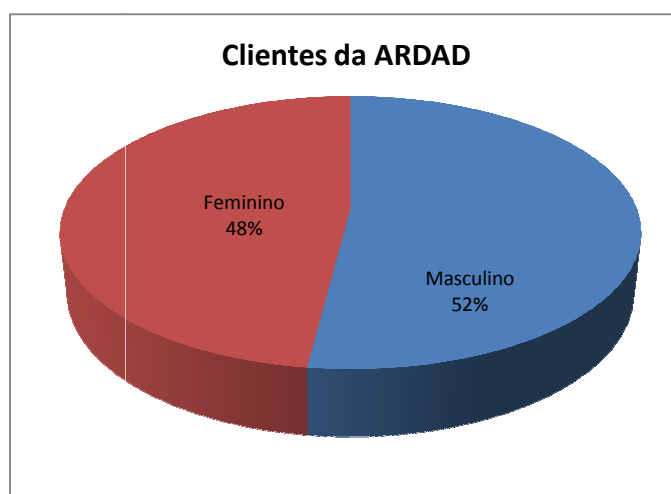


Figura 444 - Clientes da A.R.D.A.D segundo o sexo

De acordo com a figura 66 pode-se observar que durante o ano de 2014 a ARDAD ministrou formação profissional a 52% de pessoas do sexo masculino e 48% do sexo feminino, num total de 99 formandos.

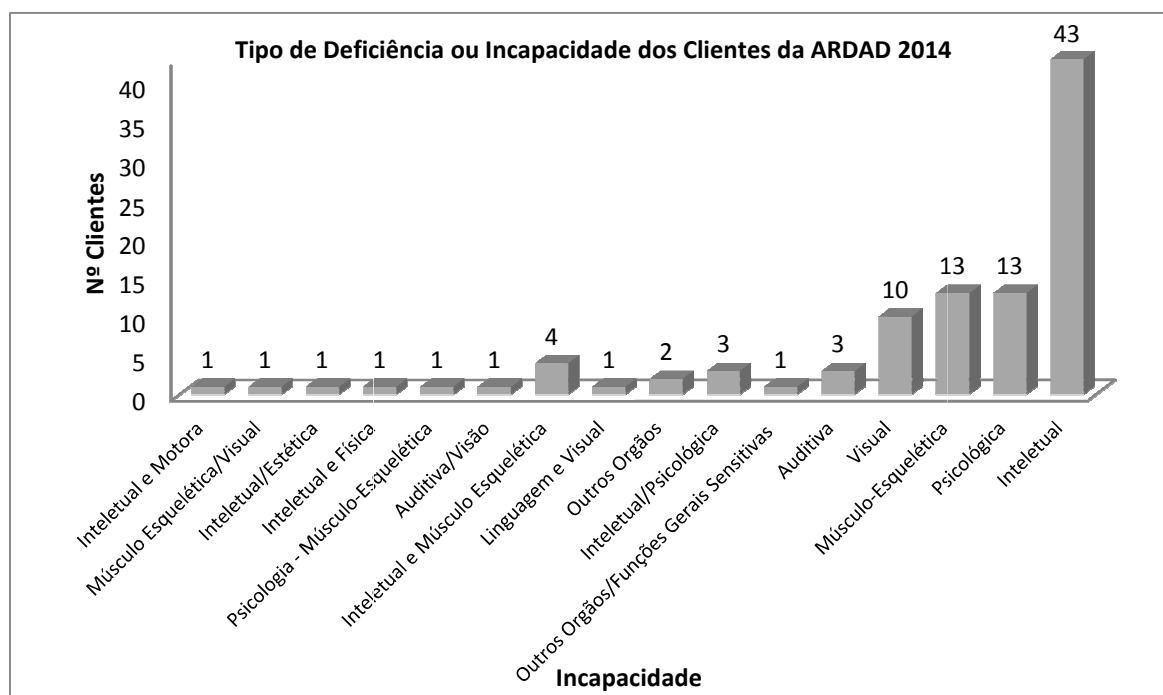


Figura 455 - Tipo de Deficiência ou Incapacidade dos Clientes da A.R.D.A.D 2014

Considerando a população em análise, ao nível da sua distribuição segundo os diferentes tipos de deficiência, como espelha a figura 67, é possível verificar uma maior incidência da população com deficiência intelectual, ou seja, 43 pessoas. Seguem-se as deficiências psicológicas, músculo-esquelética e visual. As deficiências menos representativas da população da ARDAD são aquelas em que as pessoas apresentam mais do que uma deficiência ou incapacidade.

Quanto às ações de formação ministradas pela ARDAD, todas elas estão inseridas na Tipologia 6.2 – Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade do POPH. A Tipologia 6.2 – Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade tem como objetivo a promoção de ações que visam a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais orientadas para uma integração, reintegração ou permanência no mercado de trabalho das pessoas com deficiência e incapacidade.

As ações de formação ministradas pela ARDAD no ano de 2014 foram:

- Artesanato
- Secretariado e trabalho administrativo
- Indústrias do têxtil, vestuário calçado e couro
- Materiais (indústrias da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros)
- Floricultura e jardinagem
- Hotelaria e restauração
- Serviços domésticos

IAOQE – Informação, avaliação e orientação para a qualificação e emprego

Iniciada em janeiro de 2003, esta ação tem vindo a demonstrar ser importante para o planeamento e escolha do percurso de formação profissional a seguir pelo indivíduo com deficiência.

A dificuldade a nível da escolha de um projeto profissional costuma ser uma situação comum para muitos jovens, cujas expectativas profissionais encontram-se, por vezes, muito aquém da realidade do mercado de trabalho.

Neste sentido, o programa I.A.O.Q.E., tem oferecido a possibilidade de contactar com diferentes áreas de formação, facilitando, na maioria dos casos, a escolha do projeto profissional futuro.

As ações de formação onde se verifica um maior número de clientes do sexo feminino são as áreas da hotelaria, serviços domésticos e Indústrias do têxtil, vestuário calçado e couro. A ação de floricultura e jardinagem foi aquela que frequentaram só clientes do sexo masculino.

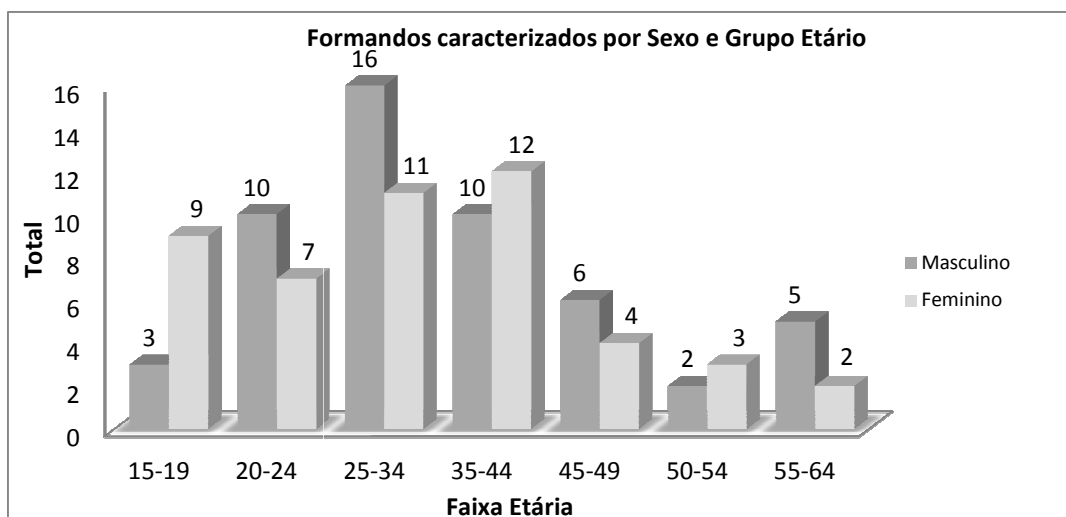


Figura 466 - Formandos que frequentam a A.R.D.A.D. por sexo e grupo etário

Quanto ao grupo etário verifica-se que as faixas etárias com maior frequência nas ações de formação são as idades compreendidas entre os 25-34 anos de idade e os 35-44 anos. Em menor número verificam-se as idades a partir dos 50 anos de idade.

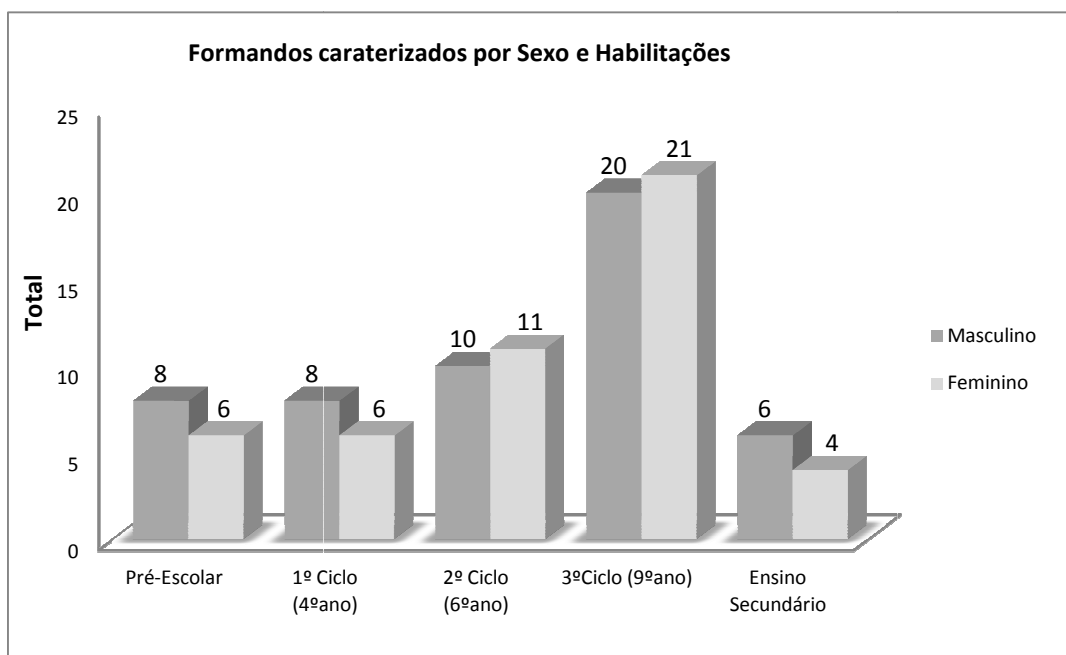


Figura 477 - Formandos Caracterizados por Sexo e Habilitações

No que diz respeito às habilitações dos formandos que frequentaram a ARDAD em 2014, a maioria deles tem o 3.º ciclo. De salientar que este 3.º ciclo é muitas vezes alcançado através das adequações curriculares, promovendo o sucesso educativo para todos os alunos e em particular para os alunos com NEE, proporcionando a estes, acompanhar o currículo mais próximo do que é normal, sentirem-se como “iguais” aos seus colegas, melhorar a sua autoestima, autoconfiança e motivação. Só um número reduzido de formandos tem o ensino secundário.

De seguida apresenta-se uma análise SWOT para a inclusão da população com deficiência no Concelho:

FRAQUEZAS (FATORES ENDÓGENOS)	FORÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de um diagnóstico específico sobre a área da deficiência no concelho; - Falta de projetos residenciais para pessoas com deficiência; - Isolamento das pessoas portadoras de deficiência; - Inexistência de transportes públicos adaptados; - Insuficiente rede de transportes; - Situações de dependência de álcool e drogas dos progenitores; - Desvalorização do recurso médico e sociopsicológico por parte das famílias: ausência de uma cultura de saúde; - Síndrome alcoólico-fetal; - Ausência de infraestruturas (centros de reabilitação, piscinas, etc.) - Burocracia nos apoios a este grupo-alvo; - Falta de informação/ desinformação relativamente à deficiência; - Prevalência de situações de maus-tratos físicos e psicológicos: violência doméstica; - Isolamento geográfico; - Prevalência do estereótipo em relação à pessoas com deficiência; - Exclusão Social; 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma Unidade de Surdos-mudos; - Associação da Região do Douro de Apoio a Deficientes; - Centro de Saúde - UCC; - Acompanhamento de proximidade; - Núcleo Local de Inserção – Equipa de RSI; - Segurança Social - Serviço Local do Peso da Régua; - Agrupamento de Escolas do Peso da Régua (PIT, TEIP); - Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo do Peso da Régua; - IPSS's; - Ação Social Escolar; - Gabinete de Ação Social e Habitação da Autarquia; - Espaços internet concelhos; - Gabinete de Inserção Profissional; - Bombeiros Voluntários do Peso da Régua; - Conselho Local de Ação Social do Peso da Régua.

<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade nas acessibilidades aos serviços públicos. 	
AMEAÇAS (FATORES EXÓGENOS)	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Hábitos sociais enraizados; - Escassez de recursos/respostas de apoio à área da deficiência; - Insuficiência de equipas multidisciplinares; - Falta de apoios e respostas direcionadas para as diferentes deficiências; - Aumento do número de casos de crianças em risco de desenvolvimento; - Inexistência de um Plano de Intervenção Precoce no concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> - As Piscinas municipais apresenta-se como uma infraestrutura de apoio para formação e/ou reabilitação de competências físicas; - Aprovação da candidatura para a construção do Centro de Atividades Ocupacionais e do Lar Residencial (ARDAD); - Criação de um guia de recursos na área. - Criação de Empresas de Inserção

Figura 68 - Análise SOWT – População com deficiência

2. EIXO 2 - EMPREGO E ATIVIDADE ECONÓMICA

No que diz respeito à caracterização socioeconómica do concelho do Peso da Régua, o setor primário continua a ter um peso significativo na empregabilidade da população residente no concelho. Enquanto a percentagem de população empregada neste setor a nível nacional é de 3,1%, em Peso da Régua esse valor é de 16,2%, com Vinhós a registar a percentagem mais elevada e Peso da Régua a percentagem mais baixa, respetivamente 58,5% e 4,5%.

De facto, são as freguesias mais afastadas do centro urbano de Peso da Régua que registam os valores mais elevados de população empregada neste setor. Contudo, é de notar que houve um decréscimo de população empregada neste setor em todas as freguesias do concelho em relação aos valores registados em 2001, à semelhança do que aconteceu a nível nacional e na região Norte.

Do mesmo modo, no setor secundário também se verificou um decréscimo de população empregada, de cerca de 10% a nível nacional e de 7% no concelho de Peso da Régua.

No entanto, em relação a 2001, as freguesias de Covelinhas, Moura Morta e Vinhós registaram um aumento de população empregada neste setor, particularmente significativo na freguesia de Covelinhas, que aumentou de 9,7% para 17,7%, e Vinhós de 12,1% para 21,3%.

As atividades secundárias que mais empregam população no concelho são a construção civil e as indústrias transformadoras do setor agroalimentar.

A terciarização da sociedade portuguesa está também bem presente no concelho de Peso da Régua. Este é o setor de atividade que mais emprega população residente, nomeadamente na área de comércio e serviços, atividades imobiliárias, educação e administração pública.

As freguesias com percentagens mais elevadas de população afeta a este setor de atividade correspondem às freguesias do lugar urbano de Peso da Régua, Godim regista 74,2% e Peso da Régua 80,1%. Fontelas, pela sua proximidade à cidade, também regista uma percentagem elevada de população afeta ao setor terciário, superior a 60%.

É ainda de notar que em todas as freguesias do concelho se registou um aumento de população afeta a este setor, particularmente significativo em Covelinhas, Loureiro e Galafura, onde o aumento foi superior a 10%.

A afetação da população empregada aos diferentes setores de atividade está estritamente relacionada com a qualificação da população residente e também com a maior proporção de população jovens.

De acordo com os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, existiam 1459 desempregados do município de Peso da Régua, inscritos no Centro de Emprego em dezembro de 2014, sendo que 282 eram inscritos à procura do 1º Emprego e 1177 à procura de novo emprego. Estes valores correspondem segundo os censos de 2011, a uma taxa de desemprego de 13,7%. A nível nacional este valor traduz-se em 539.870 pessoas desempregadas à procura de novo emprego, de acordo com a mesma fonte (última data de atualização: 20 de novembro de 2012).

Assim, foram identificados como principais problemas no Concelho do Peso da Régua o seguinte:

- Ausência de tecido industrial
- Baixa capacitação para o empreendedorismo
- Ausência de incentivos para a criação de negócio/ acesso ao crédito

O concelho do Peso da Régua, apesar de apresentar uma concentração significativa da população em áreas urbanas, é um concelho marcadamente rural, apresentando todos os traços socioeconómicos que usualmente caracterizam as economias rurais.

Em termos gerais, podemos dizer que o Peso da Régua é um concelho com baixo poder de compra, com um tecido empresarial deficitário (reduzido número absoluto e relativo de empresas sediadas e sociedade comerciais), com baixa atratividade para investimento direto estrangeiro (peso do emprego em sociedade maioritariamente estrangeiras praticamente nulo) e com um grande défice de tecnologia, conhecimento e inovação (peso muito baixo do emprego em serviços intensivos em conhecimento, em atividades TIC e em setores de média e alta tecnologia).

Do ponto de vista da estrutura produtiva, o Peso da Régua é um concelho com as suas atividades económicas muito polarizadas entre a agricultura, a construção, o comércio, o alojamento e restauração e os serviços públicos. Este grupo de setores é responsável por mais de 65% do emprego por conta de outrem no concelho.

Ao nível das indústrias transformadoras, existe neste concelho um défice estrutural, que sai ainda mais agravado quando se constata que as atividades centradas neste tipo de indústrias respeitam quase exclusivamente ao agroalimentar, designadamente ao vinho.

Em termos de evolução recente, as atividades mais dinâmicas no Peso da Régua estão circunscritas a duas grandes áreas: turismo e vitivinicultura. O setor do comércio assume uma enorme importância na Régua, respondendo hoje por quase 22% do emprego concelhio por conta de outrem. A centralidade histórica da Régua na região do Douro potenciou o desenvolvimento neste concelho de um comércio tradicional forte e vigoroso. Contudo, as dinâmicas recentes registadas neste setor em outros concelhos centrais do Douro (designadamente em Vila Real e em Lamego), materializadas no aparecimento de centros comerciais e de grandes superfícies, tem vindo a ameaçar a sustentabilidade deste tipo de comércio na Régua.

No Diagnóstico 2008-2011 foi identificado como prioritário para a dinamização do desenvolvimento local a realização de “algumas intervenções que melhorem as condições em que as atividades turísticas se possam desenvolver no Concelho (ex: melhores condições no Cais e na Estação de Caminho de Ferro, repavimentação de estradas panorâmicas, sinalização turística)”.

Assim, em 2008, o Município do Peso da Régua, viu aprovada a sua candidatura à Frente Douro – parcerias para a Regeneração Urbana da Zona Ribeirinha do Peso da Régua que, em consonância com a estratégia definida na Política de Cidades – POLIS XXI, apresentou ao Eixo IV – Qualificação do Sistema Urbano do Programa Operacional Regional Norte, inserido no Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN 2007-2013.

O Plano de Ação Frente Douro assentou num protocolo de acordos com instituições locais e com a administração central, com vista a tornar a cidade do Peso da Régua num território mais competitivo, atrativo e inovador, através de intervenções de requalificação urbana num valor orçamental que rondou os 14 milhões de euros.

A área de intervenção foi a zona ribeirinha da cidade, porta de entrada na região do Douro e elemento identificador da história deste território e das suas gentes. Tendo como interesse o desenvolvimento local, as operações potenciaram as condições únicas desta área da cidade.

Permanece, porém, a necessidade de reabilitação exterior de grande parte dos edifícios comerciais e habitacionais existentes na zona histórica e comercial da cidade da Régua e de criação de soluções bem dimensionadas de estacionamento automóvel.

Por outro lado é fundamental, apoiar os agentes locais e regionais na sua capacidade de relacionamento com os principais operadores turísticos que atuam na Região, no sentido de incorporarem novas ofertas nos produtos pré-formatados que comercializam, e na negociação com entidades responsáveis por algumas componentes complementares da oferta turística.

Revela-se ainda fundamental mobilizar os agentes locais para os apoios a serem disponibilizados no âmbito da Estratégia Portugal 2020, procurando assim ganhar competitividade face a outros destinos concorrenciais e, sobretudo, valorizando o papel da Régua como porta de entrada e local de difusão de fluxos turísticos para todo o destino Douro.

3. EIXO 3 – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A educação é um domínio de vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social. Os baixos níveis de instrução e qualificação académica vão condicionar o acesso e as condições de acesso ao mercado de emprego.

A educação é um dos motores senão o mais importante, de desenvolvimento de um país e/ou região. De facto, a importância do ensino e da formação profissional é decisiva no processo de desenvolvimento, pois desempenha um papel ativo na consciencialização e mobilização dos atores locais. Por outro lado, pessoas com maiores qualificações académicas e profissionais terão maior autonomia e poder de negociação nas relações laborais. O que lhes confere maior poder de reivindicação, mais afetação ao trabalho e maior estabilidade financeira, com todas as consequências positivas que isso lhes pode trazer para as outras da sua vida.

3.1. BAIXA ESCOLARIDADE

Quanto à taxa de analfabetismo, em 2011, Peso da Régua apresenta um valor de 7,67%, superior à taxa nacional de 5,23%. De facto, apenas as freguesias da cidade se aproximam dos valores nacionais. No entanto, estes valores refletem uma substancial melhoria face a 2001, em que o concelho registava uma taxa de 11,87% e seis das suas freguesias tinham valores superiores a 15% (Figura 14).

No entanto, em 2011 ainda subsistem algumas freguesias com taxas superiores a 15%, como é o caso de Vinhós (17,26%), Canelas (17,33%) e Covelinhas (21,05%), em parte justificado pela elevada percentagem de população idosa nestas freguesias.

Ainda em relação à educação e qualificação da população existem outros indicadores que importa analisar, desde logo a proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo (Figura 15). Se em Portugal existem 10% da população nesta condição, no concelho de Peso da Régua existem freguesias com o triplo desse valor como é o caso de Covelinhas (31,82%) e Vinhós (32,96%). Apenas a freguesia de Peso da Régua apresenta uma percentagem em linha com o valor nacional.

Depois, em relação à proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de idade com pelo menos o ensino secundário completo (Figura 16), a freguesia com a percentagem mais elevada é Póvoa do Varzim com 62,79%, logo seguida de Peso da Régua (58,61%) e Fontelas (54,39%). No extremo oposto, encontramos as freguesias de Sediões do Tejo (41,07%), Canelas (38,24%) e Covelinhas (35,71%).

Por fim, a proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos de idade com pelo menos o ensino superior completo (Figura 17), revela duas freguesias sem nenhuma ocorrência – Galafura e Vinhós. As percentagens mais elevadas deste indicador concentram-se na cidade, com Peso da Régua a registar 26,92% e Godim 24,21%. Contudo, apesar de serem as percentagens mais elevadas do concelho, ficam aquém dos 28,62% registados a nível nacional.

Face a este panorama, é essencial refletir sobre novas formas que permitam alterar estes valores, apostando em formação adicional e profissional, no sentido de ultrapassar estes níveis de escolarização, qualificando cada vez mais os recursos humanos do nosso concelho. Só assim criamos um concelho desenvolvido culturalmente, crescido, capaz e bem formado, no sentido de ser capaz de competir com outros do nosso país.

4. EIXO 4 – SAÚDE E SEGURANÇA

4.1. COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS

Os Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) são fenómenos que podem surgir em qualquer fase do ciclo de vida de um indivíduo (SICAD, 2013). No concelho de Peso da Régua não existe qualquer instituição para o tratamento dos CAD, compreendendo-se a importância crucial da promoção da acessibilidade destes cidadãos a serviços diferenciados/especializados, onde possam obter respostas adequadas ao nível de gravidade dos seus problemas. Neste âmbito, as respostas resultam da intervenção do Centro de Respostas Integradas de Vila Real e Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar de Trás os Montes e Alto Douro (CHTMAD) em estreita articulação com os Cuidados de Saúde Primários locais.

O Centro de Respostas Integradas (CRI) de Vila Real é a Unidade de Intervenção Local referenciada a um território de 23 concelhos, onde se inclui o Peso da Régua. Dispõe de Equipas Técnicas Especializadas para as diversas áreas de intervenção dedicadas à prevenção, tratamento, reinserção e redução de riscos e minimização de danos.

No âmbito da Prevenção, a intervenção desenvolve-se em meio comunitário (ações de sensibilização; ações de formação; programas de treino de competências pessoais e sociais) através de parceria ou como resposta a solicitações por parte de instituições da comunidade; meio escolar (ações de sensibilização; ações formação; implementação de programas de treino de competências pessoais e sociais - “Trilhos” e “Eu e os Outros” - utilizados ao nível da prevenção universal e seletiva). A nível da prevenção indicada, desenvolve-se uma consulta de jovens no Instituto Português do Desporto e Juventude de Vila Real com o objetivo geral de intervir junto de crianças e jovens com riscos associados aos comportamentos aditivos.

A informação obtida a partir da aplicação de inquérito em meio escolar revela que existe um aumento do consumo de álcool e de tabaco entre 2006 e 2011 nos alunos do 3º ciclo e do ensino secundário, quer na experiência ao longo da vida quer nos consumos regulares e atuais. Pela análise dos resultados constata-se que a percentagem de consumo destas substâncias no concelho do Peso da Régua é superior à da Região Norte. Relativamente à experimentação ao longo da vida e à prevalências de consumo de drogas, esta é inferior à da Região Norte, verificando-se no entanto um aumento entre 2006 e 2011. Torna-se prioritário a intervenção junto dos jovens deste concelho através da implementação de programas estruturados no âmbito dos CAD.

No âmbito do Tratamento e Reinserção, a Equipa Técnica Especializada de Vila Real contempla o concelho do Peso da Régua na sua área de abrangência. Trata-se de uma unidade certificada, que opera em regime ambulatorio e cujo âmbito de aplicação é a “Abordagem terapêutica (Tratamento e Reinserção) em comportamentos aditivos e dependências e doenças associadas”.

Encontra-se em processo de implementação a Rede de Referência / Articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências e está desenhada de forma a promover o acesso dos doentes aos cuidados e serviços de que efetivamente necessitam, bem como sustentar o sistema integrado de informação interinstitucional ao redefinir as relações de complementaridade e de apoio técnico à luz de uma nova atribuição de competências entre instituições públicas (SICAD, 2013).

No âmbito da Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) faz-se Intervenção em contexto recreativo académico e Programa de Substituição Opiacea de Baixo Limiar de Exigencia.

O concelho do Peso da Régua apresenta uma taxa de utentes ativos por 10.000 hab. superior à taxa de utentes ativos por 10.000 hab. no conjunto dos concelhos que compõem o CRI de Vila Real. O mesmo se verifica para a taxa de utentes que têm como substância principal a heroína, a cocaína ou mesmo a cannabis, assim como na taxa de utentes em programa terapêutico com agonista opiáceo. Verifica-se uma elevada taxa de comportamentos de risco e prevalência de hepatite C relativamente à taxa do CRI de Vila Real.

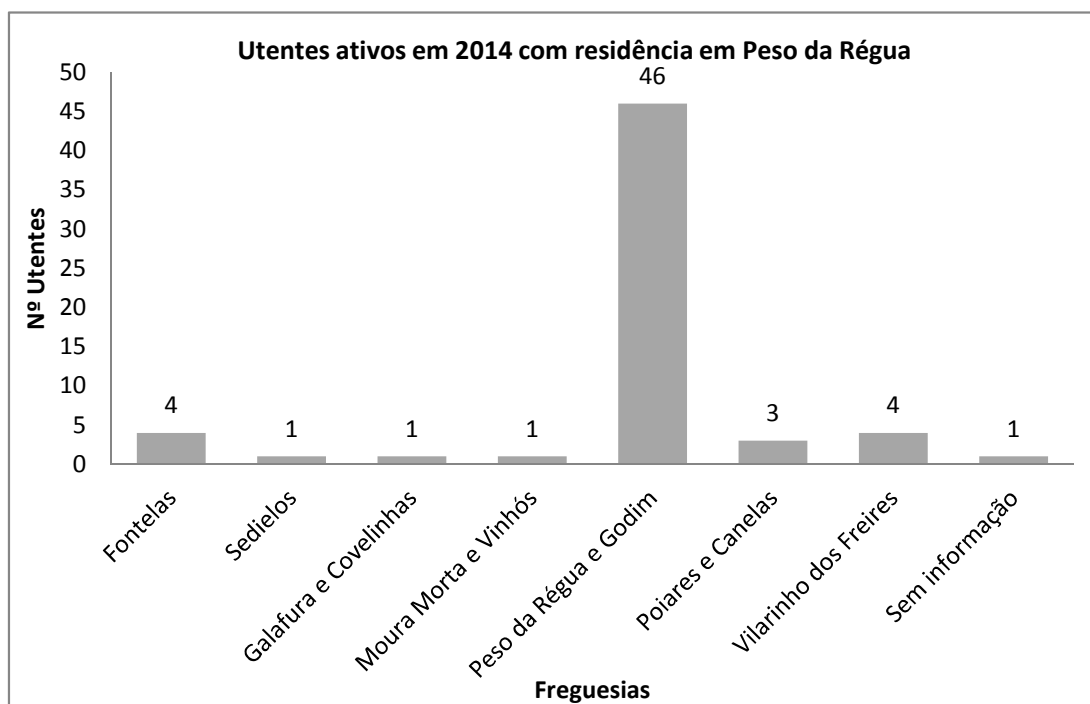


Figura 69 - Utentes ativos em 2014 com residência em Peso da Régua (Fonte: CRI Vila Real)

Da análise da figura, constata-se que no ano de 2014 foram identificados 61 utentes ativos no CRI de Vila Real, oriundos do concelho do Peso da Régua. A mesma figura indica-nos que esses utentes são na sua esmagadora maioria residentes nas freguesias urbanas Peso da Régua e Godim (46 utentes).

A seguinte figura indica-nos que a heroína é a principal substância consumida pelos utentes, seguindo-se o álcool. É de referir que relativamente ao consumo de álcool muitos utentes são seguidos pelo médico de família no Centro de Saúde, pelo que os dados fornecidos não refletem a realidade da dimensão do problema relativo ao consumo do álcool no Concelho do Peso da régua.

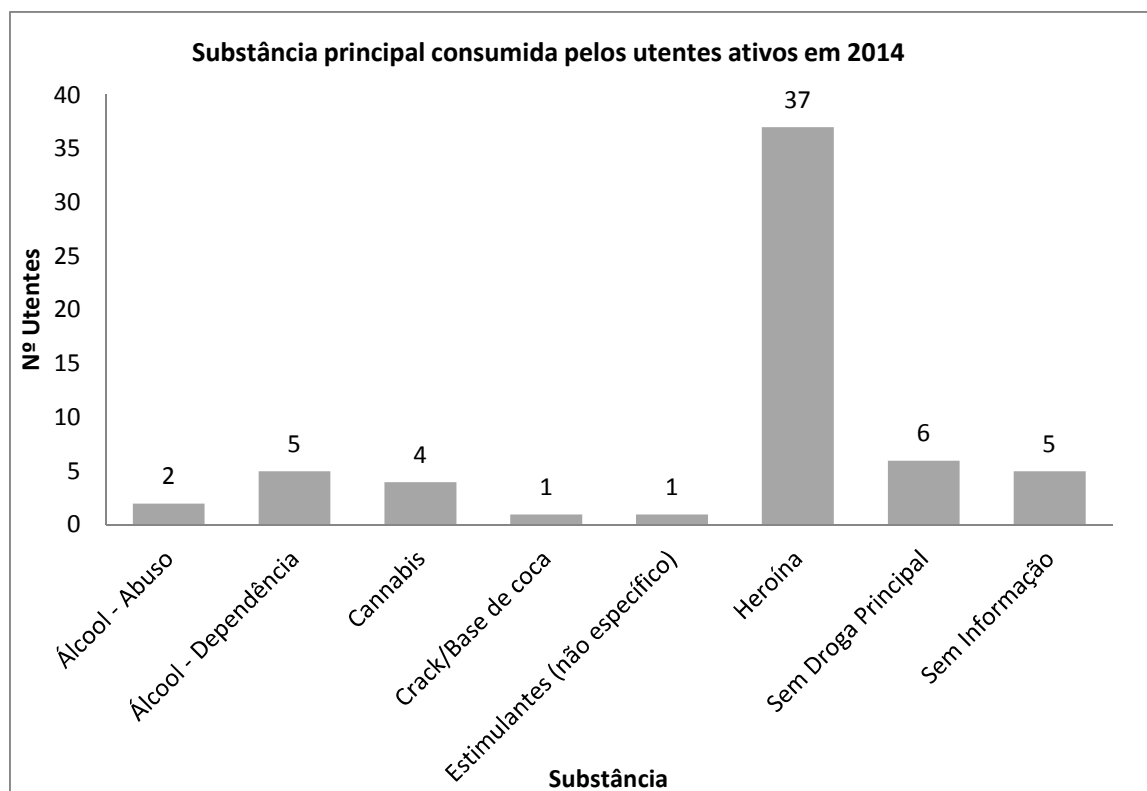


Figura 480 - Principal substância consumida pelos doentes ativos em 2014 (Fonte: CRI Vila Real)

Recursos Existentes no Concelho

- CRI de Vila Real
- UCSP_ Programa de Agonista Opiáceo com Cloridrato de Metadona
- Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do CHTMAD
- Articulação dinâmica e efetiva entre os técnicos das diversas instituições da comunidade (autarquia, centro de saúde, segurança social, IPSS's)

Oportunidades que podem ajudar a resolver os problemas

- Diagnóstico de situação em curso – identificação dos problemas de saúde relacionados com CAD
- Elaboração de Plano de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências;
- Candidatura a Programas de Respostas Integradas(PRI) nos eixos da Prevenção, Tratamento, Reinserção e RRMD.

Fatores que podem dificultar a solução dos problemas

- Hábitos culturais fortemente enraizados - consumo de álcool;
- Desconhecimento dos riscos para a saúde associados ao consumo de substâncias;

- Dificil acessibilidade por parte dos doentes para deslocação a consultas/tratamentos.

4.2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A temática da Violência Doméstica tem vindo a ganhar significado no concelho do Peso da Régua, tendo sido já desenvolvidas diversas ações em sede do Conselho Local de Ação Social do Peso da Régua. Recuando ao ano de 2010, foi promovido pelo Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti – Pobreza o projeto “Luta contra a Pobreza: um projeto novo de cidadania”⁸. Este projeto teve como objetivo principal reforçar a coesão de sete comunidades locais da Plataforma Supraconcelhia do Douro nomeadamente nos concelhos de Alijó, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Mesão Frio, Sabrosa e Murça envolvendo um conjunto de parceiros entre eles o Município e Rede Social do Peso da Régua. A primeira linha de atuação deste projeto foi reunir os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e tentar mobilizá-los para o planeamento e concretização de uma estratégia/projeto que fosse ao encontro dos problemas diagnosticados em cada concelho. Este espaço foi chamado pelo Projeto de Oficinas Reflexão Ação porque a partir da reflexão chegou-se à ação. Assim sendo, foram organizadas sete oficinas em sete territórios, com o objetivo de discutir problemáticas sinalizadas pelos atores de cada território e encontrar soluções ou estratégias de parceria e em rede para implementar. Foi com base neste cenário que a Rede Social do Peso da Régua definiu como temática a abordar em oficina reflexão ação a “Violência Doméstica: na perspetiva dos recursos e das respostas”, com o apoio da técnica da APAV.

Neste sentido, e de forma a complementar a ação do diagnóstico, o Projeto “Intervir na Violência Doméstica” contou com a realização de um workshop (in) formativo sobre esta problemática designado por “Processos de Apoio Técnico a Vítimas de Violência”. Este projeto com o principal objetivo proceder à análise participada e integrada da temática da violência doméstica ao nível da caracterização do fenómeno, das competências, dos procedimentos e estratégias de intervenção, dirigido aos técnicos de instituições públicas e privadas do distrito de Vila Real.

A violência doméstica não será certamente uma problemática emergente no concelho do Peso da Régua. Contudo, tem sido sinalizada em cada vez mais famílias e muitas vezes aparece associada como causa e/ou consequência de problemas sociais como a exclusão social, o desemprego, as toxicodependências. Como sabemos, na intervenção social não nos basta afirmar que aumentaram os números de casos de violência doméstica. Este número não só terá de ser quantificado mas também qualificado e caracterizado. Neste sentido, sentiu-se necessidade de diagnosticar a problemática da violência doméstica para melhor intervir, existindo já um diagnóstico sobre a problemática da Violência Doméstica no concelho do Peso da Régua.

⁸ A definição de «núcleo familiar» utilizada pelo INE até 2001 foi: «Conjunto de indivíduos dentro de uma família clássica, entre os quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal «de direito» ou «de facto» com ou sem filhos solteiro (s), pai ou mãe com filho (s) solteiro (s), avos com neto (s) solteiro (s) e avo ou avo com neto(s) solteiro(s)>> (INE 1995, 55). Posteriormente, em 2001, o conceito sofre alterações, passando a ter a seguinte designação: «Conjunto de indivíduos dentro de uma família clássica, entre os quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal 'de direito' ou 'de facto' com ou sem filhos não casado (s), pai ou mãe com filho (s) não casado (s), avos com neto(s) não casado(s) e avo ou avo com neto(s) não casados(s)>>(INE 2003, 62). Seguimos, no entanto, a definição de Laslett (1972), excluindo da análise todos os núcleos de casais de avos com neto (s) não casado (s) e de avo ou avo com neto (s) não casados (s) (ver Wall 2003).

Assim, pretende-se elaborar um manual de procedimentos, a aplicar a médio/longo prazo, pelas entidades que integram a Rede Social, quando confrontados com situações de Violência Doméstica (VD). Este Manual de Procedimentos pretende assumir-se como documento orientador dos procedimentos a serem cumpridos quando se verificar a existência de situações de VD e, consequentemente, técnicos e instituições forem chamados a intervir sobre as mesmas. Através desta uniformização de procedimentos será possível trabalhar de forma mais consistente e objetiva as problemáticas relacionadas, conferindo-lhe uma validade reconhecida por todos os parceiros e evitando os riscos de intervenções sobrepostas.

Pretende-se ainda desenvolver ações de informação/formação voltadas para os técnicos e não-técnicos pertencentes às instituições que compõem o CLAS da Rede Social do Peso da Régua. Estas ações permitirão um maior aprofundamento sobre a questão da VD e a aquisição/desenvolvimento de competências que possibilitarão o desenvolvimento de um trabalho mais objetivo relativamente aos casos de VD que surjam.

Resultados esperados:

- Formação dos agentes envolvidos em todo o processo de trabalho em rede no combate a esta problemática.
- Uniformização de critérios e processos no tratamento de casos de Violência Doméstica, por parte de diferentes técnicos e respetivas Instituições, através da elaboração de um Manual de Procedimentos afeto a esta problemática específica.

4.2.1. PISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM TRABALHO FUTURO NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:

4.2.1.1. PISTAS AO NÍVEL DO FENÓMENO E SUA CARACTERIZAÇÃO NO CONCELHO

Após a elaboração deste diagnóstico, é possível retirar algumas ilações de relevo. Numa primeira abordagem, conseguimos aferir algumas premissas que servirão de base ao trabalho que, posteriormente, será levado a cabo pelos diferentes agentes envolvidos, por forma a que, baseados num trabalho em rede, seja possível sensibilizar, prevenir e combater o fenómeno da Violência Doméstica a nível concelhio.

Desta forma, as principais pistas obtidas a partir da análise efetuadas, podem ser interpretadas a partir da caracterização do fenómeno ao nível concelhio, assente em 4 variáveis: caracterização da vítima; caracterização do agressor; tipologia da violência e móbil para o exercício de violência.

Relativamente à primeira variável, a caracterização da vítima surge diretamente associada a uma fragilidade transversal no que concerne ao posicionamento da mesma no domínio económico-financeiro, educação/qualificação e situação face ao mercado de trabalho. Neste contexto, o/a agressor/a apresenta-se como elemento geralmente dominante no agregado familiar, quer do ponto de vista social, inserido no mercado de trabalho e, consequentemente, sentindo-se legitimado pelo facto de ser a principal fonte de rendimento do agregado em questão. Tudo isto associado a um contexto ainda marcadamente rural, com papéis sociais e familiares bastante vinculados e alicerçados numa, muitas vezes, gritante desigualdade de género, promove o fenómeno da violência doméstica.

A tipologia de violência exercida é maioritariamente física, apesar de existirem também registos de violência psicológica. No entanto, esta verifica-se geralmente associada à violência física, não sendo por isso muito forte a sua expressão. Como fator agravante surge, associado ao fenómeno da violência doméstica, o consumo de álcool e o consumo de estupefacientes, apesar do primeiro ter uma maior incidência do que o segundo, existindo situações pontuais em que ambos se cruzam.

Relativamente ao móbil do exercício da violência sobre o outro, a grande maioria incide em questões passionais (ciúmes), cruzadas por um forte sentimento de posse por parte do agressor em relação à agredida. Como elemento catalisadores deste padrão de comportamento, surge o álcool, associado a baixos índices de formação e/ou qualificação.

4.2.1.2. PISTAS AO NÍVEL DE RESPOSTAS SOCIAIS

Atendendo à caracterização social da problemática identificada e à existência do fenómeno no concelho parecem-nos pertinente elencar as dificuldades sentidas pelos técnicos e clientes que possam, no caso de vivenciarem a problemática descrita, prestar um apoio mais direcionado para esta população específica.

Tendo como ponto de partida o diagnóstico elaborado, bem como a Oficina de Reflexão Ação “Violência Doméstica: na perspetiva dos recursos e das respostas”. Realizada com os parceiros da Rede Social do Peso da Régua, o que permitiu auscultar os participantes, técnicos e dirigentes de instituições concelhias, torna-se válido pensar a Violência Doméstica numa ótica de recursos e respostas existentes no concelho.

Da reflexão realizada sobre as dificuldades identificadas a nível concelhio, no domínio da violência doméstica foi referido pelos presentes a necessidade de existir uma entidade específica para sinalização e acompanhamento dos casos de Violência Doméstica, entidade que pudesse ser identificada pela vítima como a entidade à qual se deve dirigir para exposição do vivenciado. De igual modo, foi referida a falta de trabalho em rede como fator impeditivo ou dificultador da intervenção, bem como a falta de formação dos técnicos para intervir na problemática em questão, associada a uma falta de definição e perceção comum do conceito. Ainda ao nível do trabalho em rede verificou-se que, não raras vezes, existe uma sobreposição e duplicação de intervenções por parte das várias entidades, que nos indica a existência de lacunas ao nível da união de esforços e da rentabilização de recursos já existentes. Esta situação tem consequências em termos de desperdício de recursos, mas acima de tudo afeta a dignidade da vítima, na medida em que a expõe a uma série de serviços, sendo questionada e avaliada por uma multiplicidade de técnicos o que, muitas vezes, leva a uma situação de exaustão tal que resulta na desistência da denúncia.

Ao nível do acionamento de respostas para a problemática em questão concluiu-se que existem falhas na perceção e compreensão das questões jurídicas e falta de sensibilização, morosidade da justiça, em casos de violência doméstica.

Por último, elencou-se como dificuldade sentida a necessidade de sensibilizar dirigentes e profissionais das instituições, sobretudo para evitar que a vítima seja duplamente penalizada, isto porque da forma que o sistema está organizado para além de sofrer as agressões, a vítima é geralmente obrigada a afastar-se de tudo que é seu (família, amigos, bens, emprego). Assim deverá equacionar-se a saída do agressor e não da vítima, sendo

para tal necessário repensar os mecanismos legais que permitam às entidades que tutelam a habitação, nomeadamente às autarquias, acionar a saída do agressor da habitação.

Ainda do workshop “Processos de Apoio Técnico a Vítimas de Violência” e após identificação das dificuldades sentidas ao nível dos recursos e respostas foi possível transformar essas mesmas dificuldades em estratégias, enumeradas por ordem de prioridade, tendo em vista o estabelecer de uma linha orientadora:

- a) Formação-ação, reflexão sobre aspetos gerais, recursos e suporte jurídico (ação realizada);
- b) Conhecer o problema para posteriormente se proceder à elaboração de um plano de ação/intervenção – elaboração do diagnóstico;
- c) Uniformização de critérios, no sentido de estabelecer um plano coeso;
- d) Elaboração de um plano concelhio de combate à Violência Doméstica (Plano Municipal de Combate à Violência e Promoção da Igualdade de Género);
- e) Elaboração de manual de procedimentos para técnicos e população em geral.

4.2.1.3. PISTAS AO NÍVEL TÉCNICO

Ainda de acordo com a elaboração do presente documento foi possível verificar a existência de alguns constrangimentos ao nível da intervenção, nomeadamente no que respeita ao percurso a seguir, principalmente pelo insuficiente número de respostas sociais específicas (APAV, Casa Abrigo), no caso de a vítima entender a necessidade de alterar o seu comportamento face à vivência da situação de violência.

Das dificuldades sentidas pelos técnicos num trabalho de acompanhamento articulado das situações de violência, foi possível aferir que muitos dos possíveis fatores causadores ou potenciadores de situações de violência, como consumo de álcool, dependência económica, psicológica das vítimas e outros enunciados ao longo do presente documento são parte integrante da realidade concelhia em relação à questão da Violência Doméstica.

Foram igualmente identificados alguns fatores de manutenção de situações de violência, nomeadamente o medo e a ameaça, enquanto fatores reais e essenciais, a vergonha, o silêncio, a dependência económica, o discurso social e a componente religiosa (o casamento como algo para a vida), o alcoolismo, enquanto fator que poderá potenciar a situação de violência, o historial familiar ou da vítima do agressor, a adoção de estratégias agressivas na relação, os sentimentos de impunidade, as questões históricas e sociais, em que o homem é um elemento dominador e com poder.

O conjunto de fatores enunciados representa constrangimentos técnicos ao nível da deteção do fenómeno. Por outro lado, salienta-se a falta de respostas imediatas, a fragilidade do acompanhamento permanente e o facto de que muitas denúncias não contemplarem a saída de casa, ou seja, existe uma sinalização de casos por parte do exterior, mas não há propriamente uma procura, por parte das vítimas, de ajuda para resolver o problema, possivelmente por introdução do fator medo. Ainda de acordo com este aspeto salienta-se a possibilidade das vítimas não terem identificado um serviço concelhio que possa servir de referência para as vítimas, sendo esse o local onde devem procurar apoio. De igual forma, uma questão que surge é se existe de facto o despertar de consciência para a problemática em questão e para a importância da denúncia, associando-se a resistência à

denúncia à questão cultural e/ou etária. Um outro constrangimento colocado, surge relacionado com o facto de, muitas das vezes, existir conhecimento da situação de violência por parte do técnico/instituição, provocando por sua vez um conflito entre aquilo que o técnico poderá denunciar e aquilo que a vítima pretende. A este respeito convém salientar que entendendo se as consequências de uma denúncia, por parte dos serviços, poderão agravar o risco vivido pela vítima (avaliação do risco e cumprimento dos direitos de cidadania).

Neste âmbito, e reconhecendo-se o problema da violência doméstica como um fenómeno que começa a ter uma dimensão elevada, torna-se necessário desenhar estratégias de intervenção junto dos jovens e apostar na sensibilização para a prevenção do problema. De igual modo, parece-nos importante trabalhar as situações de violência em rede, numa lógica de otimização dos recursos e minimização de situações de sofrimento acrescido para a vítima, antes do encaminhamento para a APAV. Neste sentido, é de primordial importância a elaboração de um plano específico que contribua para uma uniformização dos serviços, a nível concelhio.

Parte III – Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) articula-se com o Diagnóstico, traduzindo os problemas e as prioridades nele inventariadas, pois é delas que devem decorrer as grandes orientações e estratégias.

Trata-se de um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Pode dizer-se que o PDS traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista.

O PDS pode constituir para o Concelho um importante instrumento de planeamento estratégico uma vez que visa:

- Planear de forma integrada tendo em conta todas as dimensões dos problemas;
- Definir as estratégias para atingir os objetivos, assegurando a participação efetiva de todos os implicados, tendo em conta os recursos humanos, materiais e o calendário para a sua implementação;
- Planear tendo em conta a realidade presente, mas também as oportunidades e ameaças;
- Planear identificando as dimensões prioritárias e suscetíveis de produzir mudanças na realidade do concelho.

A metodologia de trabalho utilizada para o PDS foi em tudo semelhante ao DS, procurando centrar-se na definição de objetivos gerais e estratégias que descrevem a situação futura após a resolução dos problemas e, procurar rentabilizar os saberes, o conhecimento de terreno dos técnicos e das organizações.

Neste documento procurou-se identificar os objetivos gerais, os objetivos específicos, as ações e as estratégias considerados fundamentais para a transformação da realidade concelhia.

Os Objetivos Gerais são pois objetivos de nível superior, devidamente enquadrados num determinado eixo de desenvolvimento, para o qual a intervenção contribui mas que por si só não consegue garantir. Trata-se de descrever a situação futura após a solução dos problemas. Ao atingir os objetivos dos projetos que vierem a ser implementados (inscritos no Plano de Ação) contribui-se de forma determinante para alcançar o objetivo geral.

Os Objetivos Específicos são objetivos que devem ser alcançados com a intervenção e que contribuem para atingir um objetivo geral, ainda que possam não ser suficientes para tal. Não deve ser definido um conjunto demasiado vasto de objetivos específicos, de forma que sejam realistas e exequíveis, sem deixarem de constituir um desafio.

A Estratégia é apresentação descritiva do caminho a seguir para alcançar o objetivo geral, tendo em consideração os recursos possíveis para o conseguir. Deve resultar de uma opção clara e partilhada por todos os parceiros quanto aos objetivos definidos.

Ao longo da elaboração deste PDS, esteve sempre presente a preocupação de enquadrar planos e medidas definidas a nível local (por exemplo PDM e Carta Educativa), e nacional (por exemplo, o PNAI e PNS), favorecendo a sua adequação ao contexto local e potenciando os recursos que poderão vir a ser canalizados para o concelho. Por outro lado, foram igualmente consideradas as intervenções que já estão a ser implementadas no concelho e que se enquadram nos objetivos e estratégias definidos neste PDS.

Em suma,

Este PDS pretende definir estratégias para o desenvolvimento local, retratando e projetando uma situação social que se quer atingir, numa perspetiva de planeamento participado e integrando medidas e políticas definidas a vários níveis da administração pública, encontrar soluções inovadoras, mobilizar e racionalizar os recursos locais.

Reflete ainda, o compromisso das instituições parceiras, identifica os grandes projetos estruturantes para se promover no terreno, onde se define as regras e procedimentos para a intervenção concertada em parceria.

O nosso Concelho tem reforçado a participação no planeamento da intervenção social, assim como na construção de vontades coletivas, que asseguram as decisões concertadas e a mobilização dos recursos. Procura-se com todos os parceiros sociais combater algumas das necessidades sociais do concelho e é através da participação de todos, da iniciativa e responsabilização que se desenvolverá as possíveis soluções.

Descritos os principais eixos de intervenção, apresenta-se de seguida as estratégias e/ou oportunidades, os objetivos gerais e os objetivos a criar, propostos pelo CLAS do Peso da Régua para fazer face aos problemas identificados, que no documento que a seguir se apresenta (PDS).

EIXO I – Grupos Vulneráveis

Grupo 1 – Crianças e Jovens em Risco

Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Criar no concelho respostas que promovam a integração de crianças e jovens em risco	<ul style="list-style-type: none"> - Até 2018, implementar a Rede Local de Intervenção Social; - Até 2018, implementar o Programa Escolhas no concelho 	N.º de grupos de impacto	IPSS's CPCJ CDSS Rede Social
Desenvolver ações dirigidas à comunidade escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Entre 2015 e 2018, promover ações preventivas de comportamentos de riscos direccionados a crianças e jovens 	Nº de crianças e jovens envolvidos	Autarquia Escolas CPCJ Saúde GNR Fundos Comunitários
Aumentar e qualificar as respostas na área da Infância e Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Obras de requalificação do Lar de Infância e Juventude; - Criar apartamentos de autonomização - Criar um Centro de Acolhimento Temporário 	Obras realizadas N.º de respostas criadas N.º de vagas criadas	LIJ – SCM CDSS Rede Social Fundos Comunitários CPCJ

EIXO I – Grupos Vulneráveis			
Grupo 2 – Famílias Carenciadas			
Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Criar no concelho respostas que promovam a integração das famílias carenciadas	<ul style="list-style-type: none"> - Até 2018, implementar a Rede Local de Intervenção Social; - Entre 2015 e 2018, prosseguir como reforço da resposta Cantina Social; - Entre 2015 e 2018, dar continuidade à dinamização do Banco de Voluntariado local e ao Espaço S(solidário) da autarquia. 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de grupos de impacto N.º de pessoas que beneficiam da cantina social N.º de pessoas que beneficiam do Espaço N.º de Voluntários 	<ul style="list-style-type: none"> IPSS's CPCJ CDSS Autarquia Equipa RSI
Desenvolver respostas e medidas que permitam melhorar a qualidade de vida de grupos específicos da população – Famílias Carenciadas	<ul style="list-style-type: none"> - Até 2018, criar um Manual de Procedimentos no âmbito da Violência Doméstica; - Entre 2015 e 2017, designar uma conselheira local para a promoção da igualdade de género; - Entre 2016 e 2018, desenvolver atividades para a promoção da igualdade de género (ações de formação, Seminários,...); - Até 2018 implementar o Plano Municipal para a Igualdade de Género. 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de documentos produzidos; N.º de ações desenvolvidas; N.º de pessoas envolvidas N.º de entidades que participaram 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género APAV EAPN Rede Social

Fomentar o emprego e o empreendedorismo junto do público em geral e das famílias carenciadas em particular	<ul style="list-style-type: none"> - Entre 2015 e 2018, promover respostas e incentivar à procura ativa de emprego; - Entre 2015 e 2018, incentivar à criação de postos de trabalho e à criação do próprio emprego; - Até 2018, criar um Gabinete de Apoio ao Empreendedor 	<p>N.º de ações desenvolvidas</p> <p>N.º de respostas criadas</p>	<p>IEFP</p> <p>GIP</p> <p>Entidades que promovem formação</p> <p>Escolas</p> <p>ACIR</p> <p>Equipa RSI – SCM</p> <p>CDSS</p>
--	---	---	--

EIXO I – Grupos Vulneráveis			
Grupo 3 – População Idosa			
Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Investir na qualificação dos agentes locais e comunidade com vista a minimizar fatores de risco	- Entre 2015 e 2018, promover e apoiar formações/informações a prestadores de cuidados formais e informais de idosos	N.º de ações desenvolvidas; N.º de entidades envolvidas; N.º de cuidadores formais e informais que participaram	IPSS's Comunidade em Geral EAPN Saúde CDSS
Desenvolver respostas e medidas que permitam melhorar a qualidade de vida dos idosos	- Entre 2015 e 2018, intensificar as atividades direcionadas a maiores de 65 anos, permitindo a diminuição de situações de solidão	N.º de idosos acompanhados	Autarquia GNR IPSS's Juntas de Freguesia
Aumentar a cobertura e qualificar as respostas sociais existentes	- Entre 2015 e 2018, prosseguir com o alargamento das respostas prestadas pelas IPSS locais, a idosos não institucionalizados, criando novas vagas em centro de dia, centro de noite, centro de convívio e Serviço de Apoio Domiciliário; - Aumentar a capacidade de resposta em Estrutura Residencial para Idosos (ERPI); - Requalificar e readaptar os edifícios das IPSS's, à necessidade de novas valências.	N.º de vagas criadas N.º de novas respostas criadas N.º de instituições intervencionadas Nº de viaturas adquiridas	Autarquia Rede Social IPSS'S CDSS Fundos comunitários

	<ul style="list-style-type: none"> - Renovar a frota automóvel das IPSS's; - Requalificar as IPSS's que necessitam de intervenção física 		
--	--	--	--

EIXO I – Grupos Vulneráveis			
Grupo 4 – População com Deficiência			
Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Criar respostas direcionadas para a população com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Até 2018, criar um Centro de Atividades Ocupacionais e um Lar Residencial; - Até 2018 criar um Serviço de Apoio Domiciliário; - Até 2018 criar empresas de inserção no Concelho; - Até 2018, criar uma unidade de Cuidados especializados a prematuros e demências. 	N.º de respostas criadas	Autarquia Rede Social IEFP CDSS IPSS's Fundos comunitários
Melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência ou incapacidade/ mobilidade reduzida no Concelho	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o n.º de alternativas de transporte adaptado, através da aquisição de viaturas. 	N.º de equipamentos adquiridos	Autarquia Rede Social CDSS Fundos comunitários

EIXO I – Grupos Vulneráveis			
Grupo 5 – Minorias Étnicas e Imigração			
Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Criar no concelho respostas que promovam a integração de cariz intercultural	- Até 2018, implementar o Programa Escolhas no concelho.	Nº de projetos aprovados	ACIDI/ENICC (Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas) EAPN Autarquias Escolas Rede Social CDSS
Promover no concelho ações de intervenção com a comunidade cigana em áreas prioritárias de intervenção como o acesso à educação, ao emprego, cuidados de saúde e à habitação.	- Até 2018, desenvolver mais atividades que promovam o amento do emprego, o combate à pobreza e a exclusão social, a igualdade de género e o acesso à habitação	- N.º de ações desenvolvidas; - N.º de empregos criados N.º de pessoas envolvidas	ACIDI/ENICC (Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas) EAPN IEFP GIP GNR – Escola Segura Autarquias Escolas Rede Social CDSS

EIXO II – Emprego e Atividade Económica			
Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
- Fomentar o empreendedorismo e a aproximação às empresas	<ul style="list-style-type: none"> - Criar um gabinete de apoio ao empreendedor - Estimular das capacidades empreendedoras dos alunos do ensino secundário e profissional; - Criar uma incubadora de empresas. 	- N.º de respostas criadas	Autarquia Escolas
- Incentivar a criação de postos de trabalho e a criação do próprio emprego da população	<ul style="list-style-type: none"> - Prosseguir com a atividade dos gabinetes de Inserção Profissional; - Sensibilizar os empresários, das instituições e entidades empregadoras locais 	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de empresas de envolvidas - N.º de postos criados - N.º de empresas criadas 	ACIR Empresários Autarquia GIP IEFP

EIXO III – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO			
Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Aumentar os níveis de educação/qualificação da população ativa do concelho, através do diversificar da oferta formativa aos diferentes grupos da população: empregada, desempregada e empregadora	<ul style="list-style-type: none"> - Promover cursos de alfabetização e EFA. - Adequar a oferta formativa às necessidades do tecido empresarial; - Sinalizar, encaminhar e orientar alunos que abandonam ou concluem o sistema educativo, para favorecimento da integração profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de formandos certificados - N.º de empresas 	Escolas CQEP GIP IEFP ACIR Entidades Promotoras de Formação ANDC

EIXO IV – SAÚDE E SEGURANÇA			
Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos	Indicadores de Impacto	Recursos
Aumentar e qualificar as respostas na área da saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Até 2018, criar uma unidade de Cuidados especializados a prematuros e demências; - Aumentar a capacidade da resposta da Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) - Implementar um Programa de Respostas Integradas (PRI) 	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de respostas criadas; - N.º de novas vagas criadas. 	SCM PRG IDT – CRI UCC Douro Saúde
Desenvolver ações no âmbito da saúde dirigidas à comunidade em geral e à comunidade escolar em particular	<ul style="list-style-type: none"> - Entre 2015 e 2018, promover ações preventivas de comportamentos de riscos direcionados a crianças e jovens 	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de ações desenvolvidas; - N.º de crianças e jovens envolvidos 	UCC Douro Saúde GNR

CONCLUSÃO

O presente documento apresenta-se como o corolário de um ano de trabalho intenso de planeamento. Com o presente diagnóstico, pretendeu-se identificar e aferir os problemas sociais locais por um lado, e por outro identificar os eixos prioritários de intervenção. Através da elaboração do Plano de Desenvolvimento Social foram seleccionadas estratégias com vista a propor soluções no âmbito dos eixos prioritários identificados.

Foram trabalhados dados estatísticos a nível sociodemográfico, habitacional, socioeconómico, educacional, saúde ação social e associativismo. Do seu cruzamento com os conhecimentos fornecidos pelos técnicos, pelos representantes locais a trabalhar no terreno e dos dados recolhidos nas sessões de trabalho realizadas, foi possível elencar os principais problemas em quatro grandes eixos prioritários.

Este documento pretende ainda fomentar o enraizar de uma cultura de parceria que se pretende efetiva, em que a articulação e a conjugação de esforços, para o atingir de um objetivo comum, sejam de facto uma realidade.

Todos os documentos elaborados, Diagnóstico Social, PDS e Plano de Ação serão periodicamente atualizados. Consequentemente, também as ações planeadas poderão ser revistas e reajustadas de acordo com os resultados decorrentes da sua efetivação

BIBLIOGRAFIA

- CANHA, J. (2003), *A criança maltratada*. Coimbra: Quarteto Editora.
- DIAS, Maria Olívia (2011), *Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica o processo de comunicação no sistema familiar*.
- Education at a Glance, (2013), OECD, Indicators – *Better Policies, for better lives*
- FRANTZ, Walter (2002), *Desenvolvimento local, associativismo e cooperação*.
- GIDDENS, A. (1998), *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora
- Inquérito Nacional em Meio Escolar (2006-2011), SICAD.
- JIMÉNEZ, R. B. (1997), *Educação Especial e Reforma Educativa*, In. R. Bautista
- Guião para Diagnóstico do Território (Plano Operacional para Respostas Integradas – Fase 4)
- NANCE, F. (2013), *Desemprego, Consequências e Soluções: O Caso Particular do Bairro de Parada de Cunhos*, Relatório de Estágio, UTAD.
- PEREIRINHA, José (1992), *Pobreza e exclusão social: fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida*, in *Análise Social*, n.º 102, Lisboa, ICS
- Projeto Educativo, Escola de Desenvolvimento Rural do Rodo, 2013
- RAJADO, Paulo José do Vale Pereira Santos (2012, 30 de março). O Desemprego em Portugal. *Uma análise ao nível dos concelhos entre 2001/2009*.
- Rede de Referenciação / Articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências, 2013, SICAD
- Relatório de Atividades, ACES Douro Norte, 2013
- Sistema de informação multidisciplinar (SIM), DICAD (Divisão de intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências)
- WALL, K., DELGADO, A. – coordenadoras - (2011) – Famílias nos Censos, *“Diversidade e Mudança”* - Lisboa: Instituto Nacional de Estatística : ICS. Imprensa de Ciências Sociais.